

Mariela Felisbino da Silveira

**DE QUEM É O RIBEIRÃO?
IMAGEM, PAISAGEM E IDENTIDADE EM CONTEXTOS
DE PATRIMONIALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alicia Norma González de Castells.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Criação Automática de Biblioteca Universitária da UFSC.

Silveira, Mariela Melchior de
de quem e o Silveira? : imagem, paisagem e identidade
em contextos de territorialização / Mariela Melchior de
Silveira ; orientadora, Alicia Norma González de
Castella - Florianópolis, SC, 2015.
125 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Sociais. Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Palavras-chave:

1. Antropologia Social. 2. Antropologia social. 3.
Identidade cultural. 4. paisagem cultural. 5.
territorialização. 6. Alicia Norma González de Castella, Alicia .
7. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
graduação em Antropologia Social. III. título.

Mariela Felisbino da Silveira

**DE QUEM É O RIBEIRÃO?
IMAGEM, PAISAGEM E IDENTIDADE EM CONTEXTOS
DE PATRIMONIALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, e julgada adequada para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Florianópolis, 12 de março de 2015.

Prof.^a Dr.^a Edviges Marta Ioris
(Coordenadora do PPGAS/UFSC)

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Alicia Norma González de Castells
(Orientadora – PPGAS/UFSC)

Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho (PPGAS/UFG)

Prof.^a Dr.^a Maria José Reis (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Maria Eugênia Dominguez (PPGAS/UFSC)

AGRADECIMENTOS

Ao longo do meu caminho, o sonho ingressar no curso de mestrado em Antropologia foi se transformando em realidade e não poderia chegar ao final desta jornada sem agradecer àquelas pessoas que estiveram comigo de formas e em momentos diferentes. A primeira delas é meu pai, João, cuja maneira simples de ver e levar a vida me emociona, seu apoio incondicional às minhas escolhas ainda são fundamentais para que eu siga caminhando. Suas histórias e memórias a respeito da vida, na época em que ainda morava com meus avós, despertaram em mim curiosidade e imaginação, pois transformava narrativas em imagens de lugares que não pude conhecer. Hoje encontrei na Antropologia uma forma de manter aquela menina curiosa e imaginativa sempre viva dentro de mim.

A toda a equipe de pesquisadores do NAUI pelo compartilhamento de experiências e aprendizados. No NAUI vivenciei minha primeira experiência como pesquisadora. Em especial, às companheiras de longa data Ana Cristina R. Guimarães e Camila Sissa Antunes, minhas veteranas do grupo, ao colega Dagoberto Bordin pela correção cuidadosa e à professora Alicia Castells, minha orientadora, amiga, conselheira não só durante a realização deste trabalho, mas em toda a minha jornada. Obrigada por acreditar no meu trabalho, pelas oportunidades oferecidas, continuaremos a caminhada!

Aos colegas de trabalho da Superintendência do IPHAN-SC, pela acolhida durante minha passagem pela equipe da casa. E à Regina Helena Santiago, pela oportunidade preciosa de aprendizado.

Aos meus amigos, por entenderem as ausências em razão do trabalho acadêmico, especialmente àqueles que se fazem presentes mesmo quando as correrias da vida nos distanciam fisicamente. Amigos de longa data ou mais recentes, amigos da época da escola, amigos dos tempos de graduação, encontros felizes ao longo da vida! E, de maneira especial, à Lara, pela leitura atenciosa do trabalho e pelo ombro amigo sempre a postos e à Denize, pelo compartilhamento das dores e delícias da escrita etnográfica.

Aos meus familiares, moradores do Ribeirão. De maneira carinhosa e muito especial à Regiane e Emilia, que sempre me receberam de braços e coração abertos em sua casa. Compartilhando histórias, lembranças, momentos, não só durante a realização da pesquisa de campo, mas sempre que me contam algo e dizem: “lembrei de ti”. Agradeço imensamente a amizade e a acolhida.

À professora Ana Falcão, idealizadora do Projeto Trilhas do

Ribeirão, por permitir que acompanhasse seu trabalho. A todos que me receberam em suas casas, em seus locais de trabalho ou que simplesmente me deram alguns minutos de atenção no banco da praça, este trabalho é de vocês!

“Perguntei ao meu Senhor
Onde está seu coração?
Ele então me respondeu:
Você conhece o Ribeirão”

[Hino do Ribeirão da Ilha -
Fernando Bastos e Luiz Henrique Rosa]

Aos meus avós paternos, Aninha e
João,

ribeironenses de nascimento que a
vida não permitiu que eu conhecesse,
em cada linha que escrevia, em cada
sorriso que para mim se abria,
em cada conversa no banco da praça...
Era vocês que eu procurava!

RESUMO

O bairro do Ribeirão da Ilha, localizado em Florianópolis/SC, foi um dos primeiros povoados portugueses da cidade. Esta localidade guarda consigo um conjunto de patrimônios culturais que são pensados como atrativos, oferecidos pelas instâncias governamentais e privadas ligadas ao turismo, para quem procura conhecer e vivenciar os aspectos particulares do lugar. Entendemos que o turismo na localidade tem oportunizado uma série de ações que culminam num iminente processo de objetificação, exatamente, dos seus bens considerados patrimoniais. Esta objetificação pode ser percebida, por um lado, em relação à prática da maricultura, que não só é cultivada, mas também objeto de consumo, através de circuitos de bares e restaurantes. Por outro lado, há identificação da apropriação do discurso local quando referido ao patrimônio cultural. Entre as estratégias, temos a da mídia voltada para os turistas, que usa as representações e imagens do patrimônio local como pano de fundo de suas ações. Nas imagens que circulam sobre a localidade, se percebem indícios de uma objetificação cultural, principalmente através de discursos que naturalizam e inserem a prática da maricultura na localidade.

Palavras-chave: identidade cultural, paisagem cultural, turismo e patrimonialização.

ABSTRACT

The Ribeirão da Ilha neighborhood, located in Florianópolis / SC, was one of the first Portuguese settlements in the city. This location keeps a set of cultural patrimonies that are thought of as attractive, offered by government and private entities linked to tourism, for those seeking to know and experience the particular aspects of the place. The local tourism has been giving the opportunities of a range of actions that culminate, we believe in the imminent objectification process, specially, their goods, considered patrimonial. This objectification can be seen on one hand, to the practice of mariculture, which is not only grown, but also object of consumption, by circuits of bars and restaurants. On the other hand, there is an identification of the local speech appropriation when referring to cultural heritage. Among the strategies, we have the media faced to the tourists, using the representations and images of local heritage as a backdrop for their actions. In the images circulating about the location, signs of a cultural objectification are perceived, mainly through speeches that naturalize and enter the practice of mariculture in the locality.

Keywords: cultural identity, cultural landscape, tourism and patrimonialization.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 | Sob a proteção de Nossa Senhora da Lapa | 31

Fotografias 2 e 3 | Sincretismos – De quem é o Ribeirão? | 64

Fotografias 4 e 5 | Entre a casa e a rua - Facetas do comércio de moluscos na região | 68

Fotografias 6 e 7 | Temporalidades - O rural e o urbano | 68

Fotografias 8 e 9 | Continuidades - De costas para rua, de frente para o mar | 74

Fotografias 10 e 11 | Descontinuidades- O velho novo ou o novo velho? | 75

Fotografias 12 e 13 | Fora do tempo - Imagens do passado patrimonializado | 76

Fotografias 14, 15, 16 e 17 | Policromia do patrimônio | 77

Fotografias 18, 19 e 20 | Representações – Qual é a “cara” do patrimônio? | 83

Fotografias 21 e 22 | Ribeirão da Ilha - O berço da ostra catarinense? | 86

Fotografias 23 e 24 | Estratégias - Saberes e práticas locais compartilhados | 87

Fotografias 25 e 26 | Imagens e representações do patrimônio cultural local | 104

Fotografia 27 | Arte turística – Circulação de saberes locais | 107

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 | Organização socioespacial do Ribeirão da Ilha | 59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV | Associação Brasileira de Agências de Viagens de Santa Catarina
ABRASEL | Associação Brasileira de Bares e Restaurantes |
ACIF | Associação Comercial e Industrial de Florianópolis |
ASIMAR | Associação de Maricultores do Sul da Ilha |
DPI | Departamento do Patrimônio Imaterial |
EPAGRI | Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina |
Fenaostra | Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana |
GTPI | Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial |
INRC | Inventário Nacional de Referências Culturais |
IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
IPUF | Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis |
LMM | Laboratório de Moluscos Marinhos do Departamento de Engenharia de Aquicultura |
NAUI | Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural |
NEA | Núcleo de Estudos Açorianos |
PMF | Prefeitura municipal de Florianópolis |
SANTUR | Santa Catarina Turismo S/A |
SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
SENAR | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de Santa Catarina |
SETUR | Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes |
SPHAN | Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional |
UDESC | Universidade do Estado de Santa Catarina |
UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
UNESCO | Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
Capítulo 1	31
Processos identitários e patrimônio cultural na Ilha de Santa Catarina	
1.1 Nasce uma comunidade: A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa	31
1.2 Comunidade para quem? Incluídos e excluídos do processo de valorização da identidade açoriana.....	35
1.3 Patrimônio para quem? A constituição do campo do patrimônio cultural imaterial no Brasil	47
Capítulo 2	55
O campo do patrimônio cultural no Ribeirão da Ilha	
2.1 O patrimônio cultural como um campo: um viés bourdieusiano.	55
2.2 Os agentes do patrimônio cultural no Ribeirão da Ilha.....	58
2.2.1 Religiosidades – Sob a proteção de Nossa Senhora da Lapa	61
2.2.2 Cotidiano e temporalidades – E o Ribeirão da Ilha continua assim... ..	67
2.2.3 Imagens e paisagens – De costas pra rua, de frente pro mar	70
2.3 Estratégias e saberes locais.....	84
Capítulo 3	95
Continuidades e discontinuidades: Saberes locais e turismo	

3.1 Turismo e patrimônio cultural.....	95
3.2 Paisagens culturais em contextos de patrimonialização	99
3.3 Interfaces: Saberes locais e turismo cultural.....	105
3.4 O Zé Pereira é nosso, o Zé Pereira é ribeironense	112
3.5 Local ou global? O Ribeirão da Ilha como o berço da ostra catarinense	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	129

INTRODUÇÃO

Há dez anos, quando ingressei no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina, uma das minhas motivações foi o desejo de estudar temáticas relacionadas com a formação cultural da cidade de Florianópolis. Ao longo do curso senti falta de disciplinas que abordassem o assunto e saciassem minha curiosidade e estímulo iniciais. Em 2006, quando passei a integrar o Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), coordenado pela prof.^a Dr.^a Alicia Castells, vivenciei minha primeira pesquisa em campo. Era o projeto de pesquisa Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR) – Sertão de Valongo – Porto Belo/SC IPHAN/SC.

Com o passar do tempo fui amadurecendo a ideia de trabalhar algum aspecto cultural de Florianópolis desde a perspectiva do patrimônio cultural. Finalmente, em dezembro de 2007, após auxiliar na revisão bibliográfica e nas saídas de campo do levantamento preliminar do projeto Freguesias Luso-brasileiras na Grande Florianópolis¹, decidi estudar em meu trabalho de conclusão de curso uma manifestação cultural apontada como forma de expressão por esse trabalho, a festa popular Zé Pereira, que tem como cenário a Freguesia² do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis. Na ocasião, a escolha foi movida, em grande parte, por conta da minha familiaridade com a região. Neste bairro, nasceram meus avós paternos, que não cheguei a conhecer, bem como meu pai, que passou sua infância e juventude na localidade. De certa forma, adentrava neste universo tão familiar e tão distante de mim ao mesmo tempo em que tinha necessidade de resgatar a história da minha família.

Naquele momento, o objetivo era estudar a folia do Zé Pereira na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, uma festa que acontece desde o início do século XX e que por gerações envolve parte dos moradores locais e dos membros da Banda Nossa Senhora da Lapa. Busquei elaborar uma etnografia sobre a festa, traçando sua história desde o surgimento até a atualidade, a partir de uma abordagem teórica que privilegiou a perspectiva do patrimônio cultural e o conceito de festa nas Ciências Sociais, especialmente na Antropologia.

Durante a realização de meu Trabalho de Conclusão de Curso

1 O Projeto Freguesias Luso-brasileiras na Grande Florianópolis foi uma iniciativa do IPHAN/SC.

2 As freguesias eram divisões administrativas que abrangiam as estruturas civil e eclesiástica.

deparei-me com a prática de atividades turísticas que muitas vezes usavam como argumento o discurso sobre o patrimônio cultural local. Sentia necessidade de tratar este tema de alguma forma. Ao longo do tempo, fui amadurecendo esta ideia e, mesmo depois da defesa de meu TCC, em 2010, continuei acompanhando as atividades relacionadas ao Ribeirão da Ilha, através da mídia digital e impressa e de conversas informais com parentes e amigos que residem no bairro. Assim, continuei pesquisando, pensando, produzindo materiais e participando de seminários e congressos, sempre com intuito de amadurecer o olhar sobre um lugar que sempre foi familiar para mim.

Neste momento, estou desconstruindo minha visão de mundo nativa a respeito do local de desenvolvimento da pesquisa. Tomo distância, teórica e temporal, de meu TCC e da minha participação no projeto Freguesias e dou início a esta nova etapa da minha vida acadêmica utilizando as discussões sobre patrimônio cultural como constituintes de um *campo* nos termos de Bourdieu.

A iniciação do novato em Antropologia, especificamente no curso de mestrado em Antropologia Social, acontece por meio de uma imersão nos campos da teoria e da prática. A princípio, o contato com as teorias antropológicas possibilita disciplinar o olhar teórico e metodológico para o momento da entrada no campo. Mas será que é simples assim? Aprender o *trabalho do antropólogo* não se limita ao contato com escolas antropológicas e linhas de pensamento. Cardoso de Oliveira (1998) nos fala de uma *domesticação teórica do olhar* que neste contexto pode ser entendida como a origem do termo disciplina. Assim, as disciplinas que cursamos ao longo da vida acadêmica condicionariam a maneira como vemos o mundo.

Para o autor, *olhar* é a primeira das três etapas para a apreensão dos fenômenos sociais seguido do ato de *ouvir* e do ato de *escrever*. Muito já se falou desta tríade, que se tornou um clássico, porém, é conveniente destacar a importância, sobretudo para nosso antropólogo iniciante, da reflexão sobre os desdobramentos destes atos tão caros à Antropologia. Para Cardoso de Oliveira *olhar* e *ouvir* são atos que estão ligados e que são revisitados no momento em que se senta para *escrever*. Além de saber ver e escutar, é preciso saber interpretar as relações e os fatos sociais registrados em campo. Neste momento, fica clara a importância das disciplinas acadêmicas como instrumento na construção do conhecimento sobre determinado grupo. Nesse contexto, as teorias estudadas na academia constituem a língua do antropólogo dentro do jogo dos *idiomas culturais*.

Os *idiomas culturais* se expressam nas diferenças entre o

mundo do pesquisador e o dos sujeitos de pesquisa. Mas o que fazer quando o pesquisador se sente, de alguma forma, parte do universo pesquisado? Como o antropólogo lida com os seus vários *idiomas culturais*? a saber: o acadêmico e o nativo? Junto com esta inquietação vêm à tona questões relativas à ética e à subjetividade do pesquisador. Ao trabalhar com grupos com os quais se nutre algum tipo de proximidade ou afinidade, o novato logo percebe que a antropologia não se resume a teoria e método.

Na minha pesquisa, o lugar do campo coincide com um lugar de memórias e de histórias familiares, ali estão minhas raízes e minha “identidade nativa de açoriano-descendente”. O exercício de distanciamento e estranhamento do campo está sendo simultaneamente um exercício de *desconstrução* de minha visão de mundo nativa. O bairro do Ribeirão da Ilha é um lugar conhecido e referenciado pelos meios institucionais como uma “comunidade tipicamente açoriana”. Esta era também minha visão a respeito do local, inclusive durante a realização do TCC. Somente após retomar minha pesquisa, aos poucos, fui construindo outra perspectiva em relação ao campo. Este novo ponto de vista afetou meu projeto inicial de conhecimento.

Ao buscar mais informações sobre a localidade me deparei com dados que já conhecia, mas tratados de maneira diferente. Já tinha conhecimento a respeito da história do local, sabia que outros grupos, além dos açorianos, passaram pela região ao longo da história. Mas, não havia me dado conta de que estes outros grupos – indígenas, africanos e seus descendentes mantidos na condição de escravos na região – não foram privilegiados no processo de afirmação da identidade local. Nesse sentido, posso dizer que me senti *afetada*, de maneira similar a Favret-Saada (2005). Entendi que minha percepção de que os habitantes do Ribeirão da Ilha constituíam uma comunidade tipicamente açoriana precisava ser revista.

Esta mudança de percepção deu outra perspectiva ao meu campo e também para o que eu entendia como constituinte da minha própria identidade cultural. Para Favret-Saada, ser afetada significa “experimentar de uma forma indireta as sensações, percepções e pensamentos do outro” (2005, p. 5). Não é necessariamente empatia e, sim, a possibilidade de se colocar em um lugar que permite a comunicação involuntária com o outro. Se deixar afetar é compreender a experiência vivida em campo como um diálogo, que diminui a distância entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa. É ser afetada pelos mesmos elementos que afetam o outro, porém, com apreensões e sensações diferenciadas. Neste momento, entendi que minha postura de

pesquisadora-nativa estaria sempre em construção.

Na tentativa de entender o que me impossibilitava de ver os dados de outra maneira, encontrei apoio nas palavras de Velho (1987), que diz o seguinte: “A realidade (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada” (p. 129). No meu caso, este filtro era uma espécie de mapa mental cristalizado onde estavam registradas minhas impressões, informações e estereótipos que constituíam minha visão sobre a questão. Esta imagem construída desde a infância foi sendo reforçada em minhas primeiras experiências na vida escolar onde a descendência açoriana me foi oficialmente apresentada. O envolvimento com questões mais profundas, no âmbito teórico e prático, está contribuindo no processo de descristalização das imagens que constroem minha realidade familiar. A partir dessa mudança de perspectiva, pude conceber meu projeto de um ângulo que apontava para outras preocupações. Ao ver meu projeto inicial “ruir”, encontrei na minha própria decepção elementos para dar novo impulso à pesquisa.

Partindo de novos olhares e preocupações, dei início ao trabalho de campo. Meu campo foi composto de incursões contínuas, com duração de três a cinco dias, ao longo do ano de 2013. Neste período, retomei alguns contatos assim como procurei outras indicações. Percorri restaurantes, mercados, praças, festas religiosas e outros locais, que me puseram em contato com o dia-a-dia da localidade. Nesta etapa, foram realizadas observações e entrevistas abertas semiestruturadas com objetivo de compreender a relação dos moradores da localidade com as atividades turísticas e com os aspectos da região adjetivados como patrimoniais.

Minha primeira incursão iniciou-se no mês de março de 2013. Porém, antes disso, já vinha acompanhando notícias e acontecimentos relacionados ao meu campo de pesquisa. Inclusive, em dezembro de 2012, tive a oportunidade de acompanhar o 1º Festival das Ostras do Ribeirão, evento que foi determinante para o foco da minha pesquisa. Com a possibilidade de acolhida na casa de familiares, fiz idas contínuas, permanecendo por lá conforme a disponibilidade dos que me acolheram, das condições do tempo e do calendário de atividades da localidade.

Entre as atividades que pude acompanhar na localidade, cito apresentações musicais na Praça Hermínio Silva, promovidas pela maratona cultural; encenação da paixão de Cristo, organizada por membros da comunidade local; Festa do Divino Espírito Santo e saídas de estudos com crianças em idade escolar, e visitação de turistas, que

vão ao bairro para conhecer o patrimônio do local. Além de acompanhar estas visitas, aproveitava a estadia na localidade para fazer caminhadas, observações, contatos e entrevistas com moradores. Inclusive, a vivência na casa das pessoas que me acolheram permitiu acesso a detalhes, informações e histórias que não seriam possíveis de registrar por meio das entrevistas.

Quando não estava fisicamente em campo, acompanhava as notícias sobre a localidade na mídia e nas redes sociais, tais como Facebook, ferramenta que tem sido uma das fontes de informação para o meu trabalho. Ainda hoje acompanho páginas de eventos da localidade, restaurantes e instituições religiosas. Inclusive fui convidada, por uma amiga que sabe do meu trabalho, para participar de um grupo dentro de uma rede social, que tem como objetivo compartilhar histórias sobre o passado da localidade. Além disso, meus parentes e conhecidos que residem na região são fontes constantes de informação e estão sempre me contando as novidades ou compartilhando alguma memória afetiva do bairro.

Mesmo tendo concluído as incursões em campo, vez ou outra, eventos relacionados à temática açoriana na cidade de Florianópolis me chamam atenção. Em agosto de 2014, quando já estava dedicada ao trabalho de escrita, decidi fazer uma visita ao 21º Açor – Festa da Cultura Açoriana em Santa Catarina, que aconteceu na Freguesia de Santo Antônio de Lisboa, na região norte da Ilha de Santa Catarina. Este evento, organizado pelo NEA – Núcleo de Estudos Açorianos –, é uma das estratégias para a divulgação e valorização da cultura e identidade açorianas alavancadas pelo chamado movimento açorianista. O referido evento percorre as diversas cidades do litoral catarinense que possuem elementos da cultura de base açoriana. O local escolhido para a realização da festividade em Florianópolis, assim como o Ribeirão da Ilha, é uma das freguesias fundadas por migrantes açorianos que se instalaram na região. O espaço organizado para o evento tinha organização semelhante à de outros eventos que acompanhei, tais como Fenaostra, Festival da Tainha e Festival das Ostras.

Na programação, estavam elencados diversos grupos folclóricos que se apresentaram em um palco junto à praça de alimentação destinada ao consumo de “gastronomia típica do litoral catarinense”. Também havia dois blocos de estantes para exposição, o primeiro destinado às fundações, instituições culturais e festividades dos municípios participantes. Um dos estandes que me chamou a atenção foi o do 18º Festival do Pirão de Barra Velha, prato comum entre a população indígena que habitava o litoral catarinense, apropriado e

ressignificado pelas populações migrantes, ao ponto de ser considerado um prato tipicamente açoriano, quando enunciado aos turistas nos diversos restaurantes da localidade.

Outro espaço que me chamou atenção foi a Exposição das Escolas Municipais de Florianópolis que aderiram ao Projeto do 21º Açor. O projeto levou às escolas temáticas do universo da cultura açoriana para serem trabalhados em sala de aula. O resultado do trabalho estava exposto em *banners* que explicavam as metodologias e os resultados da ação entre as crianças. Um dos projetos, intitulado: “Preservação da saúde e cultura dos nossos antepassados utilizando plantas da cultura de base açoriana” foi realizado na Escola Básica Municipal Dom Paschoal Apóstolo, localizada no Ribeirão da Ilha.

Entre as atividades oportunizadas pelo projeto estão: mapeamento das plantas medicinais usadas na região através de entrevistas com a comunidade; pesquisa de dados sobre as plantas medicinais mencionadas; cultivo das espécies em um herbário para posterior acesso da população local; elaboração de um livro de pesquisa com as plantas mencionadas e, finalmente, uma comparação entre as plantas catalogadas no livro com as espécies encontradas no arquipélago dos Açores. A experiência escolar ensina a pensar e atuar em relação ao seu grupo de pertencimento. Esta passagem, embora pontual, me fez pensar na influência da escola, um dos veículos de transmissão cultural, e na minha própria formação identitária de açoriano-descendente.

No ano de 2014 tive oportunidade de me aproximar do universo institucional do patrimônio cultural na superintendência do IPHAN-SC como consultora da área de patrimônio cultural. Minhas atividades aconteceram no âmbito do projeto “Difusão da Política do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil” desenvolvido pela UNESCO – Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. E foram oportunas para o desenvolvimento desta pesquisa. Até então meu envolvimento com a temática estava restrito ao mundo acadêmico por meio de leituras e sucessivos trabalhos de campo que, embora fossem intensos, não me davam uma visão realmente ampla da temática do patrimônio. No decorrer das atividades da consultoria, passei a experimentar o campo do patrimônio sob outra ótica e, assim, fui construindo minha própria experiência.

Dentro do mundo institucional tão criticado pelos colegas da academia descobri novos ângulos de observação deste vasto universo em que as políticas do patrimônio cultural brasileiro se inserem. Desta forma pesquisadora, antropóloga e por que não?, “nativa” se colocaram em relação para apreender novos conceitos e pontos de vista.

Junto ao IPHAN/SC participei de eventos importantes relacionados a temas na área do patrimônio cultural no Brasil, tema central de minha dissertação. O primeiro foi o encontro final do Projeto “Pesquisadores Guarani no processo de transmissão de saberes e preservação do patrimônio cultural Guarani”, na Aldeia Boa Vista, em Ubatuba, São Paulo. O referido projeto é uma parceria do IPHAN com o CTI – Centro de Trabalho Indigenista e tem como propósito a formação de pesquisadores Guarani para atuarem nas atividades de pesquisa e na elaboração dos produtos resultantes do projeto.

O segundo foi a participação na I Reunião de Alinhamento da Salvaguarda da Capoeira – Programa Pró-Capoeira, na sede do IPHAN em Brasília/DF. A capoeira é um bem registrado de abrangência nacional e o desenvolvimento de ações voltadas à mobilização dos detentores, bem como o mapeamento e identificação do universo da capoeira acontece em resposta ao plano de Salvaguarda traçado para o bem. Para mim, o encontro foi extremamente importante para entender a política de salvaguarda para bens registrados e as políticas voltadas ao patrimônio cultural brasileiro de maneira geral, pontos que permeiam o tema da minha dissertação. Além disso, integro a equipe responsável pela instrução do processo de registro do primeiro bem cultural imaterial a ser reconhecido no estado de Santa Catarina, a Procissão do Nosso Senhor Jesus dos Passos, que é realizada na cidade de Florianópolis.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Processos identitários e patrimônio cultural na Ilha de Santa Catarina”, apresenta uma síntese histórica da construção da açorianidade na região. As sessões seguintes “Nasce uma comunidade: A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa” e “Comunidade para quem? Incluídos e excluídos do processo de valorização da identidade açoriana” trazem à tona a discussão acerca dos conceitos de comunidade e identidade, especialmente em relação às estratégias de valorização e manutenção da identidade açoriana promovidas no município de Florianópolis, bem como sua repercussão em localidades com forte presença da figura do açoriano-descendente, como é o caso do Ribeirão da Ilha. A última sessão do capítulo “Patrimônio para quem? A constituição do campo do patrimônio cultural imaterial no Brasil”, discorre brevemente a respeito da constituição do campo do patrimônio cultural brasileiro partindo de alguns dos principais teóricos da área e problematizando questões como: autenticidade, objetificação, patrimonialização e registro.

O segundo capítulo, “O campo do patrimônio cultural no Ribeirão da Ilha”, se desenvolve a partir do conceito de *campo* de

Bourdieu. Neste momento, partimos das experiências vividas durante o trabalho de campo para abordar as questões emergentes nas discussões do patrimônio cultural no Brasil. Nas sessões seguintes, “Religiosidade – Sob a proteção de Nossa Senhora da Lapa”, “Cotidiano e temporalidades - E o Ribeirão da Ilha continua assim”, “Imagens e paisagens - De costas pra rua, de frente pro mar” e “Estratégias e saberes locais”, apresentaremos os *agentes* deste campo, bem como suas motivações, *estratégias* e posicionamentos diante das questões que emergem na localidade, entre elas a patrimonialização e a essencialização para fins turísticos.

Em seguida, o capítulo “Continuidades e discontinuidades: Saberes locais e turismo” tem como ponto de partida as questões que se destacaram no desenvolvimento da pesquisa de campo. Em “paisagens culturais em contextos de patrimonialização”, há um breve histórico da concepção de turismo cultural e sua relação com lugares patrimonializados. E “O Zé Pereira é nosso, o Zé Pereira é ribeironense”, mostro a relação de comprometimento, de jovens da localidade, com a memória e história do bairro. Já a sessão intitulada “Interfaces: Saberes locais e turismo cultural” discute o uso e a construção da imagem patrimonializada da localidade e as articulações feitas por moradores e instituições que se apropriam desta imagem. A última sessão, “Local ou global? O Ribeirão da Ilha como o berço da ostra catarinense”, aborda a objetificação da cultura pela ostra, que tem sido respaldada por um discurso que naturaliza e insere a maricultura na localidade.

Capítulo 1

Processos identitários e patrimônio cultural na Ilha de Santa Catarina

A apresentação do contexto histórico do conceito de identidade cultural em Santa Catarina e dos desdobramentos relativos à imagem dos “açoriano-descendentes”, especialmente entre os moradores do Ribeirão da Ilha, faz-se necessária para entendermos as mudanças ocorridas na localidade. Essas mudanças têm como marco o processo de implementação da maricultura e seus desdobramentos. Além disso, discutiremos brevemente o histórico das políticas voltadas para o patrimônio cultural. No capítulo seguinte, apresentaremos as impressões e os relatos feitos a partir da experiência vivida in loco sob a ótica dos aportes teóricos do campo do patrimônio cultural no Brasil.

É como se a gente tivesse voltado no tempo, essas casinhas coloridas conservam os traços da colonização açoriana de mais de duzentos e cinquenta anos, só o passeio por essas ruas estreitas já vale a visita, mas a região tem muito mais a oferecer ao visitante... Na comunidade moram cerca de duas mil pessoas, são autênticos manezinhos da Ilha! (Transcrição de reportagem televisiva, Estúdio Santa Catarina - RBS TV, exibida em 16/12/2012)

Fotografia 1 - Sob a proteção de Nossa Senhora da Lapa.



1.1 Nasce uma comunidade: A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa

Dentre as freguesias que se espalharam pelo litoral catarinense, está a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa, situada no atual bairro Ribeirão da Ilha, ao Sul de Florianópolis. Segundo Santos (2004), as freguesias foram instaladas em Santa Catarina em função da colonização açoriana, e “caracterizadas como tendo o seu centro numa praça em quadro, onde um dos lados era ocupado

peia igreja, essas freguesias ainda hoje apresentam características

particulares quanto à arquitetura das construções, propriedades, sistema econômico, tradições, folclore e maneiras de falar” (2004, p. 51).

Alguns historiadores, dentre eles Boiteux e Medina, fazem referência à chegada e possível estadia, por volta de 1526, do navegador espanhol Sebastião Cabotto, dizendo que ele aportou no Ribeirão porque a enseada oferecia um porto natural com estrutura para a construção de embarcações e terra firme para erguerem acampamento. Sebastião Cabotto e seus homens ficaram na região por algum tempo. A partir de então, o lugar onde se fixaram passou a ser chamado pelo mesmo nome dado ao pequeno rio existente na localidade: Ribeirão. Depois da passagem de Cabotto até a chegada dos primeiros casais de açorianos, em 1748, não há informações precisas sobre a vida na localidade.

Para os autores Farias (1998) e Santos (2004) o processo de imigração dos açorianos para a Ilha de Santa Catarina iniciou-se em 1746 quando, por decisão do Conselho Ultramarino, Portugal decidiu enviar parte da população do arquipélago³ para habitar a região Sul do Brasil. Agindo assim, a coroa portuguesa acreditava resolver dois problemas de uma só vez: diminuir a densidade demográfica das ilhas açorianas, cuja população sofria em consequência da escassez de terras; e prover de infraestrutura a região sul brasileira, importante para seu plano de domínio e expansão territorial. Esse fluxo migratório, que ocorreu de 1748 a 1756, trouxe cerca de 5.000 pessoas ao litoral do Estado de Santa Catarina. Os recém-chegados à costa litorânea catarinense foram distribuídos em pequenas freguesias que tinham suas atividades econômicas voltadas às necessidades da colônia.

O antigo distrito de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão foi instituído em 11 de julho de 1809, na época abrangendo grande parte das praias da porção ao Sul da Ilha. Ainda no mesmo ano, em 19 de janeiro, criou-se a freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão. Em função dos portos do Contrato, da Freguesia e da Tapera, a região era uma importante via de escoamento da produção do distrito aos mercados catarinenses. A população dedicava-se à produção agrícola aliada à atividade pesqueira, abastecendo assim os habitantes do meio urbano, as tropas e a tripulação das embarcações que transitavam pela região.

Entretanto, a partir da década de 1920, a produção da localidade inicia um processo de decadência. Entre os fatores dessa decadência podemos elencar o desenvolvimento mercantil de outros municípios

3 O arquipélago de Açores situa-se no meio do oceano Atlântico, entre a Europa, a América e a África; distam cerca de 1.500 km de Lisboa e 8.000 km de Florianópolis e foram povoadas por portugueses desde o início do século XV.

catarinenses, aliado aos investimentos em infraestrutura na Ilha de Santa Catarina, sobretudo viária, com a inauguração da Ponte Hercílio Luz. Dessa forma, a comunicação marítima perde força e os portos que aqueciam a economia da região têm sua função enfraquecida.

Depois do declínio das atividades portuárias e da escassez gradativa enfrentada pelos pescadores artesanais, uma parcela de moradores do Ribeirão passou a procurar oportunidades de trabalho remunerado no terceiro setor, principalmente no centro de Florianópolis. Outros seguiram conciliando a pesca artesanal com outras ocupações que provesses renda às suas famílias. Neste contexto, o advento da maricultura trouxe novas perspectivas de empregabilidade para o Ribeirão da Ilha.

Atualmente, a pesca artesanal está em processo de desaparecimento. Poucos pescadores ainda mantêm técnicas tradicionais de pesca. Fatores como a escassez de peixes e camarão, devido à pesca predatória e à poluição, além da pesca industrial em alto-mar, contribuem fortemente para o desaparecimento deste saber. Ainda existem pescadores que resistem ao tempo e às dificuldades e mantêm o ofício. Nesse caso, geralmente senhores idosos e já aposentados que continuam pescando para consumo próprio. As vendas ocorrem quando há excedente. A maioria desses pescadores produz suas próprias redes e tarrafas⁴ e há casos em que a pesca artesanal está combinada com a maricultura, que neste contexto surge como uma alternativa econômica para a região. Esses ofícios não são excludentes entre si, mas complementares.

A maricultura é o cultivo de moluscos bivalves marinhos, mexilhões e ostras, em seus habitats naturais e com objetivos comerciais. A partir da década de 1990, em Florianópolis, pescadores artesanais e profissionais independentes, com o apoio do LMM – Laboratório de Moluscos Marinhos do Departamento de Engenharia de Aquicultura da UFSC, em parceria com a EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, se engajaram em projetos para a implementação da maricultura em vários pontos da cidade.

O Ribeirão, em especial, com sua baía calma e de água gelada, se mostrou promissor para a atividade uma vez que a localidade já apresentava espécies nativas de moluscos marinhos, tais como ostras, mariscos e berbigões. O trabalho dos aquicultores e agrônomos

4 Rede de pesca, circular, com chumbo nas bordas, e ao centro uma corda, que permite retirá-la fechada da água (FERREIRA, 2004, p. 766).

introduziu a espécie exótica proveniente dos mares do Pacífico, conhecida como ostra japonesa. Atualmente, o cultivo de ostras depende da produção de sementes em laboratório e o LMM disponibiliza safras de dezembro a julho para os maricultores do litoral catarinense.

Segundo informações dos organizadores da 15ª Fenaostra – Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana, a produção de ostras em Florianópolis representa 80% do mercado nacional, sendo este o principal produto da cidade. Eventos como a Fenaostra são estratégicos para a popularização do consumo dos moluscos na medida em que proporcionam à Capital a consolidação do título de capital nacional da ostra, além de apresentarem uma verdadeira bricolagem, em que os diversos atrativos são imediatamente vinculados a um resgate da cultura açoriana.

Outra atividade fortemente presente na localidade é a música através da Sociedade Musical e Recreativa Nossa Senhora da Lapa. Fundada oficialmente em 1896, atualmente a instituição abriga em sua sede própria, atrás do Centro Social Comunitário da Freguesia do Ribeirão, os músicos da Banda Nossa Senhora da Lapa e a Escola de Formação Musical Lapa. As aulas são gratuitas e abertas a crianças, jovens e adultos interessados em aprender instrumentos de sopro. Ali nascem novos talentos que podem vir a integrar o quadro de músicos da banda, que se apresentam em festas tradicionais na região da grande Florianópolis, como nas festas do Divino Espírito Santo e a Procissão do Senhor Jesus dos Passos.

Os músicos da Nossa Senhora da Lapa também se dividem em grupos menores, como é o caso do “Chorinho da Lapa” e da “Banda do Zé Pereira”. O primeiro grupo faz apresentações de choro e samba durante o ano. Já o segundo nasceu da união de alguns músicos da banda para tocar marchinhas e músicas de carnaval, o que inclui a festa da Zé Pereira, no Ribeirão da Ilha, além de outros eventos em diversos lugares da cidade e até do Estado mediante contratações particulares. A Banda Nossa Senhora da Lapa tornou-se uma instituição respeitada, declarada de utilidade pública municipal pelo Decreto nº 3.767/92, de 21 de maio de 1992.

Desde o ano de 2009, a instituição desenvolve o projeto “Educação Musical Popular”, por meio de um convênio com o Ministério da Cultura que visa desenvolver a rede Pontos de Cultura do Estado de Santa Catarina. Além dos subsídios e incentivos que ajudam a manter a instituição, outra fonte de renda advém dos sócios que contribuem mensalmente. A Sociedade Musical e Recreativa Lapa

possui estatuto para nortear as atividades e uma diretoria, eleita pelos sócios a cada dois anos. Alguns estudos recentes, como a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina, de Mauro César Cislighi, apresenta um panorama a respeito das relações estabelecidas entre as bandas musicais consideradas tradicionais e as comunidades onde estão inseridas. O autor aponta a presença destes conjuntos musicais instrumentais em algumas das importantes manifestações populares brasileiras, a exemplo de festividades religiosas e cívicas. Cislighi (2009) ainda destaca que a atuação destes grupos musicais acaba colaborando para a preservação do patrimônio cultural local, uma vez que valoriza, traduz e transmite geracionalmente os rituais mais significativos da comunidade (p.18-19).

1.2 Comunidade para quem? Incluídos e excluídos do processo de valorização da identidade açoriana

Os índios que moravam aqui eram os Guarani, então os açorianos chegaram e conheceram um prato que o pessoal chama de açoriano que é o peixe frito com pirão, não é açoriano, é o açoriano que aprendeu com o índio e aí saiu esse prato: ah! Comida açoriana, peixe frito com pirão, não existe, pirão eles nem sabem o que é lá nos Açores. (palestrante, ecomuseu do Ribeirão, 2013).

Aqui nessa ilha da frente, a Ilha Dona Francisca, dizem que ali tinha um engenho de cana-de-açúcar e parece que um de farinha, diz que de manhã cedo só escravos tudo cantando, desciam, vinham até aqui, pegavam a canoa pra ir trabalhar lá.No final de tarde era a mesma coisa, eles vinham, dizem que ali pra cima ainda tem pedaço de senzala. (moradora, 2013).

Durante os séculos XVIII e XIX o Ribeirão da Ilha foi majoritariamente agrícola, pecuário e pesqueiro. Hoje o que resta desta produção está voltado para consumo próprio e venda em baixa escala. A localidade é considerada uma “comunidade tipicamente açoriana” em razão da imigração que ocorreu em 1748. Sabemos, no entanto, que outros grupos deixaram suas marcas ali como, por exemplo, os índios

Carijó⁵ que habitavam o litoral catarinense assim como os africanos e seus descendentes trazidos na condição de escravos à região⁶ e, mais recentemente, migrantes dos mais diversos lugares que fixaram residência no bairro.

A partir da década de 1950, quando se iniciavam as atividades do turismo de massa em nível mundial, criou-se uma expectativa em torno da potencialidade de que a atividade turística pudesse promover um intercâmbio cultural entre os moradores locais e os visitantes. Neste contexto, o Ribeirão da Ilha, assim como outras localidades da cidade de Florianópolis, foram timidamente se ambientando a esse novo fluxo de pessoas. Essa mudança ocorreu principalmente a partir da década de 1970, quando a chegada e a ampliação da rede viária permitiram melhoramentos e implantações de serviços como transporte coletivo, postos de saúde e energia elétrica.

Na tentativa de equacionar, com base nos dados apresentados, a pertinência ou não da história oficial que apresenta o Ribeirão como uma comunidade tipicamente açoriana, alguns questionamentos são oportunos: O que se entende por comunidade?, ou melhor ainda, comunidade para quem? Sob essa ótica, na esteira das marcas deixadas pelos diferentes povos no território, que estão presentes tanto nos nomes dados aos acidentes geográficos quanto pelos costumes que foram adaptados e apropriados por outros grupos, como, por exemplo, o pirão. Indo temporalmente de um extremo a outro, nos deparamos com questões atuais, característicos deste tempo globalizado, como o embate em relação aos usos da orla turística. E para dar conta destas questões, optamos por partilhar da visão de comunidade que é defendida por Bauman.

Este autor faz a crítica ao conceito, argumentando que há uma idealização baseada no entendimento e compartilhamento da existência de um sentimento recíproco e vinculante entre seus membros. Para Bauman (2003), num mundo globalizado, as informações passam a circular independentes de seus portadores e “a fronteira entre o ‘dentro’ e o ‘fora’ não pode ser mais estabelecida e muito menos mantida” (p.

5 Carijó é uma denominação europeia ao grupo indígena da nação Tupi-Guarani estabelecido na região.

6 A presença africana em Florianópolis é retratada na recente coletânea “História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina”, que traz elementos para pensarmos a presença negra na cidade, especialmente entre os séculos XIX e XX, e sua invisibilidade na memória histórica (MAMIGONIAN e VIDAL, 2013).

19).

Ao conversar com moradores da localidade é comum ouvir a expressão “gente de fora” fazendo referência a pessoas que supostamente não fariam parte da “comunidade ribeironense”. Em contraponto teríamos os “de dentro”, “*os nativos*”, que seriam os moradores com mais tempo de residência na região. Nesse sentido, Elias e Scotson, na obra “Os estabelecidos e os *outsiders*” (2000), trazem luz à discussão. Os estabelecidos podem ser definidos como um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como a “boa sociedade”. Este grupo teria a identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência, compondo assim um modelo moral para os outros. Em contrapartida, os *outsiders* são os que estão de fora, os não membros da “boa sociedade”, formando um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os estabelecidos. A coesão grupal se torna uma característica marcante nos estabelecidos e permite uma identificação coletiva com as regras, tabus sociais e memórias do grupo.

Este sentimento de compartilhamento do passado e de memória que perpassa gerações pode ser observado entre os moradores da Freguesia do Ribeirão da Ilha que dizem ser os “de dentro”, os açoriano-descendentes. “Dizem que a gente é tudo descendente de açoriano”, dizem eles, em detrimento de outros grupos que viveram na região, o que inclui indígenas, afrodescendentes e os fluxos migratórios mais recentes.

O bicentenário da colonização açoriana em Santa Catarina, em 1948, reuniu solenidades e eventos em comemoração à data. Entre as atividades da festividade havia espaço para discursos de autoridades locais que exaltavam a bravura e a coragem dos que se dispuseram à travessia do Atlântico rumo ao desconhecido. Segundo Flores (2000), neste momento, houve a “criação de memória” relativa ao fenômeno migratório que até então não estava consolidado na pauta dos historiadores catarinenses⁷. Nesse contexto, todas as minúcias do trabalho e da vida dos colonizadores foram destacados:

O árduo trabalho da agricultura; o

⁷ O referido congresso, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, foi conduzido por Henrique da Silva Fontes e Oswaldo Rodrigues Cabral que já se debruçavam em escritos a respeito da temática. Neste sentido, a ocasião mostrou-se oportuna para o nascimento de uma forma mais sistemática e extensa de registro a respeito da história da colonização açoriana em Santa Catarina.

desenvolvimento de artes e ofícios, como cerâmica, o engenho de farinha de mandioca, o tecido feito em tear doméstico, a renda de bilro, etc.; a dedicação à pesca de subsistência ou à pesca da baleia em alto-mar; a defesa militar; o trabalho recrutado para as obras públicas; a sedimentação da língua, da cultura, da religião, das instituições de origem portuguesa. Diziam que os açorianos construíram um pedaço de Brasil no sul do continente americano (FLORES, 2000, p. 72).

A enunciação de traços constituintes das práticas cotidianas aspira mostrar as supostas habilidades destes imigrantes na reelaboração de sua cultura a partir desse marco histórico. Neste momento de efervescência da memória açoriana, e ainda no âmbito das comemorações do bicentenário, é que surge o I Congresso Catarinense de História com a incumbência de trazer à tona a história do povoamento açoriano. Um vasto levantamento a respeito das práticas, crenças e histórias populares foi realizado, peças e artefatos foram coletados. Era preciso mostrar a diversidade da base luso-brasileira em Santa Catarina.

Esta preocupação de imprimir uma imagem homogênea e portuguesa à origem dos moradores de Florianópolis, atribuindo-lhes uma identidade cultural compartilhada, remete à política nacionalista do Estado Novo implementada pelo governo de Getúlio Vargas. Segundo Lacerda (2003), havia um sentimento de inferioridade da cidade de Florianópolis em relação ao resto do estado. Este sentimento estava atrelado aos colonizadores de origem portuguesa que eram vistos como indolentes, em contraponto à imagem que se tinha dos alemães e italianos, presentes em outros municípios, que eram vistos como trabalhadores. Durante o citado congresso procurou-se resgatar a história e importância dos açorianos, que passaram de indolentes à figura central no processo de construção da cidade.

Por outro lado, a coesão dos grupos germânicos e ítalo-germânicos era motivo de preocupação das autoridades políticas nacionais, que temiam a ampliação das influências de seus países de origem em terras brasileiras. Assim, inicia-se uma forte onda de repressão àqueles que não se identificavam com a cultura luso-brasileira. Para os nacionalistas, a história do país deveria ser escrita e contada em língua portuguesa, em detrimento dos grupos indígenas, dos africanos e seus descendentes, dos germânicos, dos ítalo-germânicos e de quem sejam. Era necessário homogeneizar e,

neste cenário, a herança luso-açoriana precisava ser consolidada em solo catarinense.

Anderson (2008) define nação como “uma comunidade política imaginada”. Para ele, as comunidades não se diferenciam por serem consideradas autênticas ou falsas, mas pela maneira que são imaginadas por seus membros. A comunidade imaginada mantém seus integrantes conectados por meio de símbolos, experiências e referências em comum, mesmo que parte das pessoas se desconheçam. Desta forma, as noções de nacionalismo e comunidade estariam ancoradas em um conjunto de representações e imagens, compartilhadas, a respeito de si e do grupo ao qual pertencem.

Algumas ações do meio acadêmico, da mídia local e da Prefeitura Municipal de Florianópolis contribuíram para a consolidação dessa imagem. Em 1984 funda-se, na Universidade Federal de Santa Catarina, o NEA – Núcleo de Estudos Açorianos, que tem como objetivo o resgate da cultura açoriana, buscando sua preservação e divulgação em todo o Estado de Santa Catarina, por meio de pesquisa, educação, mapeamento, e organização da Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina – AÇOR –, além da formação e manutenção da biblioteca do NEA. Além disso, criou-se o “Troféu Açorianidade” em 1996 com o intuito de reconhecer e valorizar o trabalho de instituições, pessoas ou empresas em prol da cultura de base açoriana do Estado de Santa Catarina.

Em 1987, foi criado, pelo jornalista Aldírio Simões, o Troféu Manezinho da Ilha que tem como objetivo homenagear pessoas que se destacam em seus ramos de atividades sejam eles florianopolitanos ou não. Estas ações, que envolveram grande parte da elite intelectual da cidade, podem ser consideradas o gérmen do chamado movimento açorianista⁸, que ainda hoje atua ancorado em políticas de afirmação identitária. Portanto, ao lado da noção de açoriano-descendente temos o conceito de “manezinho”, diminutivo de mané, que, segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa, significa indivíduo inepto, desleixado, negligente. No entanto, durante a segunda metade do século XX, esse conceito passa por uma ressignificação, o “manezinho” deixa de ser alguém tolo, ignorante e matuto para representar alguém que conhece a Ilha mais que os outros, principalmente quando esses outros são turistas ou pessoas de outras cidades, estados ou países que fixaram

8 O histórico completo do referido movimento pode ser encontrado em: LEAL, João. Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2007.

residência em Florianópolis.

E, finalmente, há poucos anos, por meio de Leis Municipais⁹, foram instituídos: O dia municipal do Manezinho; a Medalha Manezinho da Ilha Aldirio Simões e a oficialização do Hino dos Manezinhos. Esse conjunto de ações parece ser o ápice desse processo de ressignificação que se iniciou na década de 1940. A letra da marchinha que foi instituída oficialmente pela Prefeitura Municipal de Florianópolis como o Hino dos Manezinhos reflete não só a ressignificação da identidade do açoriano-descendente, como a própria relação *estabelecidos-outsiders*:

**Hino do Manezinho
(André Calibrina)**

Ó lhó lhó lhó lhó / Sou manezinho mas não sou nenhum bocó
Ó lhó lhó lhó lhó / Eh, eh, tás tolo dás um banho o bocoró (Refrão)
Mofas com a pomba na balaia, já dijaoje tresontonte o quê que é /
Doute uma sova seu rapagi todo tanso /
Se tem pomboca deito e rolo eu sou mané /
Gosto de siri e pirão d água / boi de mamão, camarão e berbigão /
Se vens pra ilha dando uma de dotô /
Eh, eh, tás tolo, te arromba istepô.

Glossário¹⁰:

Ó lhó lhó lhó lhó - Expressão de admiração ou sarcasmo.

Bocó e bororó - Pessoa boba, tola ou até ingênua.

Mofas com a pompa na balaia - Expressão usada para dizer que uma pessoa não vai alcançar o seu intento.

Dijaoje - Ainda agora, hoje mesmo.

Tresontonte - Antes de ontem.

Doute - dou.

Dotô - Maneira coloquial de pronunciar

9 Lei Municipal, nº 6.764, de 15 de agosto de 2005; Lei Municipal nº 7040, de 18 de maio de 2006 e Lei Municipal nº 7262, de 8 de janeiro de 2007. Disponível em: www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4571/leis-de-florianopolis. Acesso em: 19/12/2014.

10 As definições apresentadas neste glossário foram retiradas do Dicionário da Ilha, de Fernando Alexandre (2003).

“Doutor”.

Sova - Surra.

Rapagi - Maneira coloquial de pronunciar “Rapaz”.

Tanso - Tolo.

Pirão d’água - Prato feito da mistura de farinha de mandioca com água quente.

Pomboca - lamparina a querosene ou óleo de peixe.

Istepô - Pessoa que não é boa coisa, que não presta, expressão às vezes usada de forma carinhosa.

A letra destacada acima, logo na primeira frase do refrão, diz: “Sou manezinho, mas não sou nenhum bocó”. Ou seja, há um jogo com os dois sentidos da palavra manezinho. Em seguida, a marchinha continua, falando algumas expressões típicas da ilha: “Ó lhó lhó lhó lho”, expressão de admiração ou sarcasmo; e “Mofas com a pomba na balaia”, usada para dizer que alguém não vai conseguir alcançar um determinado objetivo. Calibrina segue, destacando traços da cultura e da culinária local: “Gosto de siri e pirão d’água / boi de mamão, camarão e berbigão”. Termina com um “alerta” aos *outsiders*: “Se vens pra ilha dando uma de dotô / Eh, eh, tás tolo, te arromba istepô”.

Outra estratégia foi uma lenta e gradual transformação das comunidades pesqueiras, com suas características singulares, em lugares turisticamente atrativos. Neste cenário, o tema da açorianidade ganha maiores proporções e consolida a imagem dos chamados “açoriano-descendentes”. Estes agora possuem uma história, uma tradição e uma origem, fixando suas diferenças em relação aos outros grupos étnicos que colonizaram as demais regiões do estado de Santa Catarina:

Dizer que manezinho da ilha agora é chique (...) eu nunca tive vergonha de dizer que eu moro no Ribeirão, que eu me considero manezinha, não tenho vergonha, é chique, ser manezinha é muito chique (moradora, 2013).

Esse processo de valorização da cultura açoriana pode ser aproximado do que diz Hall (2004). Ele acredita que vivemos na modernidade tardia, ou pós-modernidade, que se iniciou na segunda metade do século XX e tem como o seu maior desdobramento o

descentramento do sujeito cartesiano. Seríamos todos espectadores de uma fragmentação e modificação das paisagens culturais e das identidades pessoais, o que findou a ideia de que somos sujeitos integrados. Seu ponto forte culmina na defesa da possível existência de uma crise de identidade na modernidade tardia, que seria representada pela perda do sentido de si, deslocamento e descentralização.

Tal descentralização ocorre tanto em relação ao lugar dos indivíduos no mundo sociocultural quanto em si mesmos. Tais mudanças, tomadas em conjunto, representam um processo de transformação da própria modernidade. Para o autor, a identidade só se torna uma questão quando está em crise, adquirindo visibilidade. No nosso caso, o movimento de resgate da cultura açoriana vem à tona no contexto dessa crise de identidade, como apontado por Hall.

Assim, a identidade cultural, quando entendida como um instrumento capaz de compartilhar histórias, memórias e códigos culturais corre o risco de fraquejar e recorrer à imagem de um passado essencializado. O autor salienta que apesar de encontrarmos muitos pontos de similitude também nos deparamos com pontos agudos de disparidade. Neste caso, é necessário pensar a noção de identidade sem sujeitá-la ao passado, percebendo-a como “pontos de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história” (p. 70).

Para ele a identidade está sempre em processo. É uma produção constantemente transformada e construída de dentro para fins de representação. Por esse motivo tem sua faceta política, estratégica e relacional. Neste sentido, não se buscam essências e sim origens em um momento histórico capaz de unificar as imagens do presente. Desta forma, as diferenças em relação ao outro são marcadas e reafirmadas. Entretanto, as identidades são profundamente instáveis e descontínuas no interior dos discursos históricos e culturais, não havendo “uma origem fixa à qual possamos fazer um retorno final e absoluto” (p. 70).

Apenas na década de 1980, com a anistia política e depois de episódios como o golpe militar de 1964 e o Ato Institucional Número 5, é que o ideal de estado-nação culturalmente homogêneo começa a se dissolver. Os grupos, até então silenciados, voltaram a expor suas manifestações culturais, dando novo fôlego a práticas que aconteciam às escondidas nos chamados anos de chumbo. Em Santa Catarina, especialmente no Vale do Itajaí, uma série de festas municipais¹¹, entre

11 Em 1984, surge a Festa Pomerana, no município de Pomerode e a Oktoberfest, no município de Blumenau. Na sequência, temos a promoção da Fenarreco, em Brusque, Chuchoppfest, em Gaspar, Kegelfest, em Rio do

elas a Marejada – Festa Portuguesa do pescado, surgiram com a missão de mostrar ao público os traços tradicionais das diversas etnias presentes na região. Na esteira das festividades de outubro, consagradas pelos órgãos de fomento estaduais nas décadas de 1980/1990, o “mosaico étnico – cultural¹²” foi estrategicamente assumido.

Ao percorrer as origens históricas da formação do estado-nação, enquanto unidade política, Pacheco de Oliveira (1996) destaca que a noção de coletividade é a responsável pelo estabelecimento de “um circuito específico de relacionamento entre os indivíduos, o qual atravessa e se sobrepõe aos múltiplos domínios de interação e às esferas setorializadas de sociabilidade” (p. 27). Ou seja, a nação, descrita desta forma, passa a ser um “sujeito coletivo”, a quem se atribui a reconstituição do passado, a fim de construir um presente comum a todos. Neste sentido, a ação dos “processos de homogeneização cultural e reelaboração simbólica”, são centrais para a transformação de valores elementares em fatores indispensáveis e comuns à origem coletiva do grupo.

Pacheco de Oliveira (1996) ainda alerta para a supressão da contribuição indígena nas narrativas a respeito da formação histórica da identidade nacional brasileira. Muitas vezes, a presença de elementos da cultura indígena fica limitada a designação de toponímias que vão desde acidentes geográficos até logradouros públicos. Porém, mesmo diante de um vasto vocabulário originário da língua Tupi, o lugar do indígena na constituição da identidade do país ainda fica no passado, reforçando a ideia de que sua presença na sociedade contemporânea está restrita a vestígios remotos.

Hobsbawn (1984) dedicou-se ao entedimento das tradições inventadas, especialmente no contexto do estado-nação, onde instituir certas tradições, muitas vezes, justifica a existência da própria nação. Para o autor, “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (p. 21). Desta forma, construir uma tradição é também formalizar, ritualizar e institucionalizar o passado e a continuidade histórica, a fim de incutir a crença em uma gênese e um porvir comum. Pode-se tomar o processo de construção e valorização da cultura e da identidade açoriana na cidade de Florianópolis como uma invenção instituída para enraizar um sentimento de pertencimento e compartilhamento de momentos

Sul. Além de, mais ao norte do estado, a Fenachopp, em Joinville, e a Schutzenfest, em Jaraguá do Sul (FLORES, 2000).

12 (SANTOS, 2004, p. 7).

históricos que remetem a uma raiz cultural partilhada.

Em Florianópolis, podemos observar que o movimento de resgate da cultura açoriana, que operou em prol deste retorno ao passado, ainda se encontra neste processo de construção da representação de dentro para fora. Atualmente, observamos algumas estratégias que buscam uma continuidade, a maioria delas fomentadas no âmbito das ações da Prefeitura do município. A concepção da Fenaostra¹³ e sua consolidação no calendário das festas de outubro do estado de Santa Catarina exemplifica este constante jogo de interesses que envolve a construção e, em certa medida, uma invenção da identidade açoriana. Recentemente, a referida festa foi declarada patrimônio cultural imaterial da cidade de Florianópolis¹⁴. Para Arantes (2006), a participação em coletivos nacionais e regionais traz à tona a necessidade de “construção de sentidos de lugar”. Essa construção se dá movida pelo sentimento de pertencimento, apropriando-se das políticas voltadas para o patrimônio como estratégia de reafirmação, de reinvenção de tradições culturais e de criação de produtos e mercadorias de “valor cultural agregado”.

Canclini (2003) nos apresenta como tema central a construção de uma cultura híbrida na América Latina, que resultaria de fatores como: a expansão urbana e sua articulação com o rural; a mistura entre popular e erudito; e a fusão das diversas populações que compõe o continente, entre elas indígenas, africanas e europeias. Para o autor, o hibridismo está relacionado a uma transformação profunda de escala mundial, em que processos socioculturais confluem estruturas e práticas na formação permanente de misturas, ou seja: híbridos. Entre estes processos, destaca-se a desterritorialização, que nas palavras do autor consiste na “perda da relação ‘natural’ da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas realocações territoriais relativas,

13 A primeira edição do evento aconteceu em 1999, objetivando a divulgação e a ampliação do mercado do molusco produzido em Santa Catarina: “O festival é um verdadeiro resgate da gastronomia e da cultura açorianas da Ilha de Santa Catarina, tornou-se um atrativo para brasileiros e estrangeiros, movimentando o setor turístico. Consolidada como a única promoção do gênero no país a reunir em um mesmo espaço atividades nas áreas gastronômica, técnico-científica, econômica e cultural, o evento já faz parte do calendário de festas de outubro de Santa Catarina”. Disponível em: www.pmf.sc.gov.br/sites/fenaostra/index.php?cms=fenaostra&menu=1.

Acesso em: 5/10/2014.

14 Vide lei nº 9590, de 4 de julho de 2014.

parciais, das velhas e novas produções simbólicas” (p. 309) .

Ou seja, em tempos de globalização e contatos a distância, a cultura passa a viajar com o indivíduo que, ao experimentar novas formas de estar no mundo, acaba rompendo a relação de exclusividade com seu território de origem. Desta forma, a ideia de uma identidade unificada e delimitada cai por terra dentro deste processo contínuo de heterogeneização e hibridação. Essa argumentação nos permite pensar na cultura açoriana como uma cultura híbrida, nos termos do autor, já que a existência de populações como a indígena e a afrodescendente é anterior à imigração açoriana e portuguesa, sendo inegáveis suas contribuições para a constituição sociocultural do que hoje se denomina “açoriano-descendente”. Além disso, o fluxo global de informação e de pessoas presente nas sociedades complexas também é constituinte da localidade.

Protagonista de grandes mudanças desde a década de 1970, a localidade do Ribeirão da Ilha construiu sua imagem de “comunidade açoriana”, que é usada, estrategicamente, das mais variadas formas. Seja, pelo morador que sente orgulho de dizer que é descendente de açoriano, passando pela esfera municipal que tem nessa característica um slogan, chegando até os órgãos de fomento do turismo e comércio local, que fazem disto um atrativo para os visitantes.

Gupta e Ferguson (2000) propõem pensar na desnaturalização da relação que usualmente se faz entre cultura e lugar quando associamos, ou mesmo limitamos, um grupo ou identidade cultural a um lugar geográfico específico. Para eles, uma das consequências desta colagem é a dificuldade de visualizar as nuances culturais que constituem um território fortemente marcado pela presença de um determinado grupo étnico. Como é o caso não só da Freguesia do Ribeirão da Ilha, mas também da cidade de Florianópolis em sua totalidade, que tem sua identidade relacionada constantemente à cultura açoriana. A identidade cultural é um espaço socialmente construído, de forma que a naturalização de “cultura como lugar” deve ser desterritorializada, pois não há mais lugares definidos e definitivos para os grupos culturais. O foco deve estar nos processos e dinâmicas sociais que a envolvem, fazendo e refazendo a cultura a todo tempo, e não nas supostas essências e características que modelam e limitam o grupo étnico.

Agier (2001) faz a crítica ao termo identidade cultural, visto por ele como um conceito analítico pronto e limitado, que acaba descrito e inventariado pelo antropólogo. Ele afirma que as estratégias identitárias são construídas dentro de contextos políticos e sociais específicos, como

é o caso da mundialização. Cabe à mundialização desassociar lugares e culturas que, na maioria das vezes, já não são correspondentes entre si. Desta forma, o autor sugere uma “cultura identitária marcada pela permanente fabricação e invenção da identidade cultural pelos grupos”. Sua intenção é mostrar que as pessoas não são detentoras passivas dentro de uma determinada cultura ou identidade e colocá-las como atores sociais, que lidam com a cultura identitária de forma estratégica e competitiva.

Ele ainda ressalta que a dimensão étnica, em linhas gerais, é um traço presente nos processos identitários. Ao caminhar pelas ruas da Freguesia do Ribeirão, não é difícil identificar pequenas estratégias identitárias, que buscam manter a marca luso-açoriana da localidade. Desta forma, um simples enunciado que põe à venda “pastel-de-belém legitimamente português” denota, nas palavras de Agier “o apelo global e o apego do local” e explicitam o caráter de permanente construção relacional das declarações identitárias.

Arantes (2005) emprega a expressão “paisagens de história” para fazer referência aos grupos humanos e às áreas territoriais nas quais os aspectos do patrimônio cultural e natural são percebidos não só pelos técnicos, mas também pela população local. Essas populações e suas localidades vivem envoltas por um sistema de circulação quase sempre ligado a processos que são tanto locais quanto transnacionais, dentro de uma cultura globalizada. Neste cenário, atividades como o turismo e a indústria cultural são favorecidas justamente por promover o consumo e a circulação de bens culturais.

As influências do mercado global vão, porém, além da homogeneização. Para o autor, “o mercado global estimula a geração e a circulação de todo tipo de recursos capazes de produzir sentidos de lugar e de diferença” (p. 10). Ou seja, há uma projeção das realidades locais para além dos muros e fronteiras, tanto étnicas quanto espaciais, oportunizando a consolidação de marcadores de identidades locais, ao mesmo tempo em que possibilita a noção de “sentidos globais de lugar”. Assim, estes sentidos globalizados entram em contato com as representações locais acerca de suas concepções de memória e identidade cultural.

No Ribeirão da Ilha, nota-se um movimento semelhante a este descrito por Arantes, através da busca de bens de consumo que sejam representativos e que remetam à localidade, como é o caso dos produtores e comerciantes de moluscos marinhos que buscam a certificação de qualidade para as ostras produzidas na região que é referenciada como o berço da ostra catarinense. Mais do que a

expedição de um selo. A certificação e controle de produção das ostras da localidade pode ser entendida como uma projeção da identidade local, em meio às homogeneizações promovidas pela mundialização da cultura.

1.3 Patrimônio para quem? A constituição do campo do patrimônio cultural imaterial no Brasil

A discussão acerca do conceito de patrimônio cultural acentuou-se a partir do processo de globalização, iniciado nas últimas décadas do século XX, que acarretou mudanças radicais na economia, política, sociedade e cultura. A cultura, por sua vez, versou mudanças sobre o conceito e a visibilidade do patrimônio cultural, oportunizando o surgimento de um grande número de “espaços e instâncias institucionais destinadas ao seu tratamento” (CASTELLS, 2007, p. 115).

Mundialmente é reconhecida a importância de se promover a memória das manifestações culturais da humanidade materializadas por meio de monumentos e sítios históricos, aspectos de pedra e cal, que constroem a identidade de um povo. Entretanto, alguns traços são transmitidos e sentidos por gestos e pela oralidade e não deixam marcos geográficos ou materiais. Estes aspectos, recriados e modificados coletivamente ao longo dos tempos, compõem uma série de manifestações intangíveis compreendidas como patrimônio cultural imaterial. O adjetivo “imaterial” foi adotado pela UNESCO, no ano de 2003, em substituição à categoria “cultura tradicional e popular” que vigorava desde 1989. Cabe ressaltar que a divisão entre patrimônio cultural material e imaterial é meramente didática, uma vez que uma instância dá suporte à outra.

No Brasil, o processo de reconhecimento desta face do patrimônio teve início com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 216, conceitua o patrimônio cultural brasileiro como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Este momento propiciou grandes mudanças em relação à visão do patrimônio cultural imaterial no Brasil, estas, entretanto, não foram imediatas. Somente em 1997 foi instituído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial – GTPI – cujo objetivo era a elaboração

das diretrizes a serem adotadas pelo IPHAN para lidar com a questão do patrimônio imaterial.

O resultado do grupo repercutiu em ações importantes, como o Decreto nº 3.551/15, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro, e a criação do DPI – Departamento do Patrimônio Imaterial, em 2003, dentro da estrutura do IPHAN. Estas medidas garantiram a autonomia das ações relacionadas ao patrimônio cultural imaterial, a inauguração de políticas voltadas para a sensibilização, valorização e reconhecimento dos bens culturais pela sociedade e o apoio, fomento e promoção das referidas ações e políticas por parte do estado brasileiro. Teoricamente, como muito já se falou sobre a materialidade e imaterialidade do patrimônio cultural¹⁶, já se admite que, de fato, essas são condições intrínsecas a qualquer bem cultural. Na prática, essa discussão ainda é nebulosa e se faz necessária para a viabilização e avanço das questões relativas às ciências humanas. Essa falta de clareza, no âmbito das questões práticas, dá ensejo a uma divisão onde de um lado estão os antropólogos, cientistas sociais e historiadores, como guardiões da faceta do patrimônio imaterial e, de outro, os arquitetos e engenheiros tomando partido das questões do patrimônio material.

Chuva (2012) propõe pensarmos uma noção de patrimônio cultural integradora. Para ela, a separação entre patrimônio material e imaterial é conceitualmente enganosa e artificial. Em termos práticos, uma intervenção em um bem material certamente terá impactos em aspectos de sua imaterialidade. Neste sentido, a autora aponta as recentes reflexões acerca da noção de paisagem cultural como uma ferramenta importante para a junção destas facetas do patrimônio. Embora ainda não esteja institucionalmente consolidada como um instrumento para a gestão do patrimônio, a noção de paisagem cultural traz o foco para as relações que os grupos sociais estabelecem com o meio onde vivem.

Já Lima Filho (2006) parte da premissa de que as estratégias estatais presentes na construção de memória e identidade nacional articulam narrativas nacionais com conceitos ligados ao patrimônio. Dentre esses conceitos podemos citar: resgate, preservação e passado. Essas estratégias contribuem para o posicionamento da cidade como um

15 Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3551.htm>. Acesso em: 21/1/2010.

16 Ver: Gonçalves (2005); Gonçalves (2009) e Silveira e Lima Filho (2005).

objeto cultural. Neste contexto, o autor aponta a potencialidade dos chamados “tesouros vivos”, ou seja, detentores de práticas e conhecimentos dentro de um determinado grupo social, como um caminho para as pesquisas antropológicas desenvolvidas na cidade patrimonial. No Ribeirão da Ilha, através da interação com estes “tesouros”, foi possível entender melhor as dinâmicas sociais que envolvem o lugar e o seu processo de patrimonialização.

Outra crítica recorrente é em relação à execução dos inventários culturais¹⁷ que, por um lado, podem ser vistos como catálogos de práticas culturais e, de outro lado, são fundamentais para conhecer a multiplicidade cultural das regiões brasileiras. Antes de simplesmente classificar e catalogar, ações de inventários, promovem circulação de conhecimento, inclusive entre os detentores do bem, que são os responsáveis pela ressonância destas políticas. Sem detentores não há bem cultural. Certamente há obstáculos a serem superados. Um deles diz respeito aos detentores e às dificuldades de atendimento de suas demandas, uma vez que as políticas públicas são processuais e lentas e, infelizmente, pouco visíveis em curto prazo.

Gonçalves (2005) aponta o potencial de análise da categoria patrimônio para a compreensão da vida cultural e social. Ou seja, ele parte da ideia de que podemos apreender muito a respeito da noção de cultura pela via do patrimônio cultural, que para ele pode ser definido como um elemento mediador para os domínios construídos nas escala social e simbólica. Além de estabelecer uma ligação entre outras categorias, igualmente importantes, como a noção de passado e presente. Partindo para uma análise exploratória da noção de patrimônio e sua relação com os aspectos da cultura, o autor sugere pensarmos por meio das categorias de ressonância, materialidade e subjetividade.

Os bens culturais de referência classificados como pertencentes ao patrimônio cultural, especialmente pelas agências estatais, devem ter a capacidade de provocar no detentor um sentimento de pertencimento e reconhecimento do referido bem. Ou seja, o objeto ou prática deve encontrar ressonância junto à coletividade que o representa. Este ressoar pode ser entendido como um eco que deve se propagar no espaço entre a

17 O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo decreto nº 3.551, adotou como metodologia oficial o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC – e, para orientar seu uso, o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais e as categorias dos bens culturais: Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de Fazer, Edificações e Lugares.

política pública e os detentores de referências culturais. Gonçalves destaca que o patrimônio apresenta ambiguidades, uma delas é o fato de ser uma categoria que circula entre a materialidade e a imaterialidade das coisas, uma vez que é impossível separar as dimensões tangíveis das intangíveis ao lidarmos com objetos ou práticas patrimonializadas. Ele complementa que a noção de imaterialidade vem ao encontro da concepção de cultura adotada pela antropologia, que põs ênfase nas relações sociais e simbólicas estabelecidas e não obrigatoriamente nos objetos materiais.

Tomemos como exemplo a obra de Câmara Cascudo (1983), que destaca o valor de elementos aparentemente modestos do cotidiano a partir da análise etnográfica da rede de dormir. A referida obra respalda a argumentação de Gonçalves que assinala a importância de objetos e práticas aparentemente sem valor de pesquisa, mas extremamente significativos na constituição da vida e da sociabilidade de um determinado grupo. Neste caso, uma relação paralela pode ser estabelecida, para pensarmos as políticas voltadas ao patrimônio cultural no Brasil e a sua ressonância entre os grupos sociais. Durante a pesquisa de campo no Ribeirão da Ilha, muitos aspectos do passado recente, evocados pela memória, se fazem presentes nas narrativas a respeito das formas de sociabilidade do grupo. Uma delas é a ligação das moradoras com as cachoeiras que existiam ao longo do bairro, e que eram lugares de sociabilidade por excelência. Ali, as tarefas rotineiras e ordinárias do dia-a-dia se revestiam de significado em meio ao convívio entre pares ou, nas palavras de Gonçalves: “do ponto de vista nativo, a vida social não seria possível sem esses objetos materiais e sem as técnicas corporais que eles supõem” (p. 22). Destaca-se a perspectiva material, tendo em vista que é por meio dos objetos que as práticas sociais, culturais e simbólicas se movem.

A noção de patrimônio exerce função essencial no desenvolvimento das subjetividades individuais e coletivas. Em outros termos: “não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito de determinadas modalidades de autoconsciência individual ou coletiva” (p. 27). Essa estreita relação entre subjetividade e patrimônio pode ser melhor entendida se partirmos da noção de cultura exposta pelo autor que, para explicar tal afirmação, utiliza o conceito de cultura autêntica de Sapir:

A cultura autêntica não é necessariamente alta ou baixa; é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada e autosatisfatória [...]. A cultura

quando é autêntica é vivida pelos indivíduos como uma experiência de criação, de transformação. Nela, o indivíduo é pensado como um núcleo de valores culturais vivos (SAPIR *apud* GONÇALVES, 2005, p. 30-31).

Assim, cultura autêntica é justamente o que se descola das tentativas de definir e enquadrar objetos, bens ou práticas culturais de forma precisa, limitada e objetificadora. Ao contrário, a suposta autenticidade está justamente nas nuances e contornos produzidos, significados e ressignificados, a todo o tempo, por aqueles que vivenciam estes valores. Já as ações e políticas voltadas para a proteção do patrimônio cultural costumeiramente não alcançam ressonância suficiente entre aqueles que compartilham de seus valores. Gonçalves ainda assinala que considerar o patrimônio cultural à luz da etnografia pode ser o caminho para valorizarmos as formas do patrimônio intimamente conectadas com a experiência e a vivência no seio das coletividades, em contraposição às classificações a partir do ponto de vista das agências estatais dedicadas ao patrimônio.

Desde a ótica de Velho (2006), pensar em bens de referência cultural significa estar atento ao processo de negociação da realidade entre os atores que compõem o campo em questão. Tomando alguns exemplos – como o tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador, e o caso da transformação espacial de Copacabana, no Rio de Janeiro –, o autor ressalta aspectos de divergência e conflito, em função dos valores e interesses diversos entre os atores sociais envolvidos. Para Velho, as políticas públicas de patrimônio não podem ser separadas da heterogeneidade e complexidade da vida em sociedade. Assim, o desafio colocado é saber lidar com a memória social e com o patrimônio cultural para fins de políticas de valorização, classificação, registro e tombamento.

Nesses termos, para a aplicação dessas políticas problematizadas por Velho, além de estar atento para a negociação da realidade, faz-se necessária uma definição da noção de referência cultural, que não pode ser pensada como uma forma definitiva e imóvel para o grupo social que a detém. O termo referência cultural vem sendo usado especialmente em trabalhos que privilegiam uma concepção antropológica de cultura e que destacam a “diversidade dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais”. Nesse caso, quando se fala em referência cultural trata-se de representações e práticas que dão molde à identidade de um grupo ou região (IPHAN, 2000). Assim, o

conceito de referência cultural é a solução conceitual para se “selecionar” os bens de referência, além de oferecer suporte e condições à sua legitimidade.

Para Fonseca (2000), quando se fala em referências culturais é preciso pensar imediatamente em: “referências para quem?”, ou seja, são os sujeitos envolvidos na produção cultural que devem atribuir significado, valor e importância a um determinado bem, seja ele um objeto ou uma prática. Isso porque a concepção de patrimônio imaterial é pautada no compartilhamento de significados que marcam e, ao mesmo tempo, distinguem os grupos sociais. Conforme destacamos acima, ao conversar com moradoras antigas do Ribeirão da Ilha, um dos assuntos recorrentes em relação ao passado recente são as memórias da vida cotidiana, um exemplo é a prática de lavar roupa nas cachoeiras da localidade. Veloso (2004), ancorada no conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora, ressalta que a memória coletiva e a construção de lugares de memória pelos grupos sociais são fundamentais para a manutenção das referências culturais como um processo (e não como produto) de criação permanente do conhecimento e reconhecimento de suas tradições. É a memória coletiva que cruza as diversas experiências vividas em espaços e temporalidades específicas capazes de reproduzir sentidos e historicidade às práticas culturais.

Esta memória que perpassa gerações constitui as lembranças de mulheres e também de homens que auxiliavam suas mães ou tias carregando as bacias de roupa. Estes momentos que eram sustentados pela necessidade ordinária de lavar a roupa da família se constituíram como espaço de sociabilidade a tal ponto que permanecem vivos na memória afetiva das pessoas. Estes fragmentos do cotidiano, e tantos outros lembrados com carinho e saudade, fazem parte da formação da identidade e da memória coletiva e expressam as escolhas do grupo em relação ao que tem que ser lembrado e que, muitas vezes, não tem correspondência com os aspectos eleitos como passíveis de patrimonialização pelo estado-nação. Neste momento, podemos lançar as seguintes questões: o reconhecimento do patrimônio cultural teria como um dos efeitos a unificação das temporalidades? Patrimonializar homogeneizaria o passado e o presente? O que é que devemos preservar?

Silveira e Lima Filho (2005) falam da necessidade de uma abordagem interdisciplinar para o campo do patrimônio cultural, especialmente para pensarmos em questões importantes como identidade, memória e diversidade cultural. Categorias estas que estão no cerne da antropologia. Os autores destacam o desenvolvimento de

conceitos ligados ao patrimônio cultural que se consolidaram como instrumentos para a interpretação do processo de formação da identidade nacional no país. Atualmente conceitos como: cultura popular, tombamento, registro, ofícios, entre outros, são usuais nas questões relacionadas ao patrimônio cultural. Estas ideias deram suporte para a constituição da política de INRC, que tem como pretensão a composição de uma base documental a respeito do processo da formação cultural brasileira.

Tendo como marco a institucionalização das políticas voltadas para o patrimônio cultural imaterial é possível pensar em uma concepção mais ampla de patrimônio cultural que dê conta da faceta material e imaterial dos bens. Para eles, a tendência é que se transfira a noção de preservação dos bens edificados, que muitas vezes carregam a ideia de congelamento temporal, para as proposições de registro do patrimônio imaterial. Este mecanismo contribui fortemente para o processo de objetificação e essencialização cultural, que busca os traços de autenticidade nos bens culturais imateriais e, em seguida, passa a tratá-los como exemplares únicos de um dado sistema cultural. É preciso levar em consideração, porém, que estes bens fazem parte de um sistema fluido, flexível e profundamente atrelado à memória e às vivências daqueles que os detêm.

Já Laraia (2004) reafirma a importância da instituição do registro, que tem como um dos requisitos fundamentais a vinculação com a identidade nacional e salienta que as manifestações culturais são dinâmicas e suscetíveis a mudanças. Deste modo, é necessário não confundir registro com congelamento ou engessamento das práticas culturais. Para ele, um dos avanços do registro é a promoção do reconhecimento, por parte do estado brasileiro, das mais diversas manifestações culturais que constituem a identidade cultural do país.

A institucionalização do conceito de patrimônio imaterial no Brasil inaugurou novas reflexões acerca do tema. Segundo Veloso (2004), uma das conquistas mais importantes foi o abandono de falsos pressupostos que relacionavam tradição com a ideia de inércia e estagnação social. A partir deste ponto tornou-se possível enfatizar o processo de produção das práticas sociais e o revigoramento das memórias coletivas e não mais sua essencialização e cristalização. Outro ganho importante para a discussão foi a inclusão da ideia de singularidade em substituição à noção de autenticidade das referências culturais.

Para Abreu (2005; 2012), patrimonializar pressupõe uma seleção intencionalmente limitada do objeto, que terá somente um de

seus inúmeros aspectos destacados. Neste sentido, há um movimento de apagamento das memórias polissêmicas e das simultaneidades temporais que habitam a vida cotidiana de bens, espaços e práticas passíveis de patrimonialização. Para a autora, a política de registro acaba delegando um “selo oficial de reconhecimento” para uma determinada prática que irá compor o mapeamento dos chamados bens culturais imateriais, em detrimento de outros, que acabam fadados ao esquecimento em um país composto de inúmeros grupos que produzem manifestações culturais de igual valor.

Em seu texto, Abreu aponta questões difíceis enfrentadas por antropólogos quando estão frente a agências governamentais, conselhos e pesquisas que tratem da “eleição” de bens de referência. Como patrimonializar as diferenças sem trair o próprio conceito de diferença? Como trabalhar com a diferença sem traduzi-la em hierarquizações e etnocentrismos? Como lidar com nossos próprios valores e gostos, quando nos é dado o poder de certificá-los em detrimento de outros? Será que não estaríamos correndo o risco de engessar as manifestações culturais usando como base a imagem cristalizada do registro? Certamente, as questões postas por Abreu não são fáceis de ser respondidas, no entanto devem servir minimamente como instrumento de reflexão para todos os profissionais, cientistas sociais, antropólogos e afins, que venham a se aventurar no campo do patrimônio.

Capítulo 2

O campo do patrimônio cultural no Ribeirão da Ilha

Neste capítulo, trazemos o campo do patrimônio cultural na localidade do Ribeirão da Ilha, através das experiências vividas no trabalho etnográfico e suas articulações com os aportes teóricos. Apresentaremos as questões que se destacaram em campo e que serão analisadas no próximo capítulo, tais como a construção e o uso da imagem patrimonializada do lugar e as articulações feitas por moradores e instituições, que se apropriam desta imagem. Além disso, destacaremos indícios de objetificação e essencialização da cultura, por meio do consumo e comercialização da ostra e das atividades de maricultura que foram naturalizadas na localidade.

2.1 O patrimônio cultural como um campo: um viés bourdieusiano

Para Bourdieu (1983), é no *campo* que os indivíduos travam lutas constantes em defesa de seus interesses. Ele define *campo* como “um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial” (p. 123). Dentro do campo, cada indivíduo luta com suas armas, a saber, *estratégias* que estão ligadas ao *habitus* e ao *estilo de vida* de cada um. O resultado das lutas internas, travadas no interior *campo*, está ligado à força que os agentes envolvidos nesta luta são capazes de mobilizar fora dele. No campo, as ações tomam um sentido relacional, através do jogo das distinções.

As condições de existência e as práticas dos sujeitos configuram o *estilo de vida* como “conjunto unitário de preferências distintas”. Além de serem produto do *habitus*, que nada mais é que um “sistema de disposições duráveis e transponíveis”, este sistema revela as preferências e as necessidades por meio das escolhas que os indivíduos fazem (p. 83). Podemos considerar o *habitus* como um sistema de classificação, pois através dele os *agentes* estruturam seus *estilos de vida* no campo simbólico, já que as preferências estão ligadas às condições objetivas de existência. Ou seja, o *habitus* dá forma a nossas ações, é por meio dele que julgamos e valoramos o mundo, articulando as motivações conscientes e inconscientes do *agente*.

Escolher degustar ostras acompanhadas de espumante em um

restaurante à beira mar na Freguesia do Ribeirão da Ilha, em vez de iscas de peixe acompanhadas de chope no vão central do mercado público de Florianópolis diz muito sobre o indivíduo que fez esta escolha, revela as condições materiais de existência, marcam e demarcam gostos, territórios de um *habitus* específico. Neste sentido, o gosto distingue e classifica, ao mesmo tempo que afasta ou aproxima os consumidores de bens culturais:

Sempre tem alguém diferente, principalmente nesses restaurantes grandes que só dá gente de “cacife” (moradora, 2013)

Em sua obra intitulada “A distinção: crítica social do julgamento”, Bourdieu argumenta que preferências, escolhas e gostos são ações construídas socialmente. De modo que as escolhas e julgamentos estão diretamente relacionados com o posicionamento do indivíduo em sociedade, mais especificamente, sua ligação a um *habitus* de classe que juntamente com os *estilos de vida* formam a base da distinção.

Se considerarmos o patrimônio cultural como um “produto de ações humanas histórica e socioculturalmente situadas” (GONÇALVES, 1996, p. 12), podemos então tomá-lo como uma *estratégia* dentro de um *campo* de luta específico nos termos de Bourdieu. Se nos aproximarmos do caso do Ribeirão da Ilha para analisar a constituição deste *campo*, veremos que os diversos segmentos envolvidos nas atividades turísticas da localidade (moradores, comerciantes, turistas, instituições públicas e privadas de fomento ao turismo etc.) constituem as forças desta luta, cada qual com suas *estratégias* que repercutem em seus gostos e interesses.

Para Bourdieu (2003), “todas as pessoas que estão cometidas num campo têm em comum certo número de interesses fundamentais, a saber, tudo que está ligado a própria existência do campo” (p. 121). Ele salienta que sempre haverá luta constituindo o campo, o que muda são suas formas específicas que deverão ser investigadas em cada caso. Ou seja, de certa forma, é a ação dos *agentes*, movidos por seus interesses, que assegura a existência e a continuidade do *campo*. Em uma tentativa de transportar as reflexões do autor, para pensarmos na existência e continuidade do *campo* do patrimônio cultural no Ribeirão da Ilha, podemos tomar as motivações dos diversos agentes (preservação, divulgação e até comercialização) como forças que embora possam representar *habitus* ou *estilos de vida* distintos, se revelam fundamentais

para a manutenção das atividades relacionadas ao patrimônio cultural na localidade. São as tensões, disputas e lutas que mantêm viva a ideia e a motivação para lutar dentro deste *campo*.

Atualmente, o Ribeirão da Ilha, pela sua história local, costumes, arquiteturas, tornou-se detentor de um patrimônio cultural reconhecido e, mais recentemente, vem sendo alvo tanto de políticas governamentais como de interesses privados, que buscam divulgar a localidade e seu “potencial turístico”. Entre os atrativos turísticos da localidade temos o conjunto arquitetônico da freguesia e algumas festividades como: a festa do Divino Espírito Santo, a festa da padroeira Nossa Senhora da Lapa e a Folia do Zé Pereira. Além disso, há grupos de pessoas que guardam consigo saberes específicos como a construção de baleeira, de redes de pesca, de rendas de bilro e a prática de benzeduras.

Nestes últimos anos têm se desenvolvido outras práticas, como a da maricultura, que hoje abastece o circuito das ostras que é constituído por vários restaurantes especializados em frutos-do-mar no Ribeirão da Ilha e que são espaços frequentados pelos turistas que visitam a localidade.

Velho (1981) já falava sobre o perigo do isolamento metodológico de sociedades em pequena escala. Ele nos alerta a respeito desta ilusão e esclarece que, independentemente da escala geográfica e populacional do grupo, todo tipo de agrupamento humano está envolvido amplamente nas questões econômicas, políticas e culturais de grande escala. Assim, a qualificação de complexa empregada ao substantivo sociedade vem responder a uma ideia implícita de heterogeneidade e descontinuidade, das quais os grupos humanos compartilham.

Para Castells (2012), as categorias que ordenam e dão sentido à cidade contemporânea e complexa vivem em constante mutação e fazem parte da construção social da cidade. Castells se preocupa com os efeitos da homogeneização da cidade, que aparecem como uma espécie de uniformização das referências culturais por meio do fluxo global de informação. Como parte da sociedade complexa, heterogênea e descontínua, este lugar passou por mudanças substantivas como a chegada de novos moradores das mais diversas procedências, inclusive de outros Estados e até de outras nacionalidades. Dessa forma, as transformações trazidas pelo fenômeno do turismo¹⁸ convivem com as

18 Partilhamos da concepção de Barretto (2007), que toma o turismo como um fenômeno social de abrangência global, que teve impulso a partir da

características singulares da localidade e com as festividades antes mencionadas.

2.2 Os agentes do patrimônio cultural no Ribeirão da Ilha

Minha ligação com este campo é uma construção de longa data e que se intensificou com o passar dos anos. De forma que não é minha intenção omitir minha própria *luta*, nos termos de Bourdieu, dentro deste *campo*. Meu papel dentro deste campo toma forma por meio das minhas inquietações pessoais em relação às ações das pessoas e instituições, identificadas como *agentes* dentro deste *campo*, que é a questão do patrimônio cultural no Ribeirão da Ilha. Durante o trabalho de campo, acompanhei diversos eventos, quase todos realizados na Freguesia do bairro, e realizados com o auxílio ou por iniciativa de moradores da localidade, estes moradores parecem compor uma rede, por onde circulam em prol do que denominam comunidade do Ribeirão.

O bairro do Ribeirão da Ilha que se desenvolve ao longo dos aproximadamente 20 quilômetros de extensão que constituem a Rodovia Baldicero Filomeno, a partir do entroncamento no Trevo do Erasmo, apresenta subdivisões ao longo de sua extensão. Para uma melhor compreensão desta espacialidade, apresentamos um mapa do bairro e da sua organização espacial. Esta representação foi construída por uma das interlocutoras da pesquisa a partir de uma imagem retirada do sítio de busca google maps. Conforme apontado no mapa o bairro do Ribeirão da Ilha inicia-se na localidade do Alto Ribeirão onde ainda não há contato com o mar, passando pelo Ribeirão da Ilha que dá nome ao bairro, na sequência temos as localidades do Barro Vermelho, Freguesia do Ribeirão, Costeira do Ribeirão, Caiacanga Sul, Tapera da Caeira, Caeira da Barra do Sul e Naufrados. Esta organização espacial é consolidada socialmente entre os moradores, especialmente os mais antigos, que utilizam estas nomenclaturas como forma de diferenciar as localidades e seus respectivos residentes.

internacionalização da economia e do conseqüente aumento no número de pessoas transitando pelos mais diferentes lugares.



Mapa 1: Organização socioespacial do Ribeirão da Ilha.

O primeiro evento que acompanhei foi o 1º Festival da Ostra do Ribeirão da Ilha, realizado em um espaço cedido dentro de um loteamento residencial do bairro, e organizado como resposta ao cancelamento da Fenaostra 2012, promovido pela prefeitura municipal da cidade de Florianópolis. Segundo me contou um dos representantes da ASIMAR, Associação de Maricultores do Sul da Ilha, a intenção era não deixar os maricultores, que haviam produzido sob encomenda para a prefeitura, no prejuízo.

O espaço do evento estava organizado da seguinte maneira. Uma grande estrutura coberta com mesas e cadeiras dispostas no centro, e ao fundo, um palco para apresentações musicais, porém sem espaço para quem quisesse ficar de pé. Na lateral esquerda do palco, havia estandes diversos. O primeiro era da Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, e trazia informações sobre o cultivo de moluscos. No espaço, era possível tirar dúvidas com uma espécie de monitor da instituição, onde estavam expostos materiais utilizados no dia-a-dia do maricultor, motores, redes e filtros. Além de *banners*, *folders* e vídeos sobre a temática. Do lado de fora, em anexo ao estande, como forma de caracterizar o ambiente de trabalho do maricultor, foram dispostos um barco e um cesto sobre conchas de moluscos. Ainda na lateral esquerda encontravam-se estandes para a venda de artesanatos.

Na lateral direita, ficavam os restaurantes, incluindo o da ASIMAR, além de estandes com venda de sorvetes e bebidas alcoólicas, incluindo chope, vinho e espumante. Do lado de fora da estrutura, havia banheiros químicos, camas elásticas e barracas de churros, crepes, cocadas e pescaria. Os artesanatos expostos à venda tinham a proposta de serem locais. Tais como, ímãs para geladeira com os dizeres: “Se quex, quex, se não quex dix”. Mas também podíamos encontrar a venda de produtos globais, tais como roupas customizadas e bijuterias. Uma das coisas que me chamou atenção foi a comercialização de espumantes, servidas em balde com gelo e acompanhadas de taças de plástico e geralmente acompanhadas de ostras in natura. Neste momento, comecei a prestar mais atenção na relação que os *agentes* fazem entre o Ribeirão da Ilha e a produção e consumo de ostras. Entre outras coisas, precisava descobrir por que esta situação me trazia certo incômodo.

Entre as atrações estavam comediantes e grupos musicais, com artistas locais. Também houve apresentação da Banda da Lapa e do boi-de-mamão do Ribeirão da Ilha. Inclusive a respeito do boi, um colega comentou comigo que foi assistir à apresentação, que ocorreu com alguns transtornos. O palco era pequeno e não sobrava espaço entre o

palco e as cadeiras, que tiveram que ser afastadas. Outra colega relatou que tentou chegar ao local da festa no domingo para almoçar, mas por conta da fila para entrar, desistiu. Mais uma vez, observo que o espaço foi pensando muito mais para consumo do que para a contemplação da tão evocada cultura açoriana.

2.2.1 Religiosidades – Sob a proteção de Nossa Senhora da Lapa

A religiosidade é um traço marcante da localidade e se expressa em momentos como a “Encenação da Paixão de Cristo”. Um espetáculo teatral, ao ar livre, que acontece há pelo menos trinta anos, na Sexta-feira Santa. O evento está dentro de um calendário de festividades, sagradas e profanas, promovidas na localidade. Segundo informações de uma das organizadoras do evento, os preparativos para a Sexta-feira Santa “emendam” com o encerramento do Carnaval, quando acontece a Folia do Zé Pereira. Logo depois do Carnaval, os ensaios para a apresentação começam sempre aos domingos e por cerca de dois meses.

Acompanhei as edições dos anos de 2012 e 2013, que tinham respectivamente cerca de cento e dez e cento e cinquenta pessoas envolvidas na apresentação. Todo o trabalho de organização e captação de recursos, assim como o trabalho dos atores, é voluntário. Segundo a organização do evento, a cada ano que passa vem mais gente para participar e também para assistir. Na mídia local, observei o uso de palavras como: “tradicional” e “comunidades do Sul da Ilha”, que novamente me chamam a atenção e apontam para a existência de uma rede de pessoas engajadas na organização de eventos na localidade.

Na praça em frente à igreja, o clima era de quermesse, tinha churros, pastéis, pipoca, algodão-doce, balões coloridos e brinquedos em geral. O Grupo de Jovens da Praia da Armação estava organizando a comercialização de pastéis, dentro do salão paroquial. A participação deles é voluntária e a renda é revertida para cobrir os gastos com a peça. Não havia bebidas alcoólicas e o preço dos produtos era acessível.

O público tinha faixa etária bem variada: crianças, adultos, adolescentes. Pessoas que pelo sotaque aparentavam ser da região, mas também muita “gente de fora”. Duas senhoras que estavam sentadas ao meu lado teceram comentários a respeito de um dos atores que estavam no palco, diziam: “Aquele é o filho da fulana, como tá grande, né?”. Durante a apresentação, que teve duração de duas horas, vendedores passavam entre as cadeiras oferecendo pipoca, churros e pastéis. Em uma das minhas saídas da plateia, a conversa entre dois senhores me

chamou a atenção. Eles comentavam sobre o grande movimento que a peça atraiu, a praça em frente à igreja estava lotada. Falaram também que esse grande movimento de “gente de fora” iniciou uns dez anos atrás.

A peça se divide em três momentos, iniciando com a interpretação de passagens bíblicas. Neste ano, os textos escolhidos foram a história de Ester e de José do Egito. Depois houve a interpretação de cenas contemporâneas, envolvendo jovens e destacando a diferença entre as gerações dos anos 1980 e 2000. A parte final tratava da encenação da Paixão de Cristo propriamente dita, mostrando a anunciação de Nossa Senhora, o nascimento e a vida de Jesus até o momento de sua crucificação.

Com o fim da peça, o público diminuiu bastante. Muita gente se direcionou para o banheiro, já que a peça teve a duração de duas horas. Outras pessoas foram para a fila da comida, dentro do salão paroquial. Enquanto havia essa movimentação, os organizadores anunciavam que a procissão do Senhor Morto, acompanhada pela Banda da Lapa, ia sair em instantes.

Assim como o Zé Pereira, que é profano, o Senhor Morto, que é sagrado, também tem seu trajeto, saindo da lateral direita do palco, que está montado defronte à igreja, segue descendo até o início da praça e continua o trajeto pela rua central do bairro, a Baldicero Filomeno, passando pelo conjunto arquitetônico da Freguesia. Em seguida, o cortejo faz a volta pela Rua de Cima, que tem como destino final a lateral esquerda da Igreja.

Este ciclo, sagrado e profano, é construído pela mesma rede de pessoas da localidade. A banda que toca no carnaval é a mesma responsável pelos cortejos religiosos que acontecem ao longo do ano. As senhoras que hoje fazem parte dos grupos da igreja relatam com saudade sua participação na Folia do Zé Pereira, ainda durante a juventude:

A banda vinha tocar e nós esperávamos ali na esquina, de lanterna forrada de papel celofane e com vara de bambu, então a gente se interessava, naquele tempo não tinha luz e a lanterna clareava tudo, a banda vinha até aqui, a gente saía de surpresa sem eles saber, tipo de uma esquina dessas assim, numa turma e assim continuou muito tempo eu já tava até casada, mas a gente procurava sempre aquela turma pra fazer [...]. A gente fez muitos anos isso, a banda ia tocando e nós íamos na frente da banda (moradora do

Ribeirão, 2010).

Durkheim (1996) fala da proximidade entre festa e religião que, segundo o autor, partilham de traços em comum. A festa objetiva a aproximação dos indivíduos, levando-os, assim, a um estado de efervescência, e por vezes até de delírio, muito próximo do estado religioso. Tanto na religião quanto na festa o homem é “transportado para fora de si, distraído de suas ocupações e preocupações ordinárias”. Por esse motivo é possível observar nos dois casos – na religião e na festa – as mesmas manifestações estimulantes – cantos, música, gritos, danças – que elevam o nível vital.

Outro traço marcante da localidade são as festividades religiosas. Segundo Pereira (1991), as principais festividades da localidade são ligadas à esfera religiosa, especialmente à católica. Para o autor, o catolicismo ainda é majoritário em relação a outras práticas religiosas. Ele destaca que a devoção e o festejo ao Divino é a mais importante, e também a mais antiga, celebração da localidade. Durante o trabalho de campo, tive a oportunidade de acompanhar os festejos da Festa do Divino e, melhor ainda, com minha companheira de andanças pelo bairro. Saímos de casa, à noite, sob chuviscos. No caminho, entre a região do Barro Vermelho, onde estávamos, e a Freguesia, passamos defronte à Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, popularmente chamada de Grutinha.

Neste momento, minha interlocutora faz o sinal-da-cruz, aliás, é comum as pessoas passarem por ali e repetirem este gesto. A relação da gruta com os moradores do bairro é antiga, segundo me contaram. Havia uma cachoeira no local. Hoje, resta uma pequena fonte d'água. Sob o abrigo da “grutinha” encontramos imagens como a de Nossa Senhora, de Nossa Senhora Aparecida e de Nossa Senhora das Dores. Além de, pelo menos, uma dezena de plaquetas em mármore, com dizeres em agradecimento a graças alcançadas. A religiosidade, especialmente a católica, tem presença forte na localidade. Espaços como a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, matriz da Nossa Senhora da Lapa e as pequenas capelas presentes nas diferentes localidades do Ribeirão da Ilha são símbolos do catolicismo no bairro. Além disso, é possível observar pequenas grutas erigidas no quintal de algumas residências.

Outra curiosidade a respeito da “grutinha” é em relação a sua limpeza, que é realizada por duas senhoras, que parecem se revezar na tarefa. Uma vassoura e uma pá ficam permanentemente penduradas no local. Ainda em relação à gruta, uma das minhas informantes diz que era comum deixarem oferendas ali no local. Mas, recentemente, erigiram

uma estátua de Iemanjá, a poucos metros dali, de costas para o mar e em frente a uma casa de culto de matrizes africanas. Segundo ela, agora as oferendas se concentram nas proximidades de Iemanjá. Posteriormente, eu mesma cheguei a ver oferendas deixadas no local, tais como milho, pipoca, frutas, pentes e espelhos. Decidi procurar informações a respeito do assunto.

Fotografias 2 e 3: Sincretismos – De quem é o Ribeirão?



Fonte: Mariela F. da Silveira/2013

Acabei encontrando a página do espaço religioso na rede social Facebook, o que foi muito interessante. Entre as informações compartilhadas na página, havia um agradecimento aos vereadores da Comissão de Constituição e Justiça pelo apoio à causa da tolerância religiosa. A referida comissão aprovou um projeto de lei que garantiu a concepção de um espaço público no Ribeirão da Ilha batizado de “Recanto de Iemanjá”¹⁹. Além disso, dentro das festividades de final de ano, a casa de matriz africana preparou uma caminhada em prol da tolerância religiosa e uma cerimônia de lavação das escadarias da Igreja de Nossa Senhora da Lapa. O evento, que no ano de 2014 teve sua 4ª edição, contou com a presença e o apoio de um conhecido padre da igreja católica, Vilson Groh.

Em relação às oferendas deixadas aos pés de Iemanjá, minha interlocutora disse que tudo bem, que respeita, mas que: “mesmo assim, certo não é!”. Ou seja, o Ribeirão da Ilha, para ela, é uma localidade tradicionalmente católica. Já que boa parte de suas memórias e vivências no bairro giram em torno de festividades e eventos organizados pela instituição que se tornou hegemônica, em relação a outras confissões

19 Vide projeto nº 15.014/2013.

religiosas presentes na região. O Ribeirão é uma das regiões da Ilha de Santa Catarina cuja condição de escravidão foi expressiva²⁰, entretanto, a presença de cultos e crenças de matriz africana parece estar envolta em um sincretismo com o catolicismo. Dentro do calendário de festividades católicas, Pereira (1991) relata a presença da procissão de Nossa Senhora do Rosário, conhecida como padroeira dos negros, que acontecia anualmente na localidade até 1950. O autor menciona a existência da “Irmandade da Nossa Senhora do Rosário da Freguesia do Ribeirão da Ilha”, porém não há dados concretos em relação a sua fundação e continuidade. Segundo relatos colhidos pelo autor, a irmandade teria mais de cem anos de fundação:

A festa do Rosário é muito linda, isso foi os pretos que mandaram buscar essa santa fora (...) aqui tem duas irmandades, a da Nossa Senhora da Lapa e a da Nossa Senhora do Rosário. A Nossa Senhora do Rosário não saiu mais, porque tem que sair em procissão, né, tem que ter as pessoas, os homens pra aguentar o andor né, é uma santa pesada pra carregar (...) Já faz tempo que eles não colocam na rua né, mas a gente já tá tocando nesse assunto né, pra que volte como era antigamente (moradora, 2013).

Segundo Nereu, a separação do quadro social de homens negros foi introduzida pela hierarquia da igreja católica no Brasil desde os tempos coloniais. No Ribeirão da Ilha, as marcas da segregação social também refletiam na sociabilidade e no lazer da população negra:

Ali na freguesia tinha dois clubes né, um era bem na descida de quem vem da igreja, e mais adiante tinha outro, então era o clube dos brancos e o dos pretos (moradora, 2013).

O Clube 13 de Maio, dedicado à população negra da localidade, manteve suas atividades até o início da década de 1970. Segundo me contaram alguns moradores mais antigos, o baile promovido pelos negros era muito animado e por vezes atraía curiosos que iam espiar.

20 Em 1810, a população da região era de 1.463 habitantes, dos quais 423 eram escravos (CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Florianópolis: Laudes, 1970).

Também há relatos de conflitos, especialmente quando algum branco tentava entrar no baile dos negros e vice-versa.

De volta à Festa do Divino, o clima estava tranquilo, os chuviscos inibiram um pouco o público. A praça em frente à igreja estava tomada de brinquedos, como cama elástica e barco pirata, e barracas com gêneros alimentícios, como maçã-do-amor e crepes. Mas também produtos como brinquedos, cintos, ursos de pelúcia. Uma das barracas aceitava pagamento com cartão de crédito e débito. Na entrada da praça, havia uma viatura da Guarda Municipal e outra da Polícia Militar. Do outro lado da rua, um vendedor de churros. Algumas pessoas sociabilizavam, encostadas nos casarios do entorno da praça, eram grupos de jovens bebendo e conversando. Entretanto, nota-se que estas transformações relatadas acima acompanham a dinâmica social do bairro e das sociedades contemporâneas e de forma alguma significam perda de sentido ou pertencimento em relação à festividade.

A maioria das pessoas estavam sentadas nas áreas cobertas, destinadas aos shows e à alimentação, ocupando as mesas e consumindo os produtos vendidos dentro do salão paroquial: pinhão, pastel de carne, quentão, cerveja, refrigerante, cachorro-quente e churrasco com pão. Os preços eram acessíveis: quentão e pastel custavam dois reais, o cachorro-quente custava três e cinquenta. Minha companhia comentou várias vezes que não conhecia muitos dos que estavam ali. Ela acreditava que seja “gente de fora” que se mudou para o Ribeirão. Ela observou que as pessoas que estavam atendendo dentro do salão paroquial eram moradoras da Freguesia, em sua maioria senhoras e senhores idosos e alguns jovens.

Como a igreja estava em reforma, a missa aconteceu dentro do salão paroquial, que foi dividido em duas partes. À esquerda, acontecia a missa e, à direita, as mesas estavam dispostas para as pessoas consumirem. A parte do salão preparada para a missa estava com todos os aparatos da igreja que, pelo que entendi, usa o espaço para as celebrações em função da restauração da igreja. Saímos de lá às 22 horas, a banda que faria o show já estava ensaiando e sendo anunciada, juntamente com uma rifa para angariar fundos para a festa. A rifa custava cinco reais e o prêmio era uma televisão de LCD e uma geladeira, a ação era do grupo de Jovens Semear, da Costeira do Ribeirão.

Domingo as atividades começaram às dez da manhã com a missa. Depois da cerimônia, o almoço foi servido. Encontrei duas conhecidas, moradoras do bairro, no domingo à tarde, elas me contaram que o almoço estava gostoso, mas acharam caro: dezoito reais. No

cardápio, era possível optar por um dos pratos, estrogonofe de carne bovina, bife de frango à parmegiana, salpicão ou carne. Me chamou a atenção o fato de não ter nada feito com frutos-do-mar para vender, nem de noite nem de dia. Elas também comentaram que passaram ali no sábado à noite, durante o show da banda Fórum, e que estava animado.

Eu decidi ir somente na parte da tarde, para ver a movimentação durante o show do Sílvio Brito. O show durou duas horas e foi animado. Minha interlocutora disse que havia muita gente do Alto Ribeirão e da Freguesia e brincou: “A velharada da Freguesia tá toda aí”. Ela teve a impressão de que havia mais “locais” do que no dia anterior. Quando estávamos na fila do crepe, vimos um grupo de turistas conversando em inglês, eram loiros e de pele clara, aparentando ser europeus. No caminho de volta para casa, ela me contou que no seu “tempo de solteira”, quando morava na Freguesia, a praça ficava cheia de gente, “não dava nem pra passar na rua”.

Em um esforço para entender as possíveis razões da ausência de frutos-do-mar nas opções de alimentação oferecidas na festa, poderíamos começar pelo fato de a celebração ser mais voltada para o público da localidade, embora a presença de pessoas de outros lugares exista, a festividade tem como centro os ritos e o culto ao Divino com uma programação religiosa. E, embora o consumo se faça presente por meio de barracas, de produtos diversos, e da praça de alimentação instalada no salão paroquial, a intencionalidade do consumo não nos parece turística e nem preocupada em comercializar pratos apresentados como típicos da região.

2.2.2 Cotidiano e temporalidades – E o Ribeirão da Ilha continua assim...

Minha *estratégia* para apreender melhor as nuances do *campo* foi estabelecer uma rotina de permanência na localidade, por meio de pequenas incursões. Ficava hospedada na casa de meus familiares e aproveitava para fazer caminhadas pelo bairro, sempre acompanhada de alguém, disposto a conversar, e a responder minhas perguntas. Estes momentos de conversa informal e de observações pelas redondezas se revelaram uma ótima fonte de informação e inspiração.

Em relação aos aspectos do cotidiano, observei as seguintes questões. O comércio dos grandes restaurantes convive com a comercialização de produtos congelados de forma caseira, por proprietários de fazendas marinhas. Pude observar e fotografar anúncios

caseiros, pintados em janelas e nos muros das residências. Observei que, ao longo do bairro, encontram-se muitas placas com os dizeres: “Vende-se, Aluga-se”, e também uma faixa localizada em um terreno, no início da Freguesia, com a frase: “Propriedade particular: Não está à venda”. O que pode sinalizar a especulação imobiliária para a construção, inclusive de loteamentos e residenciais, já que localizei pelo menos três ao longo do bairro. Também me chamou a atenção o convívio do urbano e do rural. Nas caminhadas, costumava ver pastos com bois, vacas, bezerros e cavalos, ao longo da via, dividindo o espaço com anúncios publicitários de restaurantes.

Fotografias 4 e 5: Entre a casa e a rua – facetas do comércio de moluscos na região



Fonte: Mariela F. da Silveira / 2013.

Fotografias 6 e 7: Temporalidades – o rural e o urbano.



Fonte: Mariela F. da Silveira / 2013.

Em relação aos prestadores de produtos e serviços, um tema sempre muito comentado por meus familiares e amigos, e conseqüentemente motivo de curiosidade para mim, é a falta de estabelecimentos como padarias e supermercados. Não há um grande supermercado no bairro, o que tem é a grande presença de minimercados e vendas. Já as padarias se concentram na região do Alto Ribeirão. Não há prestadores de serviços financeiros como agências bancárias, caixas eletrônicos ou casas lotéricas, da mesma forma não há clínicas médicas e redes de lojas de móveis e eletrodomésticos.

Em contrapartida, encontramos clubes recreativos bem antigos na localidade, a exemplo do Cruzeiro, do Bandeirantes e do Canto do Rio. Também há centros comunitários espalhados pelas regiões do bairro. Inclusive, em frente aos centros comunitários, a exemplo do Alto Ribeirão e da Freguesia, acontecem feiras livres, de verduras, legumes e similares, pelo menos dois dias na semana.

De fato, não há muitas padarias, mas há uma alternativa para suprir esta demanda. É o carro do pão, que passa vendendo pães e afins, de segunda a sexta, hoje em dia somente pelas manhãs, mas há quem lembre que ele passava também no período da tarde. Me contaram que, em algumas residências, ele deixa a sacola com o produto pendurada no portão da casa e passa no fim do mês para buscar o pagamento. Aliás, ao puxar o assunto com alguns conhecidos, ouvi relatos de que havia fornecedores de outros produtos que também passavam “na porta”. Um exemplo era o caminhão da verdura, que parece ter sido desativado há pouco tempo. Já o carro da carne passava todos os sábados, buzinando para as pessoas irem pegar a sua carne, que geralmente já estava separada:

O padeiro passa hoje de carro e naquele tempo o padeiro passava de galhota, a cavalo essas coisas assim né, pra vender qualquer coisa eles passavam de galhota que se dizia né, tipo charrete (moradora, 2013).

Minhas caminhadas eram boas para divagar, depois de uma entrevista, ou simplesmente para ver o movimento do fim do dia no bairro, os botecos abrindo, os ônibus vindo lotados do terminal de integração do Rio Tavares etc. Aliás, esses bares são um universo à parte, passando em frente podem-se ver os homens falando alto sobre os assuntos banais e às vezes com música ao fundo. Essa imagem me traz à tona os comentários de meu pai a respeito da sua visita ao bar de um amigo, estabelecido no Ribeirão. Meu pai diz ter comentado a respeito

da falta de padarias e supermercados com alguns conhecidos que também estavam no bar e um dos presentes respondeu que era melhor que ficasse assim para que o comércio não traga movimento e novos moradores: “Tá bom assim, tá bom assim, não precisa de nada disso não”, lembrou meu pai.

Neste momento, fiquei pensando. Por que algumas pessoas insistem em dizer que preferem o Ribeirão “do jeito que tá”? Que é melhor não ter nada, do que ter a região tomada por novos moradores e turistas? Será que estas pessoas não estão só reproduzindo um discurso? Um discurso que traz o ribeironense pacífico e bucólico? Esta é mais uma de minhas inquietações.

2.2.3 Imagens e paisagens – De costas pra rua, de frente pro mar ...

Durante o trabalho de campo, percebi a valorização, e até certa exaltação, de algumas características da localidade. Elementos como o pôr do sol e a paisagem natural e edificada, especialmente da Freguesia. Em alguns eventos como o Floripa Instrumental, que trouxe artistas para se apresentarem nas praças da Freguesia, havia em sua chamada referências em relação à paisagem do lugar. Acompanhei os comentários sobre o evento, na página criada pelos organizadores na rede social Facebook:

Com a Igreja de cenário e com a bênção de Nossa Senhora da Lapa encerrou ontem o Floripa Instrumental. Clima de festival europeu na Ilha, como bem resumiu uma portuguesa que por lá estava (postado em 18/11/2012).

A Banda da Lapa, presente nas duas primeiras edições do evento, também se apresentará em novembro. Não podia faltar esse encontro de amigos nativos da Freguesia do Ribeirão (postado em 25/12/2012).

Dia 15 de novembro começa o Floripa Instrumental 2012. Os manezinhos da Freguesia do Ribeirão lhes esperam. Paisagem, música e gente. Temos certeza que será tão bom quanto nos anos anteriores (postado em 28/9/2012).

Onde, neste feriadão dos dias 15,16 e 17 de novembro, você pode encontrar as melhores ostras do Brasil. A melhor música do Brasil. Num lugar tranquilo, com gente nativa manezinha de fato,

não manezinho de butique. Com shows, oficinas, canjas, amigos, música boa, bares, restaurantes. Onde nêgo tu encontra tudo isso? (postado em 7/11/2012).

Em 2013, estive em algumas apresentações do evento. Na ocasião, foram montados dois palcos. Um em frente à igreja Nossa Senhora da Lapa e outro defronte aos casarios da Freguesia e de costas para o mar. O público não era grande, a maioria estava disposta nas mesas de um restaurante local, que foram organizadas de maneira que ficassem de frente para o mar e para os músicos que se apresentavam. Assim como eu, havia um número considerável de pessoas fazendo uso de máquina fotográfica, atentos à música e ao pôr do sol que se anunciava. Mas uma vez, a descrição do Ribeirão da Ilha, como um cenário perfeito, me deixava inquieta.

Arantes (2005) parte do exemplo da Festa de São Sebastião, uma celebração popular no sul da Bahia e que tradicionalmente evoca o pertencimento e o prestígio nas comunidades locais, para exemplificar transformações e nuances às quais algumas práticas sociais tradicionais estão sujeitas. As localidades em questão vêm recebendo visitantes e novos moradores atraídos pela expansão do mercado imobiliário e pelas atividades turísticas. Porém, o autor afirma que “alguns aspectos de determinadas práticas sociais são menos permeáveis à inovação do que outras” (p. 11).

Os novatos são recebidos pela população local e acolhidos pela festividade. Entretanto, as atividades “mais carregadas de sentido de identidade”, tais como a execução da música e a preparação da comida (p. 12) acabam sendo vetadas aos novos moradores. Já o auxílio na organização do festejo, de forma geral, por meio de doação de ingredientes que serão preparados e o auxílio na preparação da igreja estariam na lista das atividades mais permeáveis e que permitem o estabelecimento de passagens para agregar novos atores.

Esta analogia feita pelo autor pode ser interessante para pensarmos nas festividades que acontecem na Freguesia do Ribeirão, especialmente aquelas ligadas ao catolicismo, como a Festa do Divino que ainda guarda papéis e funções tradicionalmente exercidas por membros da “comunidade ribeironense”, tais como: a execução da música pela banda da Lapa, presente em todos os eventos da localidade; a escolha do casal festeiro que juntamente com sua família passa a representar a corte imperial do Divino e a preparação de alimentos que fica sempre por conta dos moradores mais antigos do bairro. Da mesma

forma, também podemos observar que em eventos de implementação mais recente, como o Floripa Instrumental, a presença da comunidade ribeironense é menos marcada, exceto pela participação da banda da Lapa, já que se trata de um festival de música instrumental. A comercialização de alimentos, por exemplo, fica mais restrita aos restaurantes. A exaltação da natureza e da paisagem do lugar deixa transparecer a intencionalidade do evento em atrair um público interessado nos “manezinhos de fato”, que passam de público à atração.

Outro ponto para o qual voltei meu olhar foi para a relação das casas com o mar. Há, em alguns trechos, a privatização do acesso ao mar. É possível ver o mar durante todo o trajeto da rodovia Baldicero Filomeno, porém o acesso não está livre em toda a via. O acesso acontece principalmente por meio de pequenas praças e praias. Mas, a maior parte da orla fica privativa, em função da construção das casas, que embora tenham a parte da frente para a rodovia mantém uma ligação com o mar, por meio de escadas, trapiches, pequenas pontes, portões, deques, além de deixarem canoas e ranchos ao fundo de suas residências.

Em vários momentos, nos percursos que realizei, a visibilidade do mar para quem passa na rua ficava encoberta pelas casas que, muitas vezes, chegam a ser mais baixas que a própria Rodovia Baldicero Filomeno. Assim, ao longo de trajetos pela via, a maneira mais fácil de ver o mar é por cima, e entre as casas, e em pequenos espaços entre um muro e outro, onde é possível ver o mar. É como se houvesse um tipo de privatização do acesso e da vista para o mar, do ponto de vista do transeunte. Já quem pode tem a comunicação com o mar por meio de portas, janelas, varandas e até bancos. Houve uma ocasião em que pude ver grupo de pessoas sentadas à sombra de uma árvore em uma mesa de plástico, bebendo cerveja e conversando com vista para o mar.

Na verdade, a forma como estas residências são dispostas ao longo da via traz à tona aspectos do processo de ocupação da localidade, que se intensificou a partir da década de 1970, quando a prática de lotear foi impulsionada pelos fluxos migratórios mais recentes. Para Pereira (1991), esta nova configuração espacial “caracterizou-se como um processo de expulsão dos pescadores da praia, lado direito da estrada, para os morros no lado esquerdo (...) deslocando o pescador artesanal e nativo e dificultando-lhe o acesso à praia” (p. 98).

Desta forma, se voltarmos a pensar na ideia de privatização do acesso ao mar, veremos que estas marcas ao longo da via: ranchos entre casas; cercas e becos rumo ao mar; marcam as relações locais e revelam seus verdadeiros usos. Uma brecha entre uma casa de alvenaria e outra

ou um rancho de pesca que resiste ao tempo, assinalam a presença deste núcleo de pescadores nativos que, mesmo tendo subido às encostas, mantém uma relação intensa com o mar. Da mesma forma que muitos daqueles “de fora” que compraram seus lotes à beira mar tornaram-se moradores fixos, que se relacionam com a orla da região, tal qual os “de dentro”.

Em um desses momentos de caminhada e fotografia, uma senhora desceu do ônibus e me olhou com um ar de curiosidade. Eu, tentando puxar assunto, disse: Tá um dia lindo pra tirar foto e mostrei a imagem que tinha acabado de captar. Ela me perguntou: Tu és daqui? Eu respondi “Sim e não” e expliquei minha situação familiar. Inclusive, minha resposta foi curiosa, por me colocar sempre em uma posição de ser e de não ser, ao mesmo tempo, do Ribeirão. Este tema revela, conforme enunciado na introdução, minha familiaridade e distanciamento, este último às vezes até de forma não consciente. Em seguida, ela disse: “Aqui é um lugar muito bonito mesmo, a gente que mora aqui acaba se acostumando, mas é lindo! E o pôr do sol também aqui é muito bonito”. Nem tive tempo de perguntar seu nome, e ela já caminhou se direcionando a uma das casas. Mais uma vez, o pôr do sol, um tema frequente na região.

Continuando a caminhada, resolvi me aproximar de duas prainhas, que estavam no caminho, e observei coisas semelhantes. Na primeira, a imagem que me chamou atenção foi o rancho de canoa que estava entre duas casas grandes e novas de alvenaria, como se estivesse resistindo ao tempo e às mudanças, em um convívio harmônico de temporalidades. Adentrando na prainha foi possível ver que as casas que têm as fachadas para a estrada mantêm uma ligação intensa com o mar, por meio de escadas, sacadas com grandes janelas de vidro e até de deques em construção.

Fotografias 8 e 9: Continuidades – De costas para rua, de frente para o mar.



Fonte: Mariela F. da Silveira / 2013.

Naquele momento, entendi melhor as palavras daquela senhora de que não sei o nome, mas que vi entrando em uma dessas casas com vista e, ao mesmo tempo, de costas para o mar. É esta a paisagem a que ela diz estar acostumada. Eu aproveitei o momento e fiz o registro do famoso pôr do sol. É realmente lindo! Curiosamente, alguns meses depois, me deparei com uma fotografia, da mesma região, em uma coluna de um jornal de circulação regional intitulada “Você fotógrafo”, trazendo a seguinte legenda, “Simplesmente divino, diz a leitora, moradora de Florianópolis, que registrou o pôr do sol no Ribeirão da Ilha”.

Este apelo para imagens e paisagens pode ser visto nas placas que fazem propaganda dos restaurantes locais. Uma das que mais me saltou aos olhos estava pendurada na fachada do estabelecimento e dizia: “Um bom lugar para relaxar, degustar ostras e apreciar o pôr do sol na Serra do Tabuleiro”, já que do outro lado da Baía Sul temos o município de Palhoça e a referida Serra. Uma das placas, de outro estabelecimento, intitulava a região como “Vila das ostras”. Uma terceira fazia menção à paisagem em sua propaganda: “Quatro ambientes e um visual deslumbrante”.

Defronte à Capela do Simplício, onde foi possível ver as gaivotas em grupo, e vez ou outra, um dos membros do bando, ao fundo, se avistavam as fazendas marinhas e a Serra do Tabuleiro, estrategicamente citadas na placa do restaurante.

Fotografias 10 e 11: Descontinuidades – O velho novo ou o novo velho?



Fonte: Mariela F. da Silveira / 2013.

No percurso, aproveitei para fazer mais registros e observações, especialmente da fachada de um restaurante, que estava sendo reformada. Para isso, levantaram uma nova parede de alvenaria, na frente da fachada que já existia. A nova fachada faz menção a um estilo arquitetônico mais clássico, lembrando os casarios antigos da localidade. Tudo em cores vivas e vibrantes. Esse episódio me lembrou de outra situação, ainda relacionado com imagens e paisagens do Ribeirão da Ilha.

Tenho notado um movimento saudosista em relação à cidade de Florianópolis, que se manifesta pelas redes sociais da internet. Há várias páginas dedicadas ao compartilhamento de fotografias antigas da cidade. Em uma destas páginas, que passei a acompanhar, uma postagem me despertou curiosidade. Era uma foto²¹, da Freguesia do Ribeirão, atribuída à década de 1970:

21 Imagem fotográfica disponível em: <https://www.facebook.com/jornaldomercadopublico/photos/a.153652888126309.1073741862.153449651479966/168149186676679/?type=1&theater>. Acesso em: 23/4/2013.

Fotografias 12 e 13: Fora do tempo Imagens do passado patrimonializado.



Fonte: Mariela F. da Silveira / 2013.

Voltei ao local da foto para fazer um registro da situação atual. E não precisei de grandes análises para me dar conta de que o estado de conservação atual é muito melhor do que na época. Outra coisa que pude constatar é a ausência de cores vivas nas casas, que eram predominantemente brancas e marcadas pela poeira da rua, que ainda não tinha seus famosos paralelepípedos. Ficando para reflexão, até que ponto as políticas de preservação vêm interferindo na paisagem de localidades como o Ribeirão? Quando as cores vivas foram atribuídas à singularidade do local?

No ano de 2014, durante a realização das minhas atividades presenciais na Superintendência do IPHAN-SC, uma colega de trabalho durante a organização dos materiais arquivados, se deparou com um álbum de fotos antigas que integram a proposta de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico do Ribeirão da Ilha. Sabendo que eu desenvolvia dissertação na localidade ela esclareceu que, para fins de pesquisa, é permitido o acesso aos documentos que compõem o processo de tombamento.

A proposta de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico do Ribeirão da Ilha, elaborada pelo IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – e encaminhada ao então SPHAN – Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional no ano de 1986 apoiava-se em um memorial histórico que justificava o pedido. Na ocasião, a documentação apresentada foi considerada insuficiente. Posteriormente, estudos complementares foram elaborados com vistas à complementação da instrução do referido processo, que ainda tramita em âmbito federal. Recentemente, a Prefeitura Municipal de Florianópolis reconheceu a localidade como patrimônio histórico,

artístico e natural do município²².

Ao entrar em contato com os documentos que compõem o processo²³ e com as imagens fotográficas citadas por minha colega, me deparei com um Ribeirão da Ilha visualmente diferente do atual. Este registro fotográfico, realizado no final década de 1990, compunha uma vistoria que catalogou e constatou o estado de conservação dos imóveis, com arquitetura significativa, ao longo do bairro. O aspecto que mais me chamou a atenção nas imagens foi, novamente, o estado de conservação precário de algumas casas e a ausência das cores vivas, tão referenciadas atualmente como características da paisagem cultural da região.

Fotografias 14, 15, 16 e 17: Policromia do patrimônio.



Fonte: Mariela F. da Silveira / 2013.

Fonte: Arquivo IPHAN-SC.

Retornando para minhas caminhadas, dessa vez na Praça Fermínio Manoel da Silva, me deparei com as pessoas usando o espaço

²² Vide decreto nº 12.853, de 20 de março de 2014.

²³ Vide processo nº 1.215-T-86.

para atividades de lazer. De longe, vi duas mulheres, uma pescando e outra lendo sentada em uma cadeira de praia, ambas ficaram ali durante todo o tempo em que eu permaneci no local. Fiquei sentada em um tronco de árvore. Atrás das duas mulheres, havia uma família, os adultos pescavam e as crianças brincavam de bola. Um homem de moto também parou para observar o mar, ele ficou cerca de 15 minutos e seguiu em frente. Também pude ver um ou dois carros, que passavam reduzindo a velocidade para poder fotografar a paisagem. À minha esquerda, havia um casal de namorados tirando foto e tomando chimarrão, eles ainda estavam lá quando fui embora.

Ao mesmo tempo em que a cena estava composta por pessoas diversas fazendo do espaço um lugar de lazer, no lado direito, ao fundo do mar, avistei um homem em um barco. Ele remou um pouco até se ancorar em uma das fazendas marinhas para, me parece, cumprir alguma tarefa de trabalho. Ele saiu de um rancho que estava quase invisível em meio às pedras.

De onde estava sentada, era possível ver, à direita, os prédios do centro de Florianópolis e, à esquerda, a Serra do Tabuleiro. E em um plano mais aproximado, via o homem trabalhando no mar, ao mesmo tempo em que um iate estava ancorado próximo da Praia da Mutuca, situada no bairro Tapera. E as pessoas, envolvidas em suas atividades de lazer, pareciam não perceber aquele homem, trabalhando enquanto o cenário estava convidativo para o lazer. De onde estava sentada, aquele homem e suas ferramentas de trabalho pareciam apenas um ponto na imensidão azul do mar, que me tomava pelo barulho das ondas.

Esta cena não saiu da minha cabeça, lembrei da relação do manezinho com o mar. Conforme Ferreira (1998), o mar sempre foi um espaço para trabalho, e não de lazer, e não é raro encontrarmos pescadores que não sabem nadar. Prova disto são as casas construídas de costas para o mar, que a princípio era receptor de dejetos durante a noite e local de trabalho, ao longo do dia. No decorrer do século XIX até meados do século XX, o banho de mar não era uma prática de lazer. Na época em que a cidade ainda se chamava Desterro, chegou a ser considerado “abuso ao código de posturas”, depois autorizado como tratamento médico, alívio contra os dias de calor, até ser visto como “divertimento entre as famílias” e, por fim, atrativo turístico.

Apenas na primeira metade do século XX é que a elite da cidade passa a perceber a praia como local de sociabilidade. Este despertar ocorreu na chamada Praia de Fora, localidade em que grande parte da elite da cidade se concentrava buscando uma separação entre o local de residência e o local de trabalho. Segundo relatos de moradores

da Freguesia do Ribeirão nascidos entre as décadas de 1930 e 1940, antigamente as pessoas quase não se banhavam no mar. Quando crianças pediam a suas mães ou avós para tomar banho de mar raramente tinham seu pedido atendido: “A gente pedia pra elas deixarem a gente tomar banho de mar e elas não deixavam” (moradora do Ribeirão, 2007).

Para Mauss (2003), o corpo é necessariamente uma construção simbólica e cultural. A sociedade lança mão de formas para marcar e distinguir o corpo de seus membros. Estas formas, ou modos de agir, são o que o autor chama de técnicas do corpo. Atividades corriqueiras do dia-a-dia com andar, sentar à mesa, nadar, correr etc. na verdade são práticas condicionadas às necessidades e ao sistema cultural em que se vive.

Estas técnicas resultam da interação entre homem e sociedade e expressam as características singulares que as identificam como parte constituinte de um determinado grupo social. Para ele, o corpo pode ser análogo a um documento histórico, na medida em que registra, reproduz e traduz práticas e representações sociais. Essa reflexão do autor se revela interessante para pensarmos nas diferentes formas com que pescador e visitante se relacionam no mesmo espaço público, o mar. Estes comportamentos distintos sugerem leituras simbolicamente diferenciadas do sistema cultural em que vivem.

Já na década de 1930, com o advento dos balneários, a exemplo de Canasvieiras, a imprensa da cidade contribuiu fortemente para a popularização do banho de mar como prática recreativa. Entretanto, no interior da Ilha “onde os jornais só apareciam embrulhando alguma compra feita na cidade”²⁴, o uso do mar para além do trabalho não se popularizou. Esta relação entre trabalho e lazer é análoga se pensarmos nas cachoeiras do Ribeirão da Ilha, que ainda hoje são fonte de abastecimento das casas.

Uma das senhoras que me recebeu em sua casa apontou para mim uma pequena cachoeira, ao lado do seu terreno. Segundo ela, é dali que vem a água que sua família usa diariamente e ela conta que, no passado, as cachoeiras eram usadas para lavagem de roupa, para sua casa ou “para fora”, sob encomenda de terceiros. As popularmente conhecidas “fontes” eram numerosas na região e estavam ligadas ao trabalho doméstico, sobretudo feminino:

24 FERREIRA, 1998, p. 70.

Ali na Sinhá Dica, onde tem aquela grutinha, ali tinha uma cachoeira que quando a nossa fonte grande secava aqui nós íamos lavar roupa lá (...) aí a gente levava roupa no balaio pra lavar e enquanto a roupa secava nós íamos buscar água lá (moradora, 2013).

Perguntei se elas costumavam tomar banho na cachoeira e ela respondeu: “Quem quisesse tomava”, então comparei a situação com a dos pescadores e o mar, para ver o que ela me respondia. E ela me esclareceu que na sua “época de solteira” a cachoeira era usada somente para lavar roupa e apanhar água, raramente se tomava banho. Mas que, ao longo dos anos a relação foi mudando, por exemplo, na época em que seus filhos eram pequenos, já era mais comum deixar as crianças entrarem na água.

No caminho que fazia, da casa onde estava hospedada até a Freguesia, era comum observar a movimentação de pessoas. Certa vez, reparei em um senhor. Ele estava sentado, consertando uma lanterna²⁵ usada para acomodar ostras no mar. Suas mãos teciam, atentamente, aparentava estar alheio ao movimento de carros e pessoas na via, que estava bem intenso. Um pouco mais à frente, um grupo de senhores, reunidos em torno de uma partida de dominó, também pareciam não se importar com o vai e vem de pessoas. Paralelamente, em outro ângulo da cena, era possível ver o fluxo de turistas e visitantes saindo dos restaurantes. Uns se direcionavam ao estacionamento, outros seguiam em direção à orla, para fotografar e tomar um pouco de sol. Aliás, sempre encontrava uma ou outra pessoa fotografando na Freguesia do Ribeirão, flagrei até um jovem casal correndo no meio da rua, pareceu-me um ensaio fotográfico pré-nupcial.

Este cenário tem, porém, suas nuances. Ao caminhar um pouco mais além da Freguesia, não encontrei o mesmo “padrão” colorido dos casarios. O que encontrei foram casas de aparência comum e muitas delas fechadas. Segundo minha companheira de caminhadas, “Deve ser tudo casa de praia”. A prática de veraneio é comum no Ribeirão da Ilha e, segundo me contaram, especialmente por ser um lugar mais “escondido e calmo”. Um exemplo é a região da Costeira do Ribeirão,

25 Lanternas são estruturas, cestos confeccionados com malhas semelhantes à rede de pesca, utilizadas para manter as ostras submersas no mar e isoladas de outros organismos. As lanternas são fixadas em linhas flutuantes e atadas a boias.

que concentra grande parte destas casas de veraneio, inclusive algumas construções são atribuídas às pessoas com maior renda e moradores de bairros como o centro de Florianópolis.

Em relação aos restaurantes famosos, e em sua maioria especializados em ostras, eles estavam sempre na rota de nossas caminhadas, em qualquer sentido da Rodovia Baldicero Filomeno. Ora nos deparávamos com restaurantes, ora com placas publicitárias. Certa vez, comentei que tinha curiosidade de comer em um destes estabelecimentos e perguntei para minha interlocutora se ela já havia estado em algum deles. Ela me respondeu que costuma ir, aos domingos, nos estabelecimentos com serviço de bufê e de preço mais acessível, em torno de vinte reais por pessoa. Segundo ela, essas propagandas são só pra turistas. “O pessoal daqui não vai não, é muito caro”.

Aproveitei o embalo e perguntei: E de ostras, vocês gostam? Ela respondeu que sim. Mas bom mesmo era quando eu era solteira, “a gente botava fogo na pedra e comia a ostra ali na praia mesmo”. Eu já sabia que as mulheres da região costumavam ser as responsáveis pela captura de moluscos em geral, tal como berbigões e mexilhões. Mas desconhecia esta prática de atear fogo. Segundo ela, o molusco se abre com o calor, sendo possível o consumo no local. A partir desta fala fiquei pensando: não seria esta a inspiração da hoje tão famosa ostra in natura?

Outro momento importante durante o trabalho de campo foi acompanhar o Festival da Tainha, que embora não tenha acontecido no Ribeirão da Ilha, me trouxe elementos importantes para pensar nos rumos da pesquisa. O referido festival aconteceu entre os dias 18 e 21 de julho de 2013, nas dependências do Centro de Convenções de Florianópolis, o Centro-Sul. Fui movida pela curiosidade de saber como foi tratado o tema “cultura açoriana”, que está dentro do *slogan* da festa, “a valorização da gastronomia e da cultura açoriana”.

Na entrada do evento, havia um cenário, reproduzindo a fachada de uma casa, em cores vivas, paredes azuis e janelas com detalhes em amarelo. Debruçado na janela, havia um boneco, com trajes alusivos aos dos pescadores e/ou manezinhos, sua função era recepcionar as pessoas, conversando e interagindo com elas, tudo com o sotaque e palavras características de um vocabulário “manezês”. Dentro da suposta casa, rendeiras com suas almofadas de tecer renda e uma decoração com toalhas em renda e objetos que lembram o interior das residências dos antigos moradores da Ilha. No teto, bruxas penduradas por fios de nylon e, no interior, acomodados em cadeiras, bonecos com vestimentas alusivas aos pescadores e às rendeiras também compunham

o cenário.

O espaço físico estava dividido entre estandes de artesanatos e afins e estandes dos restaurantes. No centro deste espaço, havia inúmeras cadeiras para as pessoas consumirem as refeições compradas. Entre os restaurantes com estandes, havia pelo menos três do Ribeirão. No espaço também havia brinquedos infantis, oficina de pipa e oficina de olaria. Em uma das laterais, uma grande canoa, com todos os apetrechos para a pesca, e um pescador da Barra da Lagoa faziam parte das atrações da festa.

Minha surpresa foi encontrar grandes painéis, usados para dividir o espaço entre os estandes de artesanato da praça de alimentação e do palco. Eram imagens fotográficas recentes e, portanto, coloridas, de casarios antigos da cidade de Florianópolis. Reconheci a maioria deles, eram casas localizadas na Freguesia do Ribeirão da Ilha, sua função ali, aparentemente, era compor um cenário, ilustrando uma paisagem cultural tipicamente açoriana. Além da fachada de casarios, apresentações culturais como terno-de-reis e boi-de-mamão, faziam parte das atrações do festival.

Fotografias 18, 19 e 20: Representações – Qual é a “cara” do patrimônio?



Fonte: Mariela F. da Silveira / 2013

O uso da imagem dos casarios e praças do Ribeirão para ilustrar o tipicamente açoriano já vinha me causando certo incomodo. Me deparar com eles em um festival que tem como pretensão a valorização da cultura açoriana foi crucial para insistir neste tema durante as atividades de campo. Eu desejava desvendar qual era a lógica por trás deste uso, saber, afinal, por que essas imagens congeladas do modo de vida local atraem tanta gente? E, finalmente, relacionar esta prática à

patrimonialização da localidade. Este público consumidor de cultura, ao qual me refiro, é composto tanto por moradores da cidade a passeio, quanto por turistas de férias na região.

2.3 Estratégias e saberes locais

As histórias vão se acabando, daqui mais um tempo não tem mais ninguém pra contar uma história (...) eu tenho uma filha, mas ela não quer aprender o que a minha mãe me ensinou, a renda (moradora, 2013).

No decorrer do trabalho de campo, pude acompanhar moradores da localidade recebendo grupos de pessoas que buscam conhecer o Ribeirão da Ilha. Presenciei a recepção de dois segmentos bem distintos, o primeiro composto de crianças em idade escolar, em uma saída de estudos para que eles conhecessem a região. O segundo grupo era constituído por senhoras que estavam a passeio. Esta recepção acontece no âmbito de um projeto que apresenta o Ribeirão da Ilha e seu patrimônio cultural. Para isso, a idealizadora da iniciativa conta com a participação de moradores, que apresentam seus saberes e fazeres aos visitantes. Segundo ela, os roteiros e atividades propostas variam de acordo com o público recepcionado.

Para a responsável pelo projeto, intitulado Trilhas do Ribeirão, é de extrema importância manter a cultura açoriana na localidade e não deixá-la só no centro de Florianópolis. Ela ressalta que o Ribeirão foi um dos primeiros povoamentos açorianos da cidade. Inclusive uma das suas frentes de luta é pela instalação de um portal de informações turísticas na casa onde hoje funciona a intendência da localidade.

A iniciativa acontece na região há seis anos. Ela explica que a ideia inicial do projeto é levar a cultura açoriana para as crianças que estão cursando os quintos anos nas redes de ensino, pública e privada, da cidade. Para que as crianças conheçam e aprendam a respeitar a cultura, as pessoas e a natureza. Seu objetivo é fazer com que este projeto, que tem como metodologia de ensino a pesquisa-ação, se torne parte do calendário escolar municipal. Antes de ir a campo, os professores passam o conteúdo referente à história da localidade, para que o aluno se familiarize. A atividade extraclasse é registrada por meio de fotografias, que vão compor a memória da atividade em sala de aula, momento em que as crianças são estimuladas a escrever sobre a

experiência.

A ação que começou impulsionada com a recepção aos escolares foi estendida para outros públicos. Há pouco tempo, o projeto firmou parceira com o SESC-SC para incluir a visita ao Ribeirão da Ilha nos roteiros turísticos, no âmbito do programa de turismo social da instituição, voltado para seus associados.

Sobre o formato do projeto, ela esclarece que as pessoas podem escolher entre as trilhas, cultural, religiosa, gastronômica ou ecológica. Dentro deste roteiro, ela tem a preocupação de incluir a visitação ao Eco-Museu, localizado na Costeira do Ribeirão, no roteiro. Este cuidado é por conta da situação atual do local que, segundo ela, “está para fechar” por falta de apoio das instituições públicas.

Entre os moradores locais, parceiros da iniciativa, há uma contadora de histórias, uma rendeira e um casal de maricultores, cuja esposa é artesã. Além do fotógrafo responsável pelo registro de imagens. Esta equipe constituída para o projeto recebe pelo serviço prestado, sendo a atuação uma fonte de renda extra para eles. A organizadora do projeto assinala que a maioria destas pessoas são senhoras que vivem de aposentadoria e a oportunidade de atuar no projeto colabora não só em forma de renda mas na melhora da autoestima. Ela conta que paga o mesmo valor para todos e que esta importância varia de acordo com o tamanho do grupo recebido e do pacote que foi fechado: “Desde aquela que vai na minha frente para deixar tudo aberto até a contadora de histórias, todos ganham o mesmo valor”.

Durante nossa conversa, comentei que o turismo especulativo que usa uma imagem congelada do lugar, com mulheres debruçadas na janela, me deixava incomodada. Ela respondeu: “Ninguém imagina o quando a pessoa já trabalhou e a que horas ela acordou para estar ali na janela agora”. Sua resposta trouxe movimento àquela imagem estática tão enunciada pela mídia. Aliás, no decorrer do trabalho de campo, ela se mostrou uma pessoa experiente e articulada para lidar com as questões públicas e políticas. Além disso, está envolvida na organização da maioria dos eventos que acontecem na Freguesia. Segundo conta, tem conhecidos em emissoras de televisão, que ajudam a divulgar os eventos da localidade, tais como a encenação da Paixão de Cristo.

Conforme anunciei anteriormente, acompanhei dois momentos em que os moradores recebem os grupos na localidade. O primeiro era uma saída de estudos com crianças e o segundo, uma excursão de senhoras, ambos iniciaram o percurso na fazenda marinha, para conhecer a cadeia produtiva dos moluscos na localidade. Sentados frente ao mar e atentos ao maricultor, escutam sua exposição a respeito

do trabalho na fazenda marinha e da importância da prática para a localidade.

Fotografias 21 e 22: Ribeirão da Ilha – O berço da ostra catarinense?



Fonte: Mariela F. da Silveira / 2013

Sua linha de raciocínio começa no passado da localidade, conta como as pessoas viviam, ressaltando as dificuldades e a vida simples da região. Ele conta que as famílias eram numerosas e que só a pesca não era suficiente para garantir a alimentação. Sua fala contempla a existência da ostra nativa que, segundo ele, era abundante na região e muito consumida, na praia mesmo, e para isso ateavam fogo nas pedras para que o molusco abrisse. Sua exposição termina explicando que este ambiente que já era propício para as ostras no passado agora serve para abrigar as fazendas marinhas na região, que hoje são uma importante fonte de renda, já que os tempos são outros, e o peixe é escasso. Desta forma, seu discurso naturaliza e insere a prática da maricultura na região.

Após a apresentação, todos são convidados a degustar ostras que foram preparadas pelo casal e a conhecer a loja de artesanato deles. No caso das crianças, foi realizada uma oficina de artesanato, momento em que foi possível, com o auxílio da artesã, montarem peças. A respeito do seu envolvimento com o artesanato, ela conta que aprendeu a fazer as peças em um curso promovido pela Federação de Maricultura e oferecido às esposas dos maricultores. A intenção do curso era dar outro destino ao material orgânico produzido nas fazendas marinhas, como conchas e escamas, que acabavam destinados ao lixo. A atividade escolar se encerra com a presença da rendeira, que com sua almofada, linhas e bilros, apresenta o seu fazer às crianças. Algumas se mostram curiosas, outras nem tanto, alguns dizem que sua avó também faz renda.

Já a visita do grupo de senhoras continua. Após a passagem pela fazenda marinha, o grupo segue para o Eco-Museu. Lá ouvirão uma

pequena explanação, que conta um pouco da história da localidade, da criação do museu e da sua ligação com a imigração e cultura açoriana. Durante a fala, embora não se ignore a presença indígena, a ênfase foi direcionada às raízes açorianas, não só do Ribeirão, como de toda Florianópolis: “que a gente tem hoje na ilha é de origem açoriana, toda a ilha é de origem açoriana”. Ainda no museu, o grupo fez uma caminhada para conhecer as peças em exposição e o engenho de farinha. O próximo ponto de parada é o almoço em um restaurante, na Freguesia do Ribeirão. Após a refeição, saíram em caminhada pelas ruas da localidade. O objetivo desta caminhada é ir ao encontro das colaboradoras do projeto, a rendeira e a contadora de histórias. Ambas aguardavam o grupo, respectivamente na Praça da Freguesia e no salão paroquial da igreja Nossa Senhora da Lapa, já que a edificação está fechada para restauração.

Fotografias 23 e 24: Estratégias – Saberes e práticas locais compartilhados.



Fonte: Mariela F. da Silveira / 2013

Enquanto o grupo se aproximava da praça, a rendeira já estava a postos, sentada em um dos bancos à beira-mar e com suas mãos hábeis tecendo renda. E a pedido das senhoras em excursão, repetiu uma prática muito comum na localidade, enquanto tecia, cantava versos de ratoeira²⁶. Na sequência, prosseguiram a caminhada, agora rumo ao

26 A ratoeira é uma manifestação cultural de origem luso-açoriana. Segundo Soares (2002), na brincadeira, as pessoas, geralmente em pares, se dispõem, formando um grande círculo com movimentos, ora para a esquerda, ora para a direita. No centro do círculo os casais se revezam para recitar versos. Estes

salão paroquial. Nossa contadora de histórias estava no interior do salão, que abriga a igreja durante a reforma, à espera das visitantes. Sua narrativa foi direcionada à história da padroeira do bairro, Nossa Senhora da Lapa:

Lá um belo dia um forasteiro pegou a Nossa Senhora, embalsamou pelo mar, ela veio vindo de Portugal e veio parar aqui, porque é isso que ela queria, vir pra cá, aqui, vocês passaram pra cá não tinha uma igrejazinha?

Ali, ela chegou do mar, aí eles pegaram Nossa Senhora, eles fizeram uma gruta, essa tal igreja era uma gruta, ela permaneceu lá quarenta e seis anos, enquanto eles botaram os escravos a fazer a igreja, essa nossa aqui, matriz, então ela levou, levaram quarenta e seis anos pra fazer, foi organizado, tudo pronto já, aí fizeram aquela homenagem trazendo a Nossa Senhora pra cá em procissão e chegou aqui, foi a devoção do povo né, até hoje o povo é devoto a Nossa Senhora da Lapa (moradora, 2013).

Ela esclarece que a imagem vivia em uma lapa, popularmente gruta, em Portugal, e que já era milagrosa em terras portuguesas. Segundo ela, a imagem tem mais de duzentos anos e foi trazida ao Ribeirão por um forasteiro, que abrigou a santa em uma capela a duzentos metros da Freguesia, enquanto isso escravos erigiam nova igreja para a Nossa Senhora, que teria sido inaugurada em 1806. Para finalizar sua exposição, apresenta aos visitantes o Hino de Nossa Senhora da Lapa:

Lá do céu celeste pio onde nada a
Deus escapa

vela por nós com bondade Nossa
Senhora da Lapa.

Cuidando dos ribeiroenses com sua
divina luz

sempre abençoa seus filhos da Terra
de Santa Cruz.

Em homenagem, recebe este canto,
esta oração,
vem e abençoa a todos os filhos do
Ribeirão.

A canção, ou hino, reflete e imprime feições religiosas aos moradores da localidade. E destaca a devoção à padroeira, Nossa Senhora da Lapa. Posteriormente, pesquisei sobre a autoria e origem da canção e descobri que a letra foi composta por Padre David²⁷, no período em que foi responsável pela paróquia da localidade. Esta religiosidade se expressa por meio das festividades católicas, como a festa do divino, a festa em devoção à Nossa Senhora da Lapa e a Encenação da Paixão de Cristo. De modo que a religiosidade é também um elemento fundamental para apreender as dinâmicas sociais da localidade, uma vez que as pessoas se deslocam e se articulam nestes momentos religiosos, aparentemente, movidos pelo sentimento comunal de pertencimento à comunidade. Para minha surpresa, descobri que o Ribeirão da Ilha é inspiração também para letras de músicas de artistas locais²⁸, que usam suas vivências na localidade para compor:

No casario açoriano
a Banda do Zé Pereira
anda a pé acompanhando
a procissão da Padroeira
Meu Ribeirão da Ilha
eu te juro amor eterno
quero me perder por tuas trilhas
e repousar em teu ventre materno
O santo e o profano
a fé de uma benzedeira
um menino é soberano
Divina é a bandeira

A letra apresentada acima anuncia elementos da vida ordinária,

27 A informação está disponível em: ROCHA, Greyce Bressan. Sob proteção de Nossa Senhora da Lapa: As práticas de devoção mariana em Ribeirão da Ilha – 1980-2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, 2005.

28 Trecho da música intitulada “Amor Eterno”, composta por Regi Barcelos e Kalunga. Disponível em: <http://palcomp3.com/regibarcelos/amor-eterno/>.

os mesmos usados para compor a imagem bucólica do lugar. Aqui, os casarios, as festividades sagradas e profanas, as práticas religiosas e os saberes locais, como a benzedeira. Todos compõem o itinerário percorrido pelo letrista, que declara seu amor eterno à localidade. Durante as conversas e entrevistas em campo, buscava, entre outras coisas, entender os meandros por detrás desta ideia de comunidade e da imagem de lugar bucólico, pacífico e, por vezes, “parado no tempo”, mas ao mesmo tempo inspirador. Características atribuídas ao Ribeirão e aos ribeironenses por diversos meios publicitários vinculados ao turismo e que tanto me incomodam. Para isso, costumava perguntar às pessoas se elas sentiam falta de alguma coisa no bairro. As repostas eram variadas, muitos desejavam maior oferta de produtos e serviços, porém alguns me relataram que preferiam se adaptar à falta de um determinado serviço, em prol de um Ribeirão mais pacato e sossegado, alegando que a maior oferta de serviços, conseqüentemente, atrairia novos moradores e turistas para o bairro:

Não é o mercado que vai fazer vim gente, os turistas vêm sozinhos mesmo, né. Nós queremos o mercado pra nós aqui, o turista não vai por mercado, ele vai por restaurante. O restaurante sim, o restaurante é só pra turista, nós não vamos pra restaurante, né. Nós vamos pra restaurante quando faz uma festinha aí do grupo [de idosos] aí a gente vai fazer uma bagunça (moradora, 2013).

Outros, mais saudosistas, como uma das entrevistadas, relatou sentir falta do “sossego”, fazendo contraponto aos dias atuais, que segundo ela, “não é mais o mesmo”. Então insisti indagando, mas o que mudou exatamente? Ela seguiu argumentando que o modo de viver mudou, que ela, por exemplo, quando jovem, trabalhava raspando mandioca e colhendo café, para familiares que se dedicavam ao cultivo na região. Além disso, tinha afazeres domésticos, como a feição de renda, que aprendeu aos oito anos de idade e cujo dinheiro da produção complementava o orçamento familiar. E que hoje os jovens não querem ajudar e nem saber de nada. Sua fala apontava as mudanças, comuns a localidades como o Ribeirão, que passaram por um processo de expansão urbana, ao deixar de ser as atividades rurais como principal fonte de renda. Sua narrativa remonta a uma temporalidade e a uma espacialidade específicas e que de modo algum significa que o local esteja “parado no tempo”:

Antigamente o comércio era só no centro, então eles trocavam, vendiam, e era tudo por embarcação, não tinha esse negócio de carro como tem hoje, era tudo por embarcação, tudo (...). O pessoal não usava cerca, compreende, assim na frente de casa, fechado, isso não, era tudo aberto tá, no lado de casa o que era, às vezes era cerca viva, às vezes era aquela cerca de arame farpado, aquela coisa assim, monte de criações, solta, era porco, era cabra, era galinha, era boi, tudo criado assim (moradora,2013).

Decidi instigá-la e expliquei que muitos me contam que sentem falta de padaria e supermercado. Daí então ela respondeu: “Ah, isso sim, aqui deveria ter um supermercado grande pra gente, com padaria e açougue”. Ao perguntar: por que achas que não tem?, ela respondeu: “Ninguém se interessa”. Fui adiante, precisava “furar” este discurso, expliquei que os meios de comunicação e os órgãos públicos e privados ligados ao turismo, muitas vezes, referenciam o morador do Ribeirão como pacato e avesso a mudanças. E que algumas pessoas com quem eu conversei acabavam concordando com esta imagem formada da localidade, e me respondiam que não queriam mudar, que preferiam se adaptar à falta de supermercados, padarias, bancos e outros serviços. Por acreditarem que a oferta destes serviços poderia atrair mais turistas. Daí ela me respondeu: “Aqui não tem nada e eles vêm igual!, se tivesse alguma coisa pelo menos a gente ia usufruir também!”.

Ela seguiu expondo o que considera necessário para o bairro. Para ela, o Ribeirão precisa de um espaço organizado pela Prefeitura para a venda de artesanato, e explica que quase todas as lojas destinadas ao produto são de particulares e que o espaço cedido pela igreja às rendeiras não fica aberto permanentemente, já que não é autônomo. Ela conta que no evento Prefeitura nos Bairros, promovido pela Prefeitura da cidade de Florianópolis, houve pedidos relacionados à demanda de produtos e serviços. Entre eles, a instalação de uma casa lotérica e uma agência dos Correios, que funcionassem no Centro Social Comunitário. Além de uma creche para atender à localidade da Freguesia:

Quando o Vila Terceira colocou aquele restaurante, eu pensei: "Por que não botam um mercado grande ali, com padaria, com açougue

pra gente fazer as compras (...) quem não tem carro tem que caminhar ou pegar ônibus pra ir comprar (moradora, 2013).

Nós já falamos com o rapaz que cuida do Centro Comunitário que era uma boa se abrisse uma lotérica ali (...). Uma lotérica aqui era bom porque servia pra tudo né? (moradora, 2013).

Voltamos a conversar a respeito da produção de renda. Ela disse que, na juventude, vendia a produção para outras rendeiras que iam vender as peças em frente ao Hotel La Porta²⁹ no centro da cidade de Florianópolis. E eu perguntei: Quem comprava? Ela disse: “Os turistas”. Eu brinquei dizendo que não é de hoje que turista compra renda. Ela riu e complementou, dizendo que não só as rendeiras do Ribeirão, mas de outras localidades, como a Lagoa, colocavam produtos à venda na porta do hotel. Conversamos também sobre a venda dos terrenos na região. Ela conta que sua família vendeu vários lotes, acredita que cerca de cinquenta anos atrás, para pessoas vindas do Rio de Janeiro, e que até hoje moram no centro de Florianópolis, mantendo a residência no Ribeirão para os finais de semana. Relata que a atividade era muito comum entre os nativos, que não tinham muitas opções de trabalho e renda, e viram na prática de lotear os terrenos uma oportunidade de renda extra. Muitos iniciaram um processo de subida para as encostas, enquanto loteavam os terrenos à beira-mar:

Felizmente aqui na Freguesia é muita pouca gente de fora morando, não tem ninguém que vende um terreno, que vende uma casa, ninguém vende nada é tudo povo daqui os filhos que herdaram, já no Alto Ribeirão na Costeira do Ribeirão, na Caeira da Barra do Sul é tudo gente de fora, o pessoal vendeu o que tinha e foi pro morro, vendeu o que tinha e foi não sei pra onde. (morador do Ribeirão, 2010).

Nesse momento, na década de 1970, é que as pessoas de outras

29 O Hotel La Porta, hoje desativado, esteve em funcionamento entre as décadas de 1930 e 1950. Localizava-se no centro de Florianópolis, na região da Praça XV esquina com a Rua Conselheiro Mafra. Uma região, na época, central para a cidade, próximo ao mar e ao porto de Florianópolis.

localidades da cidade “descobrem” o Ribeirão, que, por possuir uma orla marítima de “recortes atrativos, encantadores e repousantes”, acabou atraindo os primeiros compradores de residências cujo intuito era a prática do veraneio. Como consequência, os pescadores, que antes moravam nas bordas do mar, foram distanciando-se, mudando para os morros (PEREIRA, 1991, p. 98). Em contrapartida, a venda das terras à beira-mar, na maioria das vezes, significou uma melhoria nas condições de vida da família dos pescadores e possibilitou o aumento da infraestrutura local, requisito exigido para que o turismo fosse possível.

Os primeiros compradores eram majoritariamente de outras regiões de Florianópolis e logo começaram a surgir interessados de outros estados e até países, o que acarretou o crescimento considerável do fluxo turístico e o aumento do valor das propriedades. Para atender a essa nova demanda, formou-se um mercado de serviços que acabou absorvendo a mão-de-obra local, antes os pescadores e lavradores. Houve, assim, uma transição do trabalho autônomo e informal para o assalariado e formal. Essa mudança exigiu a melhoria de vários serviços essenciais à comunidade como a instalação da rede telefônica, a expansão da rede elétrica, a pavimentação de estradas, a instalação de postos de saúde, de um Centro Social Comunitário e melhorias no serviço de transporte coletivo de passageiros. Nesse processo, houve também uma série de ações clandestinas como a construção de casas junto às praias e o fechamento do acesso à população em geral a essas partes, além do lançamento de esgoto sem tratamento no mar.³⁰

Entre as preocupações da comunidade, antigos e novos moradores, encontra-se a necessidade de estabelecer critérios de ocupação das áreas do distrito para um controle ordenado de crescimento. Além disso, estão preocupados com a preservação do riacho, com os acessos à praia, a recuperação de espaços públicos, a falta de local para estacionamento. Sugerem também a construção de trapiches coletivos, uma vez que os trapiches existentes são dos

30 Em dezembro de 2007 assisti a uma reunião do Núcleo Gestor do Orçamento Participativo que aconteceu no centro social da Freguesia do Ribeirão. A reunião estava sendo presidida pela médica do posto de saúde do bairro, que falava sobre os lugares do Ribeirão e as alternativas para melhoria da qualidade de vida e geração de renda, tais como: construção de trapiches para as fazendas de marisco familiares que serviriam também para turismo; escolha de um lugar para a feira livre; revitalização da pracinha da Freguesia etc.

restaurantes locais, ou seja, privados, sendo usados como extensão do espaço do estabelecimento para receber os clientes.

Capítulo 3

Continuidades e descontinuidades: Saberes locais e turismo

O Ribeirão continua a mesma coisa. Só, claro, tem mais ônibus, mais restaurantes (...). Era assim, vinha pra praia tinha que trazer lanche, alguma coisa, porque não tinha, agora passaram asfalto, melhorou, tem vários restaurantes, ônibus também agora, credo, quem viveu naquela época, mudou assim, bastante coisa, mas eu acho assim, pelo tempo, Ribeirão tá meio parado (...). O Ribeirão vai continuar a mesma coisa como tá, como tá vendo aqui agora, pode vir daqui a uns dez anos o Ribeirão vai continuar assim, não vai mudar disso, melhorou essa parte de restaurante, e quem trouxe tá, o turismo pro Ribeirão da Ilha foi esse negócio da implantação da ostra (moradora,2013).

3.1 Turismo e patrimônio cultural

Segundo Pérez (2000), o turismo é um fenômeno sociocultural que pode ser pensado a partir de visões disciplinares distintas: Para a economia, o turismo é pensado como uma indústria promotora de serviços; o olhar da geografia entende o turismo como deslocamento de pessoas no espaço com foco nos processos de desenvolvimento da atividade; para o direito o turismo expressa o direito à liberdade de circulação das pessoas; já a ecologia pensa no turismo enquanto uma atividade humana que afeta o meio ambiente no qual é realizada; a sociologia enfatiza que as atividades turísticas são também práticas sociais realizadas no tempo de lazer dos indivíduos. E, finalmente, a antropologia tem a compreensão do turismo enquanto fenômeno sociocultural cuja complexidade permite ao turista a vivência da alteridade. Além disso, o turismo pode ser entendido como “uma indústria de encontros entre locais e visitantes, produtores e consumidores de bens turísticos” (p. 5).

Na tentativa de definir a noção de turismo cultural, o autor argumenta que a natureza cultural das viagens, evocada mais

recentemente, já se fazia presente entre os séculos XVIII e XIX, quando os jovens de classes mais abastadas tinham a possibilidade de viajar para conhecer culturas e costumes diferentes. Esta prática, conhecida como o “Grand Tour”, tinha como objetivo principal o acúmulo de capital cultural por parte dos jovens, sobretudo aqueles cuja posição social vislumbrava atividades de liderança em potencial. Embora a natureza cultural do turismo seja antiga, a aproximação destes universos, em termos conceituais, é relativamente recente.

Pérez advoga que, independentemente das definições usuais de turismo (entre elas: turismo de massa, turismo de negócios e turismo de aventura), o turismo enquanto atividade humana pode ser compreendido como prática e expressão cultural. Ele propõe pensarmos no turismo como fomentador de contato intercultural de grupos humanos. De maneira mais limitada, o turismo cultural abrangeria os deslocamentos exclusivamente motivados por objetivos educacionais e culturais, porém a presente definição não é consensual.

A partir da década de 1950, quando se iniciavam as atividades do turismo de massa em escala mundial, criou-se uma expectativa em torno da potencialidade da atividade turística de promover um intercâmbio cultural entre os moradores locais e os visitantes. Conforme vimos anteriormente, o Ribeirão da Ilha e outras localidades da cidade de Florianópolis foram timidamente se ambientando com esse novo fluxo de pessoas a partir da década de 1970, quando a chegada da rede viária permitiu melhoramentos e implantações de serviços como transporte coletivo, postos de saúde e energia elétrica. Com a globalização, houve concomitantemente o que Appadurai (1990) chamou de “tensão entre a homogeneização e a heterogeneização cultural” (p. 311), ou seja, uma valorização dos mercados globais e dos aspectos locais e transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que incutiram mudanças nos valores de consumo da população.

Para Pérez (2000), o turismo cultural tem se apresentado como meio de produção cultural. Além de mecanismo para a diferenciação das atividades turísticas que cada vez mais estão segmentadas, a fim de abranger os mais diversos grupos sociais. Para o autor, a adesão ao chamado turismo cultural tem se tornado ferramenta para a produção de distinção social, segundo conceitua Bourdieu. Desta maneira, o turismo promove a instrumentalização da cultura que acaba convertida em recurso para seu uso mercantilizado. Esta produção mercantil da cultura pela via das atividades turísticas impacta ações positivas e negativas no meio em que são realizadas.

Entre os aspectos positivos, estão a promoção e a revigoração de

identidades culturais, o reflorescimento de tradições e a expansão das atividades econômicas. Por outro lado, é preciso estar atento para que o uso mercantil da cultura não engendre processos de reificação, essencialização e objetificação de aspectos culturais. Em alguns contextos, a sociabilidade intercultural pode ser encoberta por uma imagem ficcional da cultura que é promovida no âmbito de políticas de Estado, bem como por organizações civis.

De certa forma, processos de patrimonialização costumam ter ligação com o turismo cultural, uma vez que torna os preteridos bens patrimoniais mais populares. Entretanto, é preciso ter cuidado para que aspectos da memória e da história da localidade não apareçam de forma idealizada e congelada para fins turísticos. Ainda assim, o patrimônio cultural pode ser percebido enquanto uma forma de produzir culturas e um artifício para as transformações de sítios patrimoniais em destinos turísticos. Por outro lado, uma crítica recorrente às atividades turísticas é a carência de interesse pelas vivências reais dos detentores, que muitas vezes se resumem a representações e estereótipos a respeito do outro. Idealmente, é necessário que as atividades turísticas não estejam reduzidas aos fins econômicos. Para Pérez, é preciso almejar, proporcionalmente, ganhos econômicos, educacionais e, principalmente, sociais.

A patrimonialização enquanto processo é responsável pela “atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados a objetos, a formas, a modos de vida, saberes e conhecimentos sociais” (p. 147). Para Pérez, a excepcionalidade, a perda ou abandono das funcionalidades costumeiras do bem cultural podem ser um dos responsáveis pelo desencadeamento do processo de patrimonialização. Tal processo projeta uma sacralidade simbólica e, ao mesmo tempo, é capaz de adensar a identidade cultural, além de agregar novos valores, a exemplo do econômico. De modo que se faz necessário compreender o contexto sociocultural no qual o patrimônio cultural está inserido. Ademais, é importante salientar que processos de patrimonialização estão fortemente ligados a uma visão institucional da cultura, além de atuarem como mecanismos de legitimidade e afirmação de memória e de identidade cultural com os quais determinado grupo se identifica. Esta escolha, feita pelos detentores, sugere um processo de seleção e atribuição de valores, dentro de um vasto universo cultural. E aos profissionais que lidam com a institucionalização da cultura, cabe o papel de legitimador dos bens que terão abrigo nas políticas públicas de proteção. Para o autor, a patrimonialização ainda pode ser vista “como um seguro contra o esquecimento, como uma ativação da memória que

excita mais memória” (p. 148).

Para Pratz (2005), os processos de patrimonialização são produzidos por meio de construções sociais que, embora diferentes, se complementam: “La sacralización de la externalidad cultural” e la “puesta en valor o activación”. No primeiro caso, aspectos como a excepcionalidade de determinado bem ou prática aliado aos ideais e padrões de cultura socialmente impostos transformam características singulares em exemplares culturais incontestáveis e que são imediatamente sacralizados ante a excepcionalidade que apresenta diante do sistema de valores socialmente compartilhado. O patrimônio cultural, enquanto sistema de representação, tem como base o que o autor chama de “externalidad cultural”, que condensa e expõe os valores atribuídos a uma visão de mundo dominante que legítima, e torna inquestionáveis, práticas e objetos patrimonializados. É através deste compartilhamento de valores e sentidos atribuídos ao patrimônio que a “puesta en valor o activación” é produzida como uma construção social. Este mecanismo permite acionar determinados elementos patrimoniais que põem aspectos do patrimônio cultural em evidência.

Abreu (2012) enfatiza que o patrimônio cultural passou a ser processualmente assimilado como “um bem público para ser visto” (p. 21). Neste processo, os aspectos visuais se sobressaem em relação aos demais, dando destaque à questão da paisagem. De forma que a preservação do patrimônio também começa a ser pensada por meio da preservação de cenários e paisagens que emergem nas cidades e que se transformam em espaços de contemplação e visibilidade.

Buscando contribuir para as discussões a respeito da inclusão da categoria de paisagem cultural no âmbito das políticas voltadas para o patrimônio cultural, Ribeiro (2011) traz à tona as possibilidades e os limites no uso da emergente categoria. Para o autor, seu potencial deve ser explorado e relacionado com as demais categorias espaciais, tais como: lugar e território. A primeira resulta da conexão consolidada entre o indivíduo, seu pertencimento e suas vivências no espaço. A vivência das pessoas tem a capacidade de transformar espaços em lugares plenos de valores e memórias.

Já o território deve ser pensando como resultante da apropriação do espaço autônomo à ação humana. Uma vez apropriado, o território institui uma rede de relações que o define, ao mesmo tempo em que o distingue de outros. O estabelecimento destas redes é a base na qual as relações sociais germinam. O autor propõe pensarmos dialeticamente o conceito de território, que para ele não pode ser visto somente como a via de “projeção das relações sociais no espaço, mas também a projeção

do espaço nas relações sociais” (p. 264). Desta forma, lugar e território se distinguem da categoria paisagem cultural, já que a paisagem ilumina a interpretação do espaço e dos elementos que o compõem.

3.2 Paisagens culturais em contextos de patrimonialização

Conforme destacamos no capítulo inicial, o conceito de paisagem no âmbito do patrimônio cultural emerge a partir dos anos 2000, no contexto das discussões relativas às políticas do patrimônio imaterial no Brasil. Já na década de 1990, porém, o conceito de paisagem foi adotado pela UNESCO como uma das categorias possíveis para a inscrição de bens na lista de patrimônio cultural da humanidade. Esta estratégia da Organização das Nações Unidas objetivou o rompimento da dicotomia presente na lista, entre bens de natureza natural e cultural. Desta forma, os candidatos à paisagem cultural apresentavam elementos de integração elaborados pela natureza e pelo homem.

No Brasil, os marcos para as políticas voltadas à paisagem cultural foram a Carta da Paisagem Cultural, redigida na cidade de Bagé, em 2007, e o estabelecimento da chancela da paisagem cultural, conforme Portaria Iphan nº 127/2009. A referida portaria é a ferramenta institucional para o reconhecimento e inscrição de sítios na categoria paisagem cultural:

CONSIDERANDO a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional e destaquem-se pela interação peculiar do homem com o meio natural;

CONSIDERANDO que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural;

CONSIDERANDO que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais; resolve: Estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território

nacional (BRASIL, 2009).

Neste contexto, a noção de paisagem cultural é apresentada como categoria apta para promover a integração das relações entre homem e natureza. Entretanto, sua definição abrangente e generalista possibilita múltiplas interpretações a respeito do que seria passível de chancela do Estado. Ribeiro (2011) defende que a definição do conceito de paisagem deve, minimamente, prescindir de discussões para além da relação entre homem e natureza. Ele salienta que toda a paisagem resulta de uma produção cultural, ela não é uma categoria que atravessa todos os grupos humanos e, sim, uma leitura do ambiente. Outro ponto destacado é que toda paisagem é cultural, independentemente da ação humana. É um processo de interpretação do mundo, ou seja, um artefato cultural.

Desta forma, é preciso estar atento para não se referir à paisagem cultural como aquela “impregnada de cultura, a ‘boa’ cultura que se quer preservar. Por oposição então estaria a paisagem ‘não cultural’, isto é, aquela que ou não ‘possui’ cultura, ou está impregnada de uma ‘má’ cultura que não se quer patrimonializar” (p. 260). Esta dualidade do pensamento expressa um dos limites a serem superados quando se pensa nas políticas de preservação do patrimônio cultural. Assim, se faz necessário acolher a paisagem como um texto, pronto para ser interpretado, de acordo com as narrativas e os valores dos grupos cuja vivência constitui-se em um dos elementos desta paisagem.

Silveira e Lima Filho (2005) refletem a respeito do simbolismo dos objetos, e seus vínculos, com a vivência cotidiana atrelada aos grupos sociais e suas paisagens de pertencimento. Buscam situar o objeto para além de uma visão reducionista, considerando a imaterialidade como uma faceta presente na relação entre os sujeitos e o mundo social. Nesta ótica, a agência dos objetos é colocada em evidência na defesa de uma antropologia do objeto documental atrelada às questões do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Cabe ressaltar que, neste contexto, considera-se objeto toda e qualquer coisa passível de patrimonialização.

Assim, o objeto é concebido enquanto algo praticado e repleto de nexos e sentidos compartilhados por aqueles que lhe engendram valores e simbolismos. Para os autores, destes sentidos compartilhados emanam um fluxo de sentidos e imagens capazes de conectar temporalidades e rememorar vivências passadas por meio do contato com a materialidade da coisa e dos sentidos que ela carrega, já que um

objeto sempre remeterá o sujeito a lugares e temporalidades específicas, situando a pessoa no mundo vivido por meio da memória. Ou seja, as “imagens dos objetos” são capazes de circular entre as memórias dos sujeitos, promovendo lembranças de vivências anteriores, ao mesmo tempo em que reforçam vínculos com lugares, temporalidades e experiências cotidianas.

Para Certeau (1998) “Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência (...). Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam (...). Em suma, o espaço é um lugar praticado” (p. 201-202). Ou seja, o lugar transforma-se em espaço através das vivências e das dinâmicas sociais. E, quando ocupado, transforma-se de imediato em lugar praticado. O espaço, por excelência, é um lugar ordenado pela prática das pessoas. São as vivências e as dinâmicas sociais que dão sentido a este espaço fisicamente imóvel, mas constantemente ressignificado e orientado pelos deslocamentos e vivências coletivas.

Tendo como base os conceitos de “espaço” e “lugar praticado” de Michael de Certeau, Silveira e Lima Filho discorrem a respeito da transformação dos espaços em lugares por meio da dinâmica e da historicidade impressa pela vida social. Para eles, as “imagens dos objetos” se desprendem do mapa cartográfico do lugar dando forma a um mapeamento mental e sentimental que tem como base a interação das pessoas no mundo, ultrapassando as fronteiras da cartografia que não dá conta da complexidade e do simbolismo inerente às relações dos grupos humanos com o espaço onde vivem.

Desta forma, o objeto comunica, tornando-se um documento e uma referência para interpretação do sistema cultural pelo observador que se dispõe a construir um olhar urbano ou turístico sobre o outro. Esta interpretação, muitas vezes, não considera a biografia destes objetos que são usados como fragmentos do todo que se pretende representar. O sentido atribuído por aqueles que praticam a cultura é excluído, dando lugar a um valor instrumental descontextualizado e construído pela experiência do observador. Neste contexto, observa-se um processo de objetificação da cultura por meio da coisa, fragmentada, que a representa.

Meneses (2009) chama a atenção para os riscos dos “usos culturais da cultura”, que privilegia as representações e o simbólico em detrimento das vivências e produções concretas dos grupos. Para ele, este “uso cultural” acaba priorizando as representações ao invés de firmar uma relação dialógica entre representações e práticas. Esta

ausência de articulação entre o que as pessoas fazem e a ideia que se tem do que elas fazem alavanca processos de objetificação cultural. Usando como exemplo a visitação de turistas a uma catedral francesa do século XII, o autor ilustra a relação entre a atividade desterritorializada de um grupo de turistas em visitação e o uso territorializado de uma moradora do local, que frequenta habitualmente o mesmo espaço.

Neste contexto, as idas cotidianas da moradora à igreja revelam um vínculo de pertencimento àquele determinado espaço. Da mesma forma que suas recordações e memórias a situam no tempo. Já os turistas, mesmo durante a visitação, continuam desterritorializados, pois não partilham do mesma temporalidade e habitualidade da moradora. Outro ponto importante é a maneira distinta com que morador e turista se relacionam com o preterido bem cultural:

A fruição dos turistas consoma-se na mera contemplação de um lugar de culto, agora transformado em lugar de representação do lugar de culto: a catedral tornou-se bem cultural e essa perspectiva esvazia usos antigos e torna anacrônicas as práticas anteriores (2009, p. 28).

A habitante estabelece vínculos por meio das práticas ordinárias do dia-a-dia, o valor do bem para ela está ancorado na sua subjetividade e nas suas experiências, em especial as religiosas, naquele lugar. Ao passo que, para os visitantes, a vivência no lugar fica, quase sempre, restrita às explicações do guia turístico, em detrimento de uma possível interação direta com o bem. Ou seja, para o visitante restam apenas representações a respeito do lugar e da sua importância dentro do contexto onde está inserido. Assim, a atribuição do status de bem cultural teria como efeito o esvaziamento dos usos e práticas anteriores no momento do contato entre bem cultural e visitante.

O Ribeirão da Ilha guarda seus elementos tradicionais ao mesmo tempo em que convive com os aspectos da sociedade complexa contemporânea, entre eles, o turismo. As atividades turísticas na localidade têm oportunizado uma série de ações que culminam, entendemos, num iminente processo de objetificação, exatamente dos bens considerados patrimoniais do local. Neste processo, os espaços passam a ser também objetos de consumo, cria-se uma demanda de investimentos em infraestrutura e uma busca por atrativos nas cidades, a fim de caracterizá-los como turísticos.

Essa objetificação pode ser percebida de várias formas. Por um

lado, em relação à prática da maricultura, que não só é cultivada, mas também objeto de consumo, através de circuitos de bares e restaurantes que são apontados na mídia como o “caminho das ostras³¹”. Por outro, o que tem sido bastante relevante na pesquisa, existem indícios de apropriação do discurso local quando referido ao patrimônio cultural. Entre as estratégias, temos a mídia voltada para os turistas, que usa as representações e imagens do patrimônio local como pano de fundo de suas ações:

Logo quando se chega, percebem-se os traços definidores desta cultura ainda preservados de forma original e intensa. As casas, em sua maioria, possuem paredes rosa com janelas amarelas ou brancas. As cortinas também chamam a atenção, quase todas feitas de renda. Além disso, é comum a presença de mulheres debruçadas na janela, apreciando o movimento do lado de fora, ou proseando com alguma comadre que por ali passa. Enquanto isso, seus maridos, quase todos pescadores, puxam as redes na praia para trazer peixe fresco para casa³².

No trecho destacado acima, podemos observar que a descrição da vida cotidiana dos moradores da localidade foi exposta de maneira que pareça singular e extremamente atrativa. Evocar elementos tais como a originalidade, a arquitetura e o modo de vida nos mostra que o propósito da propaganda é destacar as características contidas nas relações interpessoais, reflexos de um modo de vida singular e que não pode deixar de ser conhecida. Isso parece induzir o público alvo da campanha publicitária a tomá-lo como um modelo ideal de estilo de vida, nos moldes de Bourdieu.

31 O “Caminho das Ostras” é um projeto que acontece a partir da parceria entre alunos do curso superior de Turismo ASSESC e uma empresa de gestão e consultoria em turismo de Florianópolis, cujo objetivo é fomentar o potencial turístico do Ribeirão da Ilha, agregando valor a sua produção de moluscos. Fonte: < <http://www.caminhodasostras.com.br/> >, Acesso em: 21/3/2011.

32 Disponível em: www.guiafloripa.com.br/turismo/praias/ribeirao.php3. Acesso em 3/11/2009.

Fotografias 25 e 26: Imagens e representações do patrimônio cultural local



Fonte: Camila Antunes e Mariela F. da Silveira /2007.

Aqui, tanto no trecho publicitário quanto nas fotos, podemos ver claramente uma apropriação das imagens e paisagens culturais, para compor o que seria o patrimônio cultural local na visão dos agentes públicos e privados. Tal apropriação acontece através de uma vinculação feita na mídia de uma paisagem supostamente característica do Ribeirão. À esquerda, temos um manequim com as vestes de um pescador, chapéu de palha e rede em punho, ele está na porta de um restaurante recebendo os clientes. À direita, temos uma colagem de quatro imagens fotográficas: são três imagens que dão detalhes da fachada do restaurante e uma imagem externa do estabelecimento. Nas imagens, vemos o *close* dos azulejos da fachada do restaurante que tem como motivo algumas cenas cotidianas da localidade, como, por exemplo, o pescador em suas atividades de maricultura e imagens que remontam à memória, como, por exemplo, a igreja matriz de Nossa Senhora da Lapa, com a vegetação ainda preservada ao fundo.

Nas duas imagens percebem-se indícios de uma possível objetificação do “jeito açoriano de ser”. Especificamente, como vimos nas fotografias e no texto publicitário, a paisagem configurada pelas suas edificações antigas pintadas com cores vivas e com mulheres conversando nas janelas. Paisagens que se associam a ícones tidos como patrimoniais são oferecidas como atrativo aos turistas em potencial. Essa paisagem patrimonial é composta por elementos singulares e característicos, mas que, da forma como são descritos soam como modos de vida cristalizados. Dessa forma, as cores das paredes, as cortinas, a pesca, a forma como as mulheres se relacionam com o espaço público compõem uma paisagem cristalizada que acaba essencializando a cultura e o cotidiano local.

Algumas questões podem ser analisadas neste momento. Até

que ponto esta cultura estaria em processo de transformação? Será que esse uso feito pela mídia não é motivo de instrumentalização dos próprios moradores locais?

3.3 Interfaces: Saberes locais e turismo cultural

Parece que o tempo parou na Freguesia do Ribeirão da Ilha. No final da tarde, a vizinhança se apinha nas janelas de suas casas tão antigas quanto o próprio bairro, observa o movimento de turistas famintos por ostras e joga conversa fora com os amigos. É um dos núcleos mais antigos de colonização açoriana em Santa Catarina e os vestígios dessa história estão na arquitetura e calma do lugar.³³

Os bens referenciados na localidade podem ser concebidos como referência e como recurso, através das diversas formas de apropriação. A referência é a dimensão do bem cultural que remete aos sentidos enraizados e compartilhados socialmente, são estes sentidos que dão significado e suporte à memória coletiva dos grupos. Já o recurso assinala o potencial funcional e simbólico do bem, suscetível às transformações que visam atender a necessidades do grupo, de maneira prática ou simbólica. Na visão de Arantes (2006), a percepção do patrimônio como recurso é “tão problemática para os órgãos de preservação quanto difundida nas diversas camadas sociais”. Para ele, talvez este seja o aspecto mais evidente do patrimônio que cada vez mais é reivindicado pelos diversos setores sociais “como recurso simbólico na construção de sentidos de lugar e no desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado” (p. 429).

Arantes (2002) assinala a transformação de grandes empreendimentos turísticos em estímulos para o consumo cultural, “globalizando lugares, paisajes, modos de vida, em fin, todo lo que pueda ser utilizado como materia prima pitoresca de un sentido global del lugar” (p. 84). Porém, ele nos lembra que o uso do patrimônio como

33 Disponível em: <
<http://wp.clicrbs.com.br/bikereporter/2015/01/27/nao-ha-coisa-mais-linda-que-o-ribeirao-da-ilha/?topo=67%2C2%2C18%2C%2C18%2C67#respond>>. Acesso em: 27/1/2015.

recurso não deve ser, obrigatoriamente, associado somente a grandes empreendimentos. Em outras palavras, para além do alto lucro e da especulação turística, podemos encontrar exemplos que visam ao fortalecimento, à promoção de renda e ao desenvolvimento local.

Também podemos pensar esses fenômenos a partir de Appadurai (2008), quando ele descreve a arte turística. O autor usa como exemplo a produção de objetos de origem cerimonial, que, quando produzidos e valorizados pela lógica do mercado, sofrem transformações de âmbito cultural, econômico e social. Ou seja, passam a ser produzidos e valorizados conforme o gosto e a demanda de possíveis consumidores. De modo geral, a arte turística daria forma a um tráfego de mercadorias ligadas a grupos particulares, mas voltadas para o outro.

Quanto à aceitação pela comunidade das atividades turísticas desenvolvidas, as opiniões se dividem, algumas pessoas veem possibilidades, outras, não. Para muitos moradores, as políticas de preservação, assim como o turismo estimulam a conservação e a memória do que é tradicional. Em contrapartida, alguns entendem que essa preservação e o conseqüente interesse dos turistas afetaria a privacidade da população local e estimularia o aumento da especulação imobiliária, ocupação das encostas, violência, privatização de espaços públicos como acesso às praias e morros, entre outros.

Mesmo em meio a divergências, consideradas naturais em localidades que estão em processo iminente de objetificação dos seus bens culturais, podemos encontrar ações que mostram o interesse da comunidade local em interagir com os visitantes, ao mesmo tempo em que trabalha a importância da preservação de suas histórias e tradições. No Ribeirão, podemos observar esse movimento em relação às práticas ligadas ao patrimônio cultural que muitas vezes são produzidas ou encenadas com fins turísticos:

Fotografia 27: Arte turística – circulação de saberes locais³⁴.



Na imagem acima, observamos uma senhora moradora do Ribeirão desde o seu nascimento. Ela está ao pé da igreja da padroeira Nossa Senhora da Lapa, fazendo um relato sobre a história da localidade para um grupo de visitantes. Sua narrativa torna-se um elemento na construção da paisagem cultural do bairro, aos olhos de seus espectadores. Neste exemplo, podemos observar como se articula na prática o uso do patrimônio como referência e como recurso. Esta moradora é a própria referência do patrimônio, que para ela se traduz no vivido, no que está na sua história e na sua memória, dando sentido às práticas e às narrativas apresentadas para o outro. Aqui a referência oscila estrategicamente com o recurso. Sua própria história de vida legitima a referência e se apresenta como recurso, dentro da teia patrimonialista do mercado, que busca o sentido do que é patrimonializado. Voltando a Arantes (2002), podemos ler a passagem desta senhora como exemplo, de um modo de vida que se torna matéria-prima, na configuração do sentido do Ribeirão da Ilha como um lugar dentro do mundo globalizado.

Pratz (2005), também concebe o patrimônio como uma

34 A imagem foi capturada do site do Projeto Trilhas do Ribeirão, em 7/4/2011, por meio do recurso *Print Screen*. Disponível em: < <http://www.trilhasdoribeirao.ufsc.br/>>. Acesso em: 21/3/2011.

construção social onde as pessoas se reconhecem e partilham memórias, sentidos e vivências. Este partilhar coletivo, que ele chama de “puesta em valor”, vai ao encontro da análise de Arantes, que destaca a globalização dos aspectos singulares de vida, para a produção e propagação, de um “sentido global de lugar” e de produtos com “valor cultural agregado”. Já Pratz destaca que o desenvolvimento do consumo e do turismo, atribui novas dimensões ao património cultural que passa a ser avaliado em termos de consumo. Esta avaliação acontece através não só dos visitantes, mas pela mídia voltada a eles. Um dos efeitos deste processo é a crescente espetacularização patrimonial, que quando extrema, pode levar a redução da polissemia, e até a perda do sentido socialmente atribuído ao bem.

Pratz parte da visão de património enquanto construção social para definir e distinguir os conceitos de “património local” e “património localizado”. Esta diferenciação é importante, sobretudo em contextos turísticos. O primeiro é constituído pelos lugares, objetos e manifestações locais que representam externamente a cultura. Já o segundo se observa quando o património desperta interesses para além de sua localização, sendo capaz de atrair para si um grande número de visitantes. De forma que, o património localizado compõe parte do património local, embora o contrário não aconteça. Ainda assim a demanda de interesse externo acaba contribuindo para uma revalorização interna, porém, a significação local não precisa, obrigatoriamente, corresponder aos valores e interpretações assumidas pelos visitantes. Entretanto, o autor aponta para o paradoxo do património local, que pode não despertar interesse fora dali. Ou seja, nem sempre os bens têm sua significação local mantida para além dos muros, justamente porque as bases do património local estão fixadas na memória da localidade.

O autor esclarece que faz uso do termo localidade para se referir aos limites administrativos ou territoriais onde habitam pessoas ligadas entre si, por um “mundo conocido y de conocidos”. Neste contexto, parte dos objetos, lugares e manifestações, sejam passíveis de patrimonialização ou não, mantêm presença intensa na vida e nas relações pessoais dos indivíduos. Ou seja, é na memória que as referências e os discursos identitários se fixam. A memória, tanto compartilhada quando individual, é uma construção social:

La memoria es cambiante, selectiva, diversa, incluso contradictoria y relativa (...) la memoria constituye el discurso, o mejor dicho, el conjunto

de discursos, cambiantes, de la comunidad sobre la comunidad (...) un recurso permanente al pasado para interpretar el presente y construir el futuro, de acuerdo con ideas, valores e intereses, compartidos en mayor o menor grado. Nos hallamos en el corazón mismo de la reproducción social (2005, p. 26).

Considerando estas facetas da memória, os processos de patrimonialização locais apresentam-se potencialmente complexos e reflexivos quando se trata de efetivar os discursos locais a respeito do patrimônio. Para Pratz, o patrimônio local não deve ser reduzido a um conjunto de referências predeterminadas e abstratas, e sim, como uma instância da memória permeada por sua complexidade e reflexividade que se preocupa com o presente, reflete a respeito do passado, para esboçar as ações futuras.

Na ótica de Geertz (2001) e Sahlins (1997), o processo de globalização não é visto como prejudicial às comunidades tradicionais, ao contrário, é altamente estimulante à criatividade e possibilita o acesso a uma gama de informações e tecnologias, que se tornam recursos primordiais para a resistência e o fortalecimento delas diante do processo de aculturação. Geertz (2001) acredita na força das culturas tradicionais e entende o fenômeno da globalização como um estímulo para que elas se tornem ainda mais fortes. Ele assinala que, mesmo em tempos de informações e comunicações mundialmente conectadas, há um movimento simultâneo que busca o aumento das “autoexpressões culturais”, que se reafirmam e fortalecem diante da possibilidade de uma hegemonia cultural. Nesse sentido, as atividades turísticas se apresentam como uma alternativa decorrente do fluxo de informações global e, ao mesmo tempo, um recurso a favor de localidades como a do Ribeirão da Ilha.

Sahlins (1997) defende que a cultura não está em “vias de extinção”, em razão dos processos de globalização e sua repercussão em escalas locais. Ao contrário do que ele denomina de “pessimismo sentimental”, o autor entende que o contato entre concepções de mundo distintas transforma e intensifica as expressões culturais locais, que tendem a se ajustar aos novos parâmetros mundiais fazendo uso de suas próprias estruturas. Ou seja, as influências externas não desencadeariam um processo de desaparecimento destas culturas, ao contrário, agem como um fator de transformação, intensificação e reestruturação das dinâmicas culturais.

Hall (2004) se dedica ao impacto do processo de globalização nas identidades culturais, que embora sejam naturalizadas ao longo de nossa existência, são na verdade fruto de processos inconscientes interiorizados no sistema de representação cultural. Partindo desta premissa, o autor apresenta possibilidades às culturas locais em tempos de globalização. Para ele, a inclinação à homogeneização global abre caminho ao interesse pela diferença: “Há, juntamente com o impacto do ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’” (p. 77). Ou seja, a alteridade cultural local acaba se destacando como um produto diferencial em contextos de homogeneização, ao mesmo tempo em que estimula o reforço e a valorização das identidades locais.

O que pode ficar como questão a ser pensada é justamente a maneira como se opera essa articulação entre o discurso local do patrimônio e o uso das paisagens patrimoniais pelas instâncias governamentais e privadas, além de sua repercussão entre os moradores da localidade.

Conforme já destacamos, esse uso das paisagens patrimoniais pressupõe uma cultura essencializada. Como se as mulheres debruçadas na janela fossem de cera, como se as práticas sociais fossem algo que se cristaliza com o tempo. O que observamos a partir desta pesquisa é justamente o contrário. O Ribeirão da Ilha é uma localidade onde seus bens patrimoniais estão continuamente em movimento. Essa continuidade se expressa, dentre outras formas, através da intensa participação de seus moradores nos festejos locais e pela força representativa da Banda da Lapa exercida por meio de seus músicos.

Outra atividade que ganhou impulso na localidade, na última década, foi a produção e venda de artesanato nas lojas do gênero espalhadas pelo bairro. Durante o trabalho de campo, tive a oportunidade de conversar com uma artesã que usa como matéria-prima principal conchas, cascas, escamas e outros materiais orgânicos provenientes da prática da maricultura, para a construção dos suvenires que põe a venda em sua loja de artesanato. Ela e o marido trabalham com a maricultura há cerca de quinze anos e a oportunidade surgiu como uma forma de expandir a renda. Embora se considere artesã, ela esclarece que não trabalha só com artesanato, sendo uma de suas tarefas laborais o preparo de pratos congelados à base de frutos-do-mar para a comercialização, tais como: ostra para gratinar, bolinho de siri, casquinha de siri etc. Os cursos, tanto de artesanato quanto de manipulação de alimentos, foram oferecidos pelo SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de Santa Catarina à mulheres envolvidas com a maricultura.

Atualmente, ela vem dedicando a maior parte do seu tempo à confecção das peças com base de conchas de ostras e outros moluscos marinhos. Suas peças são comercializadas na loja anexa a sua residência e à fazenda marinha da família. Além disso, expõe suas peças em estantes de feiras de artesanatos pela cidade, inclusive, sempre que pode, participa como expositora da Fenaostra. Ela assinala que um dos diferenciais de suas peças é a variedade de forma que cria e da matéria-prima que utiliza:

Eu viajo pra comprar minhas conchas e conheci uma senhora lá de Itajaí, e a família toda vive do artesanato, a família toda, então como pra ela é muito difícil a concha da ostra, o que eu faço, eu faço intercâmbio, eu tenho ali um pouco ensacado que essa semana eu vou lá, aí ela tá precisando de material, aí então eu entro com a concha da ostra, e o valor daquele total eu trago tudo em conchas diferenciadas.

E daqui da maricultura de vocês, a senhora usa mais casca da ostra mesmo?

Da ostra, do marisco, do berbigão, da craca. Mas tem conchas que eu sou obrigada a comprar, porque assim ó, se quer fazer material de trabalho diferenciado, tens que correr atrás e comprar coisa diferente (...) olha esses aqui, esses aqui são tudo que eu compro, são todos importados, ó esse aqui ó, que coisa mais linda, isso vem das Filipinas (...) ah e o pessoal que me conhece aqui eles sempre trazem casca de ostra nativa pra mim, eu acho que é uma maneira assim, de carinho assim sabe, acho muito bacana isso (artesã, 2013).

A partir desta passagem, é possível dar movimento a estas pessoas, que, ao serem descritas debruçadas à janela, acabam limitadas a uma impressão de bucolidade e aversão a mudanças. Aqui o que vemos é justamente o inverso, nos deparamos com uma verdadeira rede de sociabilidade, que dá movimento e sentido às atividades e à vida cotidiana da localidade. Além disso, podemos pensar a respeito da noção de autenticidade, tão aclamada nos discursos acerca do patrimônio cultural e usada como mecanismo para atrair turistas e visitantes que quase sempre levam na mala produtos e artesanatos típicos da localidade. O que devemos questionar não é a origem da matéria-prima

utilizada. Ao contrário, uma boa saída é refletir a respeito da ingenuidade acerca da pretensa autenticidade de produtos culturais, especialmente em tempos de globalização e/ou mundialização, onde não há mais fronteiras e limites culturais rígidos.

Nessa perspectiva, convidamos a todos para um exercício de reflexão a respeito de uma possível apropriação da paisagem patrimonial e dos bens de referência do Ribeirão da Ilha. Será que a divergência de opiniões entre os moradores tem algo a nos dizer? A abertura das “casas tipicamente açorianas” contribui, ou não, para o fomento e a conservação do patrimônio e da memória local? Importante considerar que, como vimos, as práticas e os bens patrimoniais da localidade não dependem somente de iniciativas públicas ou privadas para acontecer. Estas práticas, festas, entre outros, fazem parte da vida cotidiana da localidade que se articula e se organiza em torno delas.

3.4 O Zé Pereira é nosso, o Zé Pereira é ribeironense

Sahlins, ao discorrer a respeito das transformações e continuidades culturais, aponta para o que ele chama de “curiosa inversão de papéis”, onde “as gerações mais jovens são com frequência defensoras da ‘tradição’ e promotoras de seu renascimento” (1997, p. 129). No Ribeirão da Ilha, é possível observar um movimento semelhante ao descrito pelo autor, já que algumas manifestações culturais consideradas tradicionais acabaram ganhando novo fôlego, a partir do envolvimento dos moradores mais jovens da localidade. O exemplo mais emblemático é o da Folia do Zé Pereira, um festejo pré-carnavalesco que acontece há mais de uma década, na Freguesia do Ribeirão da Ilha.

Entre 1895 e 1930, o carnaval no Ribeirão da Ilha era festejado regularmente e obedecia a uma programação considerada tradicional: Zé Pereira, banho à fantasia ou joga n’água, entrudo 35, desfile de carros de alegoria e mutação, apresentação de blocos e bailes em clubes. Dessa programação carnavalesca ainda hoje festeja-se o Zé Pereira e realizam-

35 Segundo Lima, dava-se o nome de entrudo aos jogos realizados nos três dias que antecediam a quaresma, acredita-se que ele chegou ao Brasil com os costumes portugueses. Sua origem etimológica vem do latim *introitus* que significa introdução (LIMA, 1997, p. 30.).

se os bailes em clubes como o Canto do Rio. Segundo relatos de moradores do bairro, o Zé Pereira “é uma festa de tradição”. Inicialmente, era o prenúncio do carnaval, acontecia todos os anos e mobilizava grande parte da comunidade, que se organizava em blocos à fantasia para esperar o cortejo passar para seguir a folia.

A festa do Zé Pereira, entre as décadas de 1980 e 2000, chegou a fazer parte da programação da festa do Camarão³⁶. Animadas por integrantes da banda Nossa Senhora da Lapa – que em tempos de carnaval, juntam-se para formar a banda do Zé Pereira –, as pessoas vão pela rua cantando e dançando atrás do cortejo carnavalesco. Pode-se dizer que o Zé Pereira era também um momento de preparação da banda para o carnaval, como um ensaio, pois ela geralmente saía para tocar em clubes de bairros próximos, como Saco dos Limões e Costeira Pirajubaé.

A festa acontecia todos os finais de semana, durante os dois meses anteriores ao carnaval. Nas casas, os moradores colocavam em suas janelas, lampiões ou lanternas confeccionadas com velas e papéis celofanes coloridos, depois as pessoas iam pelas ruas usando as lanternas de celofane para continuar iluminando a folia, pois a banda precisava enxergar as partituras. Através dos depoimentos colhidos vê-se que a antiga forma de festejar está viva na memória dos moradores da Freguesia:

Começava “a boca da noite” e ia até umas 10,11 horas (...). Tinha espaço né, não tinha esse trânsito de hoje, nem carro nem nada, era só a gente. (...). Sempre foi uma tradição agora até quando isso vai aguentar não sei, que cada vez vai mudando né, já tão querendo fazer parado lá porque não dá, será que vai dá de fazer parado?, e assim cada ano que passa a gente não sabe como é que vai ser. Mas é uma tradição do Ribeirão, sempre foi (morador do Ribeirão, 2010).

36 Na década de 1980, foi implantada no Ribeirão da Ilha a Festa do Camarão, em virtude da grande oferta do pescado na baía da região, que, segundo relatos, “era de boa qualidade, melhor até que Laguna”. Entretanto, como as pessoas pescavam muito camarão sem respeitar o período do defeso, e os organizadores estavam tendo que comprar o camarão de Laguna, o que encarecia os gastos para a organização da festa, ela acabou extinguindo-se no início do século XXI (a última edição foi no ano de 2003).

A festa ainda existe, acontece sempre no último domingo antes do início do carnaval. Porém, o aumento de sua proporção refletiu diretamente na sua dinâmica. Atualmente, a organização do festejo é coordenada pelos membros da Sociedade Musical e Recreativa Lapa, formada principalmente por jovens e adultos da localidade. O Zé Pereira, de certa forma, continua sendo a preparação para o carnaval dos músicos da banda. Ele inaugura o carnaval e, devido às grandes proporções que adquiriu, tem que ser pensado com antecedência, os ensaios musicais para o festejo se iniciam no mês de janeiro. Além disso, outras providências têm que ser tomadas para que a Festa do Zé Pereira aconteça, patrocínio, aluguel do trio elétrico, divulgação e segurança da festa.

Outro item que ajuda na visibilidade da festa é o convite feito pelos organizadores do Zé Pereira a blocos de carnaval de outras partes da cidade e para o rei e as princesas do carnaval de Florianópolis prestigiarem a festa. Segundo relatado em entrevista, com essas medidas o Zé Pereira ganha mais projeção e não passa a ideia de ser “um evento que está isolado no sul da ilha de Florianópolis”. Entretanto, percebe-se a preocupação em manter as feições consideradas tradicionais do evento, que é lembrado como “uma tradição importante pro Ribeirão”. Em outras palavras, poderíamos dizer que a forma tradicional de festejar se globaliza e dinamiza, sem deixar de ser uma marca local atribuída à tradição e a continuidade da “comunidade ribeironense”.

Estes integrantes contemporâneos têm como motivação o resgate e a preservação do que consideram uma manifestação cultural tradicionalmente ribeironense. Além disso, alguns membros da instituição vêm se dedicando ao resgate da história e da memória musical do bairro, muitos desses jovens ingressaram na universidade e fizeram de sua localidade objeto de pesquisa. Atualmente o grupo mantém em funcionamento na internet um sítio intitulado “Centro de Memória Musical Lapa” dedicado a contar a trajetória da música no Ribeirão da Ilha³⁷.

Segundo informações obtidas no próprio sítio, a iniciativa faz parte do projeto “memórias em movimento” e reúne acervo a respeito da história da banda, partituras musicais, textos, fotografias e vídeos, que agora estão acessíveis ao público interessado. Mais do que o resgate da história da música, a organização do referido memorial reúne e apresenta aspectos da sociabilidade e das manifestações culturais do

37 Mais informações em: <http://camaraclara.org.br/memoriamusical/>. Acesso em: 13/1/2015.

bairro. A expressiva música da Banda da Lapa, sagrada ou profana, marca a vida e as práticas culturais da localidade, sua participação ativa nos principais festejos da localidade, Festa da Padroeira Nossa Senhora da Lapa, Festa do Divino e Folia do Zé Pereira, intensifica e marca a ligação do grupo musical com a história e a memória dos moradores da localidade. Neste contexto, o trabalho de preservação, resgate e manutenção não só do Zé Pereira, mas das demais atividades da banda, pode ser tomado como exemplo de como as populações locais se apropriam e se beneficiam de tecnologias, informações e inovações advindas do fluxo global de informação, ao mesmo tempo em que se apropriam do passado e do que consideram culturalmente relevante a ser preservado.

3.5 Local ou global? O Ribeirão da Ilha como o berço da ostra catarinense

O cultivo de bivalves marinhos, nas águas gélidas do Ribeirão, inaugurou uma nova era para a localidade. Antes, agrícola e pesqueira, hoje um dos maiores produtores de ostra do Brasil, é uma referência para o estado de Santa Catarina. A consolidação desta produção, cerca de uma tonelada e meia por ano, conferiu ao bairro o título de “berço da ostra catarinense”. A nova atividade impulsionou o já mencionado “caminho das ostras” e por meio de lei municipal, instituiu-se na região a Rota das Ostras³⁸. Além disso, este circuito de bares e restaurantes que comercializam a produção das fazendas marinhas vem organizando ações estratégicas como a implementação de uma via gastronômica para a localidade. A partir do exemplo do bairro de Coqueiros, uma parceria entre ACIF, SEBRAE/SC e Abrasel-SC³⁹, que almeja a criação de quatro vias gastronômicas para a cidade de Florianópolis, e entre elas, a Via do Ribeirão da Ilha.

Mais recentemente, houve a preocupação de buscar o Selo de Indicação Geográfica para a oficialização da qualidade dos moluscos

38 “Fica consagrada no município de Florianópolis como Rota das Ostras toda a extensão da rodovia Baldicero Filomeno, a partir do trevo do Erasmo, no distrito do Ribeirão da Ilha” (Lei municipal nº 7.510, de 31 de dezembro de 2007).

39 Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/52653-programa-pretende-impulsionar-das-vias-gastronomicas.html>. Acesso em: 10/6/2014.

produzidos na região da Grande Florianópolis. E para isso, EPAGRI e SENAC-SC firmaram uma parceria que promove a avaliação de amostras da produção por chefes de cozinha e nutricionistas. O objetivo é fazer um levantamento dos produtores e observar o comportamento da ostra, ao longo de um ano: “uma boa ostra tem um cheiro que remete a água do mar, ela não se desmancha e a cor é uniforme, a concha abre sem esforço e não quebra”. Após o período de avaliação, um relatório será encaminhando ao INPI-Instituto Nacional de Propriedade Industrial, responsável pela concessão do registro e emissão do certificado:

O registro de Indicação Geográfica (IG) é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer⁴⁰.

Com a concessão do registro, os pescadores e maricultores deverão elaborar um manual que oriente o manejo e o cultivo nas fazendas marinhas, para que o padrão de qualidade seja mantido. Segundo comentário, em entrevista televisiva, do engenheiro-agrônomo da EPAGRI: “Queremos que quem consuma esta ostra em todo o Brasil tenha a certeza que esta ostra é de Florianópolis”.

Todas estas ações relatadas acima foram voltadas à candidatura da cidade de Florianópolis ao título de “Cidade UNESCO da Gastronomia”. A referida titulação insere a cidade na rede mundial de cidades criativas UNESCO. Este esforço tem como um dos objetivos o aumento da visibilidade internacional de Florianópolis e de seus atrativos gastronômicos. E entre os pratos típicos apresentados ao Dossiê de Candidatura, os frutos-do-mar e a produção de ostra ganham destaque.

Segundo informações do maricultor entrevistado, o Ribeirão é o maior produtor de ostra do Brasil, sendo responsável por cerca de 70% da produção do nosso estado. Além disso, ele relata o envolvimento dos moradores da localidade com a prática da maricultura. Para ele, a ostra

40 Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica>. Acesso em: 20/12/2014.

não envolve só quem trabalha diretamente com o cultivo. Muitas famílias trabalham em casa, montando e costurando as lanternas utilizadas pelos maricultores.

Hoje, o Ribeirão tá um movimento fora de série. Antes não tinha um restaurante, o pessoal que viesse pra cá passar o final de semana, ou um dia, e quisesse almoçar, não tinha, tinha que ir embora. Hoje não, estamos cheios de restaurantes, restaurante bom, então, claro, como a ostra trouxe muita riqueza pra cá, e turista, gerou emprego, né?, muito emprego novo pro pessoal aí, pessoal que não estudou, até donas de casa, as filhas, filhos, tão tudo trabalhando, de cozinheira, de garçom, montando esses cestos, costurando, então trouxe muita coisa boa pra nós (maricultor, 2013).

Além disso, sua fala atribui grande parte do desenvolvimento econômico da região ao cultivo da ostra. Que gera empregos diretos e indiretos em todo o bairro. Para ele, o fluxo de turistas e visitantes, que buscam a localidade para consumir, já mudou a cara do bairro. Ele relata que cerca de quinze anos atrás, o Ribeirão era mais “parado”, “era um, dois carros, e os ônibus, sem movimento nenhum, hoje não.” A respeito do escoamento da produção, ele explica que, além do consumo nos restaurantes, os moluscos são exportados para diversas cidades brasileiras, através de vários meios de transporte. Entre eles, um voo cargueiro semanal destinado à redistribuição na cidade de São Paulo, além de caminhões frigoríficos que abastecem peixarias e restaurantes da Grande Florianópolis. Segundo ele, “quase todo mundo tá recebendo a ostra do Ribeirão”.

Durante sua fala, ele relembra as vivências da infância e o processo de escassez da pesca. As famílias de antigamente eram numerosas, ele tinha nove irmãos, e era difícil sustentar os filhos só com a pesca. Além disso, os barcos pesqueiros começaram a capturar os peixes em alto mar e o peixe encontrado na baía do Ribeirão cada vez diminuía mais. Alguns procuravam empregos fora do bairro, principalmente no centro de Florianópolis. Ou tentavam entrar para o serviço público. Outros, como é o caso de sua família, buscavam formas alternativas de alimentação:

Essa ostra nativa, do sul do Ribeirão né, como em todo o litoral da ilha, a ostra nativa, aquela que dá agarrada na pedra... Eu lembro quando era piá, dava aquelas maré baixa, e aparecia as pedras com ostra nativa, eu corria pra chácara, pegava aquelas palhas secas de bananeiras e botava fogo, botava embaixo das toca da pedra, botava fogo, e saía fora, parava o fogo, e a gente voltava lá pra comer as ostra assada agarrada na pedra (maricultor, 2013).

Esta prática foi deixada de lado, anos depois, já que causava dano a outras espécies que partilham do mesmo habitat, como é o caso dos caranguejos. Segundo ele, “acabava com tudo em volta”, mas serviu para alimentar muitas famílias da região. Sua exposição termina explicando a parceria com o Laboratório de Moluscos Marinhos do Departamento de Engenharia de Aquicultura da UFSC, que garantiu uma nova fonte de renda para muitos pescadores artesanais da localidade.

Enquanto ouvia a narrativa do maricultor, me lembrava de algumas passagens e observações feitas em campo. Então, três cenas vinham à minha cabeça: A primeira era a apresentadora do 1º Festival da Ostra do Ribeirão da Ilha, se referindo ao bairro como, “o berço da ostra catarinense”. A segunda cena vem da mesma ocasião, quando serviam ostras in natura, quase sempre, acompanhadas de espumantes acondicionados em baldes de gelo e servidos em taças de plástico. E a última cena vem da fala de uma de minhas interlocutoras, que, ao relatar as atividades de subsistência desenvolvidas em sua juventude, comenta que a extração de ostra era realizada diretamente das pedras, não só para consumo próprio, mas também para manter uma pequena rede de trocas e comércio de vizinhança:

Eu passei muita necessidade, raspei mandioca pra poder ganhar farinha, eu tirei muita ostra nas pedras, e às vezes eu não tinha nem tirado a ostra, vinha alguém passando no caminho e já me encomendava: “Se tu tirar demais, tu cozinha, descasca e me vende um prato?” (moradora, 2013).

Poderíamos dizer que a grande oferta de ostra nativa na baía do Ribeirão, hoje substituída pela espécie exótica, justificaria o título de

berço da ostra catarinense? E, finalmente, como estas características estão sendo usadas na construção da imagem do Ribeirão da Ilha, especialmente pelas agências de apoio e fomento às atividades turísticas e pelos restaurantes locais? Atualmente, a produção de ostra da região é comercializada e publicizada como sinônimo da “cultura açoriana”. Entretanto, no momento do consumo, as práticas culturais presentes na memória das pessoas são apagadas e descoladas da biografia do objeto que passa a representar uma cultura objetificada.

Ao longo da pesquisa, recolhi materiais publicitários, a maioria deles guias turísticos da região da Grande Florianópolis, com o objetivo de analisar como a localidade do Ribeirão da Ilha é apresentada nas publicações desta natureza. Percebi que as descrições exaltavam elementos como a ligação do bairro com a colonização açoriana e a produção e consumo de ostras. As referidas publicações são de órgãos públicos e privados, de âmbito municipal, estadual e nacional, tais como:

SETUR – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A, ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens de Santa Catarina e ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes.

Todos os materiais analisados convidavam o visitante a conhecer o Ribeirão que “foi a primeira região habitada da Ilha e parece que congelou no tempo”, e que além disso, “preserva a arquitetura e as tradições características da Ilha dos Açores, como as canoas e baleeiras de cores vivas”, outro anúncio destaca as “casas geminadas, de cores vivas, dispostas graciosamente entre morros verdejantes e de frente para o mar, onde compõem o cenário da encantadora Freguesia do Ribeirão da Ilha, na região Sul, um dos mais antigos núcleos de colonização açoriana”. Outro ponto comum apresentado como atrativo da região é a rota de restaurantes “dos mais simples aos mais sofisticados, especializados em ostras e frutos-do-mar.”, e destacam, “o grande anfitrião são as ostras, produzidas ali mesmo, em fazendas marinhas dos próprios restaurantes” e “frutos-do-mar com raízes açorianas e um toque internacional”.

A narrativa, comum aos enunciados, inicia destacando os aspectos culturais, arquitetônicos e naturais do bairro e finaliza convidando todos a conhecerem as características locais e globais, que se personificam na produção de ostras e no circuito de bares e restaurantes. Neste contexto, consumir ostras e os outros frutos-do-mar, de suposta origem açoriana, é apresentado como solução para quem deseja conhecer a autêntica cultura local.

Outro momento que marca o encontro entre a população local e os visitantes é a supracitada folia do Zé Pereira, uma celebração pré-carnavalesca centenária, que atualmente acontece sempre no domingo que antecede ao carnaval. A organização do festejo fica por conta da Banda de Nossa Senhora da Lapa, que anima os participantes sob o codinome de Banda do Zé Pereira. Em função do crescente número de foliões, os organizadores vêm tendo o apoio dos órgãos de segurança municipal e estadual, a fim de manter a ordem do evento. Nos últimos anos, a associação de moradores vem se mobilizando para organizar o comércio ambulante de bebidas e alimentação que surgiu em razão da iminente demanda. Segundo relato de moradores, nas edições anteriores a maioria dos vendedores eram pessoas de bairros próximos, que aproveitavam a ocasião para complementar a renda. Esta mobilização para converter a festa em renda para a comunidade aponta uma mudança da visão da população local em relação ao festejo, um bem de referência que se transforma em atrativo turístico da localidade.

Desde a perspectiva antropológica, o consumo é visto como um fenômeno cultural importante para a compreensão da vida na contemporaneidade. Miller (2007) propõe pensarmos no que ele chama de “cultura material” que, segundo o autor, vem em oposição à maioria das abordagens que apresentavam uma postura “anticultura material”, uma vez que viam a materialidade como ameaçadora aos valores espirituais e morais da sociedade. Para Miller, os estudos de cultura material operam por meio da “especificidade dos objetos materiais para, em última instância, criar uma compreensão mais profunda da especificidade de uma humanidade inseparável de sua materialidade” (p. 47). Assim, sua preocupação está em entender a relação entre pessoas e coisas por meio da cultura material, que, ao contrário do que se possa supor, não promove o materialismo, mas dá ênfase no consumo como um meio para entender a sociedade contemporânea.

Nesse sentido, podemos observar a clara influência de Douglas e Isherwood (2006), que entendiam o consumo de bens como fenômeno central para analisar os sistemas simbólicos e as relações sociais. Para eles, consumir bens é visto como parte de um sistema de comunicação e uma ação capaz de dar visibilidade e sentido para as categorias da cultura. Dessa forma, as relações de consumo são vistas também como relações sociais, que, por meio das escolhas, tem como missão a seleção, classificação e significação do mundo. Segundo os autores, os bens de consumo comunicam, apresentando de forma concreta as categorias culturais e as escolhas de um determinado grupo, reafirmando as categorias sociais.

Endossando o discurso, Canclini (1995) acredita que a globalização é um processo de reordenamento de diferenças e igualdades e não simplesmente um processo de homogeneização. Para ele, o que acontece é que o consumo converte as diferenças em desigualdades. Ele vê o consumo como um conjunto de “processos socioculturais em que se apropriam e fazem uso dos produtos” (p. 53). Porém, sem deixar seu viés crítico, Canclini acredita que as pessoas em sociedade acabam compartilhando os sentidos atribuídos aos seus bens, indiferentemente da posição que ocupam na sociedade, ou em suas palavras, “no consumo se constrói parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade” (p. 56). Dessa forma, o autor sugere que as pessoas compartilham códigos que as unificam, como comunidades internacionais de consumidores.

O cultivo e consumo de ostras no Ribeirão da Ilha, considerado o berço da ostra catarinense, e a busca por parâmetros técnicos que regulem e comprovem a autenticidade e a procedência do molusco, são interessantes para pensarmos nas formas de objetificação e apropriação cultural do bairro, que ao mesmo tempo em que se insere no mercado globalizado, acaba impondo parâmetros locais em sua produção. Neste sentido, Pérez (2000) destaca o patrimônio cultural como um dos dispositivos acionados para a construção de identidades diante de processos de globalização. Ou nas palavras do autor “uma afirmação do local que se reposiciona num contexto global, através de um discurso sobre o local” (p. 171). Assim, os patrimônios culturais são passíveis de diferentes interpretações. Podendo ser vistos como instrumentos da globalização, a exemplo de listas de organismos internacionais como a UNESCO e a titulação de Florianópolis como “Cidade UNESCO da Gastronomia”. Por outro lado, o patrimônio cultural, pode ser encarado como uma reação frente ao processo homogeneizador de culturas, justamente por agir em prol de identidades locais que buscam seu lugar ao sol no mundo globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa de que as noções de identidade, paisagem e patrimônio cultural são socialmente construídas e reproduzidas, dentro de contextos e configurações socioculturais específicos, buscou-se, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, mostrar as nuances recorrentes do processo de construção, valorização e ressignificação da cultura e da identidade açoriana na cidade de Florianópolis e, de modo especial, os desdobramentos desta postura na localidade do Ribeirão da Ilha que detém uma rica gama de patrimônio cultural, a exemplo do seu conjunto arquitetônico instalado na freguesia e de suas festividades, quase todas ligadas à presença do catolicismo na região, com exceção da Folia do Zé Pereira. Além disso, há os detentores de saberes, fazeres e histórias, como a confecção de canoas baleeiras, redes de pesca, renda de bilro e a prática de benzeduras.

O presente trabalho procurou mostrar o desencadeamento deste processo de valorização da identidade açoriana na cidade, suas motivações e repercussões nas imagens e paisagens do Ribeirão da Ilha, que passa a carregar a marca de “comunidade tipicamente açoriana”. Durante o trabalho de campo foram identificadas algumas estratégias identitárias usadas por moradores e comerciantes locais, que estão permanentemente fabricando e reforçando a identidade e as raízes culturais em comum. Entretanto, a região abrigou, ao longo de sua história, outros grupos étnicos que nem sempre são lembrados por suas contribuições à formação cultural, econômica e social da localidade. Esses processos de apagamento e ao mesmo tempo de construção de memórias e raízes reforçam a marca açoriana do lugar.

Além disso, em razão da sua constituição histórica, arquitetônica e de costumes, o Ribeirão da Ilha transformou-se em um sítio patrimonial reconhecido pelas instâncias da área. E por conta deste título, tem lugar na agenda de políticas culturais, tanto públicas quanto privadas, com foco na divulgação do potencial turístico, atrelado ao patrimônio cultural da localidade. Outro fator que tem impulsionado as atividades turísticas na região é a maricultura, implementada como alternativa ante a iminente extinção da pesca artesanal, as fazendas marinhas chegam ao bairro na década de 1990, com a promessa de suprir a demanda de emprego e renda das famílias afetadas com a escassez da pesca. Aos poucos, o cultivo de ostras e mexilhões e a proliferação de restaurantes especializados, deram novas feições à

localidade, que atualmente é referenciada como “o berço da ostra catarinense”. Assim, a ostra vinculada à imagem e à história da localidade, torna-se sinônimo de cultura e identidade açoriana e é celebrada em uma festividade anual na cidade de Florianópolis.

Neste contexto, a pesquisa teve foco nos diversos *agentes* envolvidos com as atividades turísticas e culturais da localidade, a fim de entender as relações e *estratégias* que constituem o *campo* do patrimônio cultural da região. Além disso, a vivência na localidade nos revelou inúmeras facetas da vida e do cotidiano do bairro, tais como: a participação dos moradores nos festejos da localidade, a sobreposição de temporalidades por meio da coexistência de aspectos rurais e urbanos e principalmente, em uma memória afetiva fortemente marcada entre os que moram há mais tempo na localidade. Por outro lado, os modos de vida e as singularidades da região, a exemplo da arquitetura e das práticas tradicionais ainda preservadas, muitas vezes são instrumentalizados para fins turísticos, onde as imagens, paisagens e modos de vida viram *slogans* de campanhas publicitárias diversas, desde guias turísticos institucionais até propaganda para restaurantes locais.

Dentro deste *campo* de tensões e disputas, há opiniões, posicionamentos e *estratégias* distintas ante este iminente processo de patrimonialização da localidade. De um lado, existem ações voltadas ao público que deseja conhecer a localidade, são moradores que se organizam e se articulam para a realização de atividades diversas, que vão desde a confecção e venda de artesanato até aqueles que se dedicam a recepcionar os visitantes, partilhando sua visão da história e dos costumes locais. Além disso, há aqueles dedicados ao trabalho nos bares, restaurantes e lojas ao longo do bairro, que se tornaram opção de emprego e renda. Por outro lado, aqueles que não se envolveram nas atividades oportunizadas pelo turismo, por vezes, sentem que sua tranquilidade foi abalada e relatam a saudade de um Ribeirão da Ilha mais sossegado, com menos movimento. Ainda assim, muitos veem as atividades decorrentes do turismo como uma oportunidade para a divulgação e preservação da memória e do patrimônio cultural local.

Um dos pontos relevantes do presente trabalho foi a identificação de um discurso que insere e naturaliza o cultivo de maricultura na região. Esta inserção, de certa forma, está ligada à construção social da açorianidade do bairro, voltada aos visitantes e turistas que esperam o contato com a autêntica cultura açoriana. Porém, esta marca açoriana acaba essencializando, ao mesmo tempo em que exclui traços importantes da história do lugar. Entre estes traços temos a já citada presença negra e indígena na região e, além disso, há os lugares

de memória que não são privilegiados nem nos guias e encartes turísticos nem nos inventários, justamente por se tratar de lugares não edificadas, mas consolidados na memória afetiva da “comunidade ribeironense”.

Entre estes lugares de memória afetiva, encontram-se as cachoeiras e fontes d’água que eram numerosas na região. Ir às cachoeiras era uma prática cotidiana comum. As pessoas, em sua maioria mulheres, se deslocavam até estes espaços para lavar roupa e coletar água potável. Estas passagens e lembranças estão fortemente presentes nas narrativas a respeito da vida na região e constituem a memória afetiva de muitos moradores. Além das cachoeiras, a vivência nos festejos e espaços religiosos também constitui a memória e a paisagem não oficializada do bairro.

Um dos destaques é a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, a poucos metros da Freguesia do Ribeirão. Os moradores mais antigos mantêm uma relação intensa com a “grutinha”, que é procurada por aqueles que desejam fazer orações, ou agradecer as graças alcançadas. O espaço, apesar de ser predominantemente católico, também tem frequentadores de outras confissões religiosas, especialmente dos cultos de matriz africana, que recentemente conseguiram a concessão de um espaço público a poucos metros dali, dedicado a Iemanjá. Estas nuances em relação à ocupação e ao uso de espaços públicos e religiosos assinala um delicado território de disputas simbólicas. Deste modo, podemos refletir, por que há destaque para certas características em detrimento de outras? Que história os guias turísticos e os inventários estão interessados em contar? Como eleger o que é realmente relevante? Afinal, de quem/pra quem é o Ribeirão?

As festividades do bairro também perpassam estas questões. Nas análises feitas depois do campo, algumas distinções entre os eventos voltados aos locais e aos turistas e visitantes ficam evidentes. Os eventos e festividades religiosas, tais como a Encenação da Paixão de Cristo e a Festa do Divino, embora atraíam público de outras localidades da cidade e promovam a venda de alimentos e outros produtos, não parecem ser voltadas exclusivamente ao consumo, nem tampouco parecem preocupadas em anunciar as imagens e características da localidade como atrativas. É muito provavelmente esse o motivo de não encontrarmos pratos considerados típicos venda, especialmente aqueles à base de frutos-do-mar. Já nos eventos organizados fora desta esfera, sobretudo o evento de música Floripa Instrumental, embora tenham o apoio de instituições locais, como a Banda da Lapa e de lideranças comunitárias, se mostram mais

preocupados em oferecer um cenário convidativo à contemplação e ao encontro com o autêntico “manezinho da Ilha”.

Entretanto, em meio a estas apropriações e essencializações das imagens, paisagens e do modo de vida do morador da região, encontramos ações que visam à preservação e à continuidade das práticas e das memórias consideradas socialmente relevantes. Uma dessas iniciativas é o projeto “memórias em movimento”, dedicado ao resgate e ao registro da história da Banda da Lapa, um grupo musical que há mais de um século participa ativamente da vida cultural e social da localidade por meio da música. Iniciativas como esta, além da preocupação em selecionar e divulgar a memória e a história do grupo, apontam para uma atitude positiva e criativa diante de possíveis processos de homogeneização cultural. Percebe-se que as mudanças ocorridas na localidade, além de constituírem a dinâmica cultural da localidade, servem para dar impulso e novo fôlego às manifestações culturais consideradas tradicionais, a exemplo da Folia do Zé Pereira, que a cada ano vem se adaptando às novas tecnologias e ao número cada vez maior de foliões, entretanto, sem deixar de ser uma marca distintiva da localidade, mesmo em contextos globalizantes.

Por outro lado, este trabalho procurou mostrar os pontos de interações, e também os de tensões, relacionados às imagens e paisagens culturais do bairro e seu uso instrumentalizado para fins comerciais e/ou turísticos. O bem cultural, quando objetificado e descolado da memória de seus detentores, acaba sofrendo um efeito de esvaziamento dos usos e práticas locais. A objetificação e/ou mercantilização descola a biografia do objeto, que passa a representar uma cultura reificada e objetificada.

No Ribeirão da Ilha, este processo de objetificação é observado nas práticas relacionadas ao cultivo e ao consumo de ostra, que é apresentada como marca identitária local. O molusco está presente nas práticas e na dieta local, desde muito tempo, seu manejo e preparo fazem parte das narrativas dos moradores mais antigos do bairro. Porém, no momento do consumo, estas lembranças se dissolvem no tempo e não chegam a compor a açorianidade, tão aclamada, e ao mesmo tempo, objetificada por meio da consolidação do “berço da ostra catarinense”. Mas, em contrapartida, ações como a certificação da marca local da “Ostra de Florianópolis”, apontam para estratégias de afirmação identitária, frente aos contextos globalizantes. É a identidade local que se projeta, e se distingue, mundialmente.

Dessa forma, entendemos que há um processo iminente de construção social da açorianidade. Contudo, observa-se uma distinção entre a açorianidade (de butique) e a açorianidade (de fato). A primeira

fecha e exclui os componentes e traços não açorianos da história do Ribeirão, ou seja, opera como um verniz sob as relações, imagens e tensões em que vivem os moradores da localidade. Sendo que é justamente o que se esconde atrás desta cobertura que constitui a açorianidade (de fato), são as lembranças, vivências e temporalidades enraizadas e na memória afetiva, que revela quem são os membros da “comunidade ribeironese”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais. In: **ILHA – Revista de Antropologia** / Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós - Graduação em Antropologia Social. V. 14 Nº 1 – Florianópolis: UFSC/ PPGAS, 2012.

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. In: **Sociedade e Cultura. Revista de pesquisas e debates em Ciências Sociais**. Universidade Federal de Goiás. V. 8, Nº 2, 2005.

AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. In **Mana**, V. 7, Nº 2, Rio de Janeiro, p. 7-33. 2001.

ALEXANDRE, Fernando. **Dicionário da ilha: falar e falares da Ilha de Santa Catarina**. 21. ed. Florianópolis: Cobra Coralina, 1994.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. In: **A vida Social das coisas**. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, RJ: EDUFF, 2008.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike. (Org.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

ARANTES, Antonio Augusto. Cultura, ciudadanía y patrimonio en América Latina. In: LACARRIEU, Mónica e ÁLVAREZ, Marcelo (Comp.). La (indi)gestión cultural: una cartografía de los procesos culturales contemporáneos. Buenos Aires: Ed. Ciccus/Ed. La Crujía, 2002.

ARANTES, Antonio. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. In: **Habitus**. V.4 Nº1, Goiânia: 2006.

ARANTES, Antonio Augusto. “O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda”. In: **Caderno de Estudos do PEP**. COPEDOC/IPHAN-RJ, 2005.

BARRETTO, M. (2009). Turismo y cultura. Relaciones, contradicciones y expectativas. In: **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Colección PASOS edita, Nº1. Tenerife: ACA y PASOS, RTPC:2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Bike Repórter. **Não há coisa mais linda que o Ribeirão da Ilha**. Disponível em: < <http://wp.clicrbs.com.br/bikereporter/2015/01/27/nao-ha-coisa-mais-linda-que-o-ribeirao-da-ilha/?topo=67,2,18,,18,67>> . Acesso em: 27/1/2015.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. **Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. **Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de século, 2003.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Indicação Geográfica - IG. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica>. Acesso em: 20/12/2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo cultural: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Laudes, 1970.

Caminho das Ostras. Disponível em: www.caminhodasostras.com.br. Acesso em 21/3/2011.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: UNESP, 1998.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica**. Rio de Janeiro: Funarte: INF: Achiamé: UFRN, 1983.

CASTELLS, A. N. G.(Org.) NARDI, L.(Org.) **Patrimônio Cultural e Cidade Contemporânea**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, V. 1, 2012.

CASTELLS, Alicia N. G. Registro do patrimônio Imaterial, Inclusão Social pela porta da Cultura. **Diálogos transversais em antropologia**. PPGAS-UFSC, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Cidadania. Nº 34 / 2012.

CISLAGHI, Mauro César. **Concepções e ações de educação musical no Projeto De Bandas e Fanfarras de São José – SC: Três Estudos de Caso**. Dissertação (Mestrado em Música) Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: O Sistema Totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil Meridional. Uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura. Açores e litoral catarinense**: um livro para o Ensino Fundamental. Florianópolis: Ed. do autor, 1998.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In **Cadernos de Campo**. N° 13, São Paulo, 2005.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 6. ed. Curitiba: Posigraf, 2004.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Águas, 1998.

FLORES, Maria B. Ramos. **Povoadores da fronteira**: Os casais açorianos rumo ao sul do Brasil. 1. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

GEERTZ, Clifford. A mitologia de um antropólogo: Depoimento. [2001]. São Paulo: in **Revista de Estudos da Religião**. Entrevista concedida a Victor Aiello Tsu.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: Regina Abreu e Mário Chagas. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios. In **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Retórica da perda**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

Guia Floripa. Disponível em: www.guiafloripa.com.br/turismo/praias/ribeirao.php3. Acesso em: 3/11/2009.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: Espaço, identidade e política da diferença. In: Antonio Arantes (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP& A, 2004.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e Diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, N°. 24, p. 68-75, 1996.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Planejada e organizada por Jurandir Píeres Ferreira. Volume XXXII. Rio de Janeiro, 1959.

Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antonio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

Laboratório de Moluscos Marinhos – UFSC. Disponível em: <http://lmm.ufsc.br/> Acesso em: 31/8/2013.

LACERDA, Eugenio Pascele. **O atlântico Açoriano, uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade**. (tese) Doutorado em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, 2003.

Leis municipais – Florianópolis. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 7.10.2014.

LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007.

LIMA, Claudia M. de Assis Rocha. **Revista História do Folclore - Edição Especial**. Raízes Brasileiras/Mart Shopping, 1997.

LIMA FILHO, Manuel. Cidades Patrimoniais e Identidades Nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos. In: Manuel Lima Filho e Márcia Bezerra. **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.); VIDAL, J. Z. (Org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

Mauss, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de . O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão – Ouro Preto MG / 2009. Brasília: IPHAN, 2009.

MILLER, Daniel. Consumo como Cultura Material. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA PACHECO, João de. Cidadania, racismo e pluralismo das sociedades indígenas na organização dos estados – nacionais. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Cidadania. Nº 24 / 1996.

Palácio do Planalto: Presidência da República. Legislação. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em: 12/10/2014.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Ribeirão da Ilha – Vida e Retratos: Um Distrito em Destaque**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. Turismo Cultural, uma visão antropológica. In: **Revista de turismo y patrimonio cultural**. Colección PASOS edita, Nº 2. Tenerife: ACA y PASOS, RTPC: 2009.

Prefeitura Municipal de Florianópolis – Fenaostra. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/sites/fenaostra/index.php?cms=fenaostra&menu=1>. Acesso em: 5/10/2014.

RIBEIRO, Rafael Winter. Possibilidades e Limites da Categoria de Paisagem Cultural para Formação de Políticas de Patrimônio. In: Cureau, Sandra et al (Coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

ROCHA, Greyce Bressan. **Sob proteção de Nossa Senhora da Lapa: As práticas de devoção mariana em Ribeirão da Ilha– 1980 - 2005**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, 2005.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. In: **Mana**, Rio de Janeiro, V. 3, Nº. 2, out. 1997.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2004.

SILVEIRA, Leonel Flávio Abreu da & LIMA FILHO, Manuel Ferreira. “Por uma antropologia do objeto documental: entre a “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, Nº. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

SOARES, Doralécio. **Folclore Catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Apr. 2006, V.12, Nº.1, p.237-248.

VELOSO, Mariza. Patrimônio imaterial, memória coletiva e espaço público. In: Teixeira, João Gabriel et al. (Orgs.). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: ICS-UnB, 2004.